



 Fundação
Joaquim Nabuco

Volume 43
Número 2
2019

CIÊNCIA TROPICO





Volume 43
Número 2
2019

CIÊNCIA TROPICO

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Abraham Weintraub
Ministro da Educação

Antônio Ricardo Accioly Campos
Presidente da Fundação Joaquim Nabuco

Mário Hélio Gomes de Lima
Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte (DIMECA)

Elizabeth Mattos
Coordenadora da Editora Massangana

Alexandrina Sobreira de Moura
Editora
Diretoria de Pesquisas Sociais

Antonio Laurentino
Chefia de Divisão de Serviços Editoriais
Editora Massangana - Fundaj

Luis Henrique Lopes da Silva
Editor assistente

Conselho Editorial

Cátia Lubambo
Fundação Joaquim Nabuco

Pedro Hespanha
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

José Paulo Chahad
Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

Maria Cecília MacDowel Santos
Universidade de São Francisco, Califórnia
e Centro de Pesquisas Sociais da Universidade de Coimbra

Marion Aubrée
Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC)
et no Centre d'Etudes Interdisciplinaires des Falts Religieux (CEIFR)
da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS - Paris)

Maria do Carmo de Lima Bezerra
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Silvina Carrizo
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Juan Carlos Lerda
Universidade do Chile

Denilson Bandeira Coêlho
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB)

© 2019, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br

<http://www.fundaj.gov.br>

Pede-se permuta
On demande l' échange
We ask for exchange
Pidese permuta
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Intershangho dezirata

Revisão linguística e tradução: Luis Henrique Lopes da Silva, Eder José Macedo e Solange Carlos de Carvalho

Diagramação: Malorgio Studio

Projeto da capa: Antonio Laurentino | Editora Massangana

Ilustração da capa: Trabalho gráfico executado sobre obra do Artista Plástico Raul Córdula.

"S/título", acrílica sobre tela, 1992. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Ciência & Trópico/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no.1.(1973) – Recife:
Editora Massangana, 1973 –
v.: il.

Semestral.

Textos em português, inglês, francês e espanhol.

Continuação de: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
(jan. 1952 - out. 1972).

A partir de 1980 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais passou a ser
denominado de Fundação Joaquim Nabuco.

A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão *on-line*.

ISSN 0304-2685/ ISSN Eletrônico 2526-9372.

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Humanas 3. Interdisciplinaridade.
I. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. II. Periódicos FUNDAJ.

CDU 3:061.6(05)

Sumário

Alexandrina Sobreira de Moura Luis Henrique Lopes da Silva	7-9	Nota Editorial
Olímpio de Arroxelas Galvão	11-28	Os cenários mundiais de negociações multilaterais antes da rodada Uruguai e o novo protecionismo do Pós-Guerra
Pablo González-Velasco	29-62	O idearium filosófico da hispanotropicalogia de Gilberto Freyre: uma antecipação da antropologia ibero-americana
Carlos Henrique Gileno Rodrigo Dantas Medeiros	63-81	Da costa ocidental africana ao Brasil: caminhos da escravidão
Mary Cristina Neves Mansoldo	83-109	O linchamento ao redor do mundo: ocorrências no Brasil e no mundo a partir do ano 2000
Saul Ramos de Oliveira Roberto de Sousa Miranda	111-124	Luta pela terra e processo de reforma agrária no Sertão Paraibano
Solange Carvalho	125-146	O papel da língua no fortalecimento da identidade étnica dos Xukuru da Serra de Ororubá em Pesqueira-PE
Ricardo Japiassu	147-161	Literatura como Instrumento de Internacionalização nas Relações Internacionais: Crônicas e Romance, Diálogos Intertextuais e o Construtivismo

ISSN 0304-2685

ISSN eletrônico 2526-9372

Ciência & trópico	Recife	v. 43	n. 2	p. 1-162	jul. - dez	2019
-------------------	--------	-------	------	----------	------------	------

Nota Editorial

Este número reforça o princípio da interdisciplinaridade, que sempre foi característica marcante da Ciência & Trópico, e traz nesta edição, resultado de fluxo contínuo, discussões sobre Criminologia, Economia, Filosofia, Antropologia, Geografia, Língua e Literatura. No ano em que a Revista Ciência & Trópico ganha mais visibilidade, tendo em vista sua indexação em importantes bases de dados como: DOAJ, EBSCO, DIADORIM e Redalyc (em análise), os editores dedicam-se a disseminar o conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa, prezando pela qualidade e aprofundamento do conteúdo abordado em cada artigo.

Introduzindo esta edição, o Dr. Olímpio de Arroxelas Galvão descreve os principais cenários mundiais de negociações multilaterais antes da finalização da Rodada Uruguai, em 1994, e da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. O foco do artigo *Os cenários mundiais de negociações multilaterais antes da rodada Uruguai e o novo protecionismo do pós-guerra* é analisar a evolução e os desdobramentos das sete primeiras rodadas promovidas pelo antigo Secretariado do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. O economista ressalta que o protecionismo praticado pelos países industrializados, tanto na esfera agrícola quanto na industrial, teria funcionado como um forte impeditivo à adoção de políticas alternativas por parte dos países em desenvolvimento, baseadas em crescimento via exportações.

Pablo González Velasco, em *O idearium filosófico da hispanotropologia de Gilberto Freyre: uma antecipação da antropologia ibero-americana*, traz importantes reflexões sobre a Lusotropologia e Hispanotropologia, tendo em vista que ambos fazem parte do sistema tropicológico freyriano. O autor afirma que a Antropologia da ibero-américa é um espaço consolidado em congressos internacionais de Antropologia, assim como no mestrado da Universidade de Salamanca. Conclui, pois, que a Hispanotropologia retorna, por meio da antropologia ibero-americana, para pesquisar “questões perturbadoramente polêmicas, mas paradoxalmente fascinantes”.

Os autores Carlos Henrique Gileno e Rodrigo Dantas de Medeiros, no artigo *Da costa ocidental africana ao Brasil: caminhos da escravidão*, analisam aspectos do comércio de escravos na costa ocidental da África até o Brasil nos três primeiros séculos da colonização portuguesa nos trópicos americanos. Esse vultoso e lucrativo negócio estava fundado nos caminhos percorridos pelos africanos nas guerras fratricidas, no cativeiro nas tribos e na sua retirada das entranhas africanas para serem compulsoriamente transportados à América, onde eram utilizados como mão-de-obra no movimento econômico das colônias. A história conduziu à conclusão de que a dignidade humana cedeu lugar à transformação do escravizado africano em “coisa”, instrumento de trabalho e máquina bípede.

Dando segmento, Mary Cristina Neves Mansoldo analisa a conduta de linchamento no Brasil e realiza um estudo comparado por amostragem conveniente e não exaustiva, pesquisando sobre ocorrências de linchamento no mundo a partir do

ano 2000. Com o título *O linchamento ao redor do mundo: ocorrências no Brasil e no mundo a partir do ano 2000*, a autora visa a um estudo comparado entre o Brasil e outros países, chegando à conclusão da ocorrência desse ato em muitos países e suas distintas motivações. Ademais, observou que não há notícias de linchamentos na maioria dos países que constam como os mais pacíficos, de acordo com o relatório “Global Peace Index” de 2018.

Saul Ramos de Oliveira e Roberto de Sousa Miranda, por sua vez, buscam analisar como se deu a formação do espaço agrário da Mesorregião do Sertão Paraibano, com o artigo *Luta pela terra e processo de reforma agrária no Sertão paraibano*. Afirmam que o local foi historicamente caracterizado pela prática da pecuária em vastas áreas e pelo cultivo do algodão, e que, em ambas as atividades, a concentração de terras ocasionou a exclusão de grande parte dos trabalhadores rurais, quadro que permanece até os dias atuais. Por fim, verificam que, embora haja projetos de reforma agrária do Sertão paraibano, a terra continua concentrada em grande parte da mesorregião, e, portanto, é preciso reivindicar melhores condições e perspectivas nos assentamentos rurais para que os agricultores se beneficiem pelos seus sistemas produtivos.

Ampliando o espaço interdisciplinar, marco histórico da Revista C&Trópico, a Dra. Solange Carlos de Carvalho concentra-se no estudo da língua, por meio do processo de fortalecimento da etnicidade dos Xukuru da Serra de Ororubá, residentes em Pesqueira-Pernambuco, focalizando as consequências do apagamento linguístico. O artigo intitulado *O papel da língua no fortalecimento da identidade étnica dos Xukuru da Serra de Ororubá* demonstra o fortalecimento de sua etnicidade a partir de outros elementos culturais além da língua. A autora afirma que a perda da língua para os Xukuru é alvo de suspeição e preconceito quanto a sua identidade étnica. Os resultados das discussões apontam para a historiografia de lutas, mas também de perdas e danos em uma tentativa atual de invisibilização dos povos indígenas pela política da integralidade que, ao considerá-los brasileiros, corroboram o enfraquecimento de sua etnicidade.

Finalizando este número com a qualidade habitual da Revista, o Dr. Ricardo Japiassu apresenta um trabalho que reflete o pensamento da teoria construtivista, dialogando com a produção literária do século XIX. Com o artigo *Literatura como Instrumento de Internacionalização nas Relações Internacionais: Crônicas e Romance, Diálogos Intertextuais e o Construtivismo*, o autor descreve a calamidade da seca que assolava os sertões nordestinos e a resistência de um povo sofrido. Afirma que a literatura torna-se uma arma de resistência de uma população, além de sua defesa cultural. Por fim, discute a presença da teoria construtivista, dialogando com a produção folhetinesca publicada na corte brasileira.

A Revista Ciência & Trópico ratifica seu objetivo central de promover o debate e a circulação de conhecimento em diversas áreas, com vistas a disseminar pesquisas e estudos que adotam abordagens metodológicas, filosóficas, culturais e comparativas. Enfim, a Ciência & Trópico garante a continuidade do compartilhamento de produções intelectuais consolidando um espaço multidisciplinar em âmbito nacional e internacional.

Alexandrina Sobreira de Moura
Editora Chefe

Luis Henrique Lopes da Silva
Editor assistente

Os cenários mundiais de negociações multilaterais antes da rodada Uruguai e o novo protecionismo do Pós-Guerra

World Scenarios of Multinational Negotiations Before the Uruguay Round and the New Post-War Protectionism

Los escenarios mundiales para las negociaciones multilaterales antes de la Ronda Uruguay y el nuevo proteccionismo de posguerra

Olimpio de Arroxelas Galvão¹

Resumo

GALVÃO. Olímpio de arroxelas. Os cenários mundiais de negociações multilaterais antes da rodada Uruguai e o novo protecionismo do Pós-Guerra. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 11-28, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.1](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.1)

O trabalho descreve os principais cenários mundiais de negociações multilaterais antes da finalização da Rodada Uruguai, em 1994, e da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC/WTO), em 1995. O foco da pesquisa é uma apreciação da evolução e dos desdobramentos das sete primeiras rodadas promovidas pelo antigo Secretariado do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). O estudo procura ressaltar que o protecionismo praticado pelos países industrializados, tanto na esfera agrícola quanto na industrial, teria funcionado como um forte impeditivo à adoção de políticas alternativas, da parte dos países em desenvolvimento, baseadas em crescimento via exportações.

Palavras-chave: rodadas multilaterais de negociações. GATT. Países em desenvolvimento. O “novo” mercantilismo do Pós-Guerra.

Abstract

GALVÃO. Olímpio de arroxelas. World Scenarios of Multinational Negotiations Before the Uruguay Round and the New Post-War Protectionism. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 11-28, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.1](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.1)

This paper analyses the main world scenarios of multilateral negotiations before the end of the Uruguay Round, in 1994, and the creation of the WTO, in 1995. The focus of the research is an evaluation of the evolution and developments of the seven first Rounds undertaken by the old GATT Secretariat. The study tries to emphasize that the protectionism adopted by the industrialized countries, both in the agricultural as well as in the industrial sphere, would have worked as a strong obstacle to the adoption of alternative policies, on the part of the developing countries, based on export-led growth.

¹ Ph.D em Economia, University College da Universidade de Londres, UK (1988); Mestre em Economia, Universidade de Yale, Conn.,USA (1970); atualmente, professor Titular da Faculdade Boa Viagem/DeVry. Email: olimpio.galvao@gmail.com

Keywords: Multilateral Trade Negotiations. GATT. Developing countries. The “new” mercantilism of the post-world war.

Resumen

GALVÃO. Olímpio de arroxelas. Los escenarios mundiales para las negociaciones multilaterales antes de la Ronda Uruguay y el nuevo proteccionismo de posguerra. *Rev. Ci & Trópico*, v. 43, n. 2, p. 11-28, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.1](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.1)

El documento describe los principales escenarios mundiales para las negociaciones multilaterales antes de la conclusión de la Ronda Uruguay, en 1994, y de la creación de la Organización Mundial del Comercio (OMC/WTO), en 1995. El foco de la investigación es una apreciación de la evolución de los desarrollos de las primeras siete rondas promovidas por la antigua Secretaría del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio- GATT. El estudio busca enfatizar que el proteccionismo practicado por los países industrializados, tanto en la esfera agrícola como industrial, habría actuado como un fuerte impedimento para la adopción de políticas alternativas por parte de los países en desarrollo, basadas en el crecimiento a través de las exportaciones.

Palabras clave: Rondas multilaterales de negociaciones. GATT. Países en desarrollo. El nuevo mercantilismo de posguerra.

1. Introdução

Este trabalho propõe uma breve avaliação do cenário mundial de negociações antes da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC/WTO), em 1995, demonstrando as dificuldades dos países em desenvolvimento nas suas negociações com o Secretariado do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e como, ao longo do tempo, esse Acordo foi incorporando algumas demandas desses países por um tratamento especial nas suas relações com os países industrializados. Na seção a seguir, que cobre o período 1947-1961, examinam-se os desdobramentos das primeiras cinco rodadas multilaterais de negociações. Na terceira seção, descreve-se o florescimento de uma onda de protecionismo comercial, que emerge a partir dos anos 70, destacando-se os esforços dos países em desenvolvimento para obterem concessões especiais das nações industrializadas, ao longo das duas rodadas seguintes de negociações, que ocorreram antes da Rodada Uruguai. Uma seção final apresenta as conclusões.

2. O período 1947-1961: os países em desenvolvimento durante as cinco primeiras rodadas de negociações do GATT

A criação do GATT, no ano de 1947, foi festejada como um acontecimento de enorme significação no pós-guerra, por ter introduzido, pela primeira vez, um conjunto de regras e disciplinas no comércio mundial. Numa época em que predominavam ações unilaterais dos governos, seguidas de correspondentes retaliações de outras nações, o resultado da inexistência de um corpo de leis comerciais, aplicáveis

em escala internacional, era a ocorrência de constantes turbulências diplomáticas, acirradas disputas por mercados e um forte impacto negativo sobre o crescimento dos fluxos mundiais de negócios. Além do mais, o GATT propiciou, mesmo que precariamente, a criação de um mecanismo de consultas e de solução de controvérsias, que operava como um fórum no qual os países, com interesses divergentes, podiam discutir as suas diferenças e firmar compromissos e obrigações, relativos à esfera das relações comerciais.

Na visão dos analistas dos países menos desenvolvidos, o GATT, todavia, funcionou, durante muitas décadas, como um instrumento quase que inteiramente voltado para os interesses dos países industrializados e, especialmente, os das nações econômica e politicamente mais poderosas².

No documento base de 1947, apenas incidentalmente o GATT fazia referência a um tratamento especial aos países menos desenvolvidos e, mesmo assim, somente permitindo a continuidade dos acordos parciais de preferências comerciais pré-existentes, entre países industrializados e atrasados, como os que operavam dentro do sistema da *Commonwealth* britânica e os que ligavam a França a algumas de suas colônias ou ex-colônias – mas proibia, enfaticamente, a assinatura de novos acordos que pudessem vir a oferecer ou expandir vantagens preferenciais a outras nações menos desenvolvidas (WTO/GATT 47, Art. 1º e Art. XXIV).

Eram muitas as queixas dos representantes das nações menos desenvolvidas. Raul Prebisch, que ocupava, no início dos anos 1960, o posto de Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), assinalava que o GATT, tanto na sua versão de 1947, quanto nas diversas emendas que esse Acordo sofreu após várias rodadas de negociações, não dispensava qualquer consideração aos problemas dos países subdesenvolvidos (PREBISH, 1964, p.6). No seu relatório preparado sob os auspícios das Nações Unidas e como Secretário Geral da primeira UNCTAD, de 1964, Prebisch afirmava que, por se partir de uma equivocada suposição de que os países signatários do Acordo Geral eram homogêneos, não havia, entre os artigos do GATT, qualquer dispositivo que estabelecesse uma distinção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (PREBISH, 1964, p. 29).

Com efeito, o GATT condenava explicitamente todo arranjo de caráter bilateral ou multilateral que implicasse alguma forma de facilitação privilegiada de acesso aos mercados das Partes Contratantes (como eram chamados os países signatários do GATT), não importando as diferenças existentes nos seus níveis de desenvolvimento.

A proibição de tratamento privilegiado às nações menos desenvolvidas estava explicitada em dois princípios considerados como basilares no Acordo Geral de 1947: o da reciprocidade – que exigia total simetria nas relações comerciais entre os países – e o da não-discriminação – que consistia na aplicação da cláusula de nação mais favorecida (NMF/MFN), que obrigava que qualquer concessão comercial de uma parte contratante a um país, teria de ser automaticamente estendida a todos os demais países.

² Um Relatório do Banco Mundial, de 2005, reconheceu, de forma explícita, que o “sistema de comércio existente servia principalmente aos interesses dos países desenvolvidos” (WORLD BANK, 2005, p.212).

A combinação do princípio da reciprocidade com o da não-discriminação, trazia duas claras implicações: gerava a total impossibilidade da melhoria das oportunidades de exportações dos países menos desenvolvidos, dentro das linhas estabelecidas pelo Acordo Geral (por não serem estes capazes de oferecer total simetria nas suas relações comerciais, em vista das fragilidades de suas economias) e tornava as ações do GATT inteiramente dependentes das políticas comerciais e dos interesses das nações industrializadas.

Os representantes dos países subdesenvolvidos procuravam demonstrar, perante a comunidade dos países industrializados, que havia uma profunda desigualdade econômica entre os países e que essa desigualdade tornava o princípio da simetria altamente injusto quando aplicado a economias desiguais. Não é por outra razão que o número de países signatários do GATT fosse tão pequeno, durante as primeiras décadas de existência desse Acordo, porque a grande maioria dos países menos desenvolvidos não via vantagens concretas em ingressar numa organização reguladora do comércio que pouco zelava pelos interesses dessas nações.

Vale observar que, no ano de 1947, quando da assinatura da Carta de Havana, após reunião sobre comércio e desenvolvimento, promovida pela ONU, com a presença de cerca de 100 países, ao tempo em que também era criado o GATT, somente 23 países subscreveram este Acordo Geral, entre os quais o Brasil. Apenas depois de várias rodadas de negociações, outros países foram, progressivamente, subscrevendo o GATT, na medida em que mudanças nas regras deste Acordo eram realizadas, por pressões dos países em desenvolvimento.

Além das queixas, de ordem geral, relativas à alegada injustiça para com as nações menos desenvolvidas, da aplicação dos princípios da reciprocidade e da não-discriminação, várias outras questões de grande interesse dos países em desenvolvimento foram levantadas ao longo das décadas de 1950 e 1960, durante as negociações comerciais que ocorriam sob a gestão do Secretariado do GATT. As principais críticas a este acordo centravam-se em três ordens de problemas: a concentração nas negociações do GATT no comércio de bens industrializados (quase que privilegiando apenas as relações comerciais entre os países desenvolvidos); o tratamento diferencial dispensado à agricultura (que favorecia práticas protecionistas às atividades agrícolas nos países industrializados); e o protecionismo a alguns setores industriais do mundo desenvolvido, principalmente os intensivos em mão de obra (que eram aqueles nos quais os países menos desenvolvidos tinham maiores chances de conquistar mercados externos).

Os representantes dos países em desenvolvimento alegavam que as cinco primeiras rodadas de negociações multilaterais do GATT, ocorridas entre o período de 1947 a 1961³, contribuíram para reduzir tarifas e outras restrições ao comércio mundial de produtos manufaturados, mas que essas negociações terminaram por beneficiar quase que exclusivamente os países industrializados, porque as exportações de manufaturados dos países menos desenvolvidos representavam uma diminuta fração

³ As cinco negociações comerciais multilaterais realizadas pelo GATT no período 1947-1961 foram as seguintes: a Rodada Genebra, em 1947, a de Annecy, em 1949, a de Torquay, em 1950-51, a Segunda Rodada Genebra, no biênio 1955-56 e a de Dillon, em 1960-61.

do comércio internacional desses produtos. Apesar de se reconhecer que o aumento dos fluxos comerciais propiciado por essas negociações trazia uma contribuição indireta aos países em desenvolvimento, por elevar a renda dos países industrializados e, conseqüentemente, suas importações, o GATT era acusado de negligenciar os países em desenvolvimento nas duas áreas que mais afetavam os seus interesses: o comércio de bens primários (agrícolas e minerais) e o de certos bens industrializados nos quais as nações menos desenvolvidas poderiam encontrar fonte importante de geração de divisas (PREBISCH, 1964; JOHNSON, 1968).

No tocante à agricultura, as críticas à atuação do GATT se dirigiam principalmente à permissividade desta instituição para com certas práticas protecionistas aos produtores de bens primários nas economias industrializadas.

Por não conter regras explícitas regulando o comércio de *commodities* e manifestando certa indulgência com a aplicação de subsídios e outras políticas de suporte à agricultura⁴, o GATT, indiretamente, abriu o caminho para que as nações desenvolvidas buscassem a autossuficiência agrícola, fazendo com que, em pouco tempo, após a Segunda Grande Guerra, as nações europeias e os Estados Unidos, ao se tornarem grandes produtores e exportadores de *commodities* (em larga medida por conta dos generosos subsídios concedidos pelos seus governos), passassem a ver a criação de fortes *lobbies* de interesses contrários à liberalização do comércio mundial de bens agrícolas.

Ao longo dos anos 1950 e, sobretudo, dos anos 1960, as políticas comerciais dos países industrializados introduziram crescentes mecanismos de restrição às importações de bens agrícolas provenientes dos países subdesenvolvidos. Essas restrições cobriam praticamente todos os bens exportáveis pelos países menos desenvolvidos, afetando inclusive os produtos de origem tipicamente tropical, ou seja, aqueles que, por razões naturais ou climáticas, não poderiam ser produzidos nas nações industrializadas (como café, cacau, bananas e alguns minérios não existentes nesses países) – de sorte que as importações de bens agrícolas dos países menos desenvolvidos terminavam por alcançar, em muitos casos, níveis apenas residuais.

As barreiras levantadas ao comércio de *commodities* eram as mais variadas e diferiam largamente em função do produto e da natureza do seu processamento.

O argumento, na época, de que as nações industrializadas se especializavam em produtos agrícolas de clima temperado e que a produção desses produtos, portanto, impactava pouco as exportações dos países em desenvolvimento, era julgado improcedente pelos representantes das nações menos desenvolvidas, que alegavam que os produtos temperados produziam profundos efeitos negativos, tanto diretos quanto indiretos, sobre a produção e exportação dos países de clima tropical. Seja porque muitos

⁴ O GATT, na sua versão de 1947 e em emendas sofridas ao longo dos anos 1950/60, estabelecia, no seu artigo XVI, a proibição de subsídios sobre produtos manufaturados nos países desenvolvidos, mas permitia a concessão de subsídios e a utilização de medidas de suporte de preços ao setor agrícola desses países, sob o argumento de que tais políticas eram importantes para se alcançar relevantes objetivos sociais e econômicos. Embora o GATT estabelecesse alguns limites a essas práticas (em geral, de forma vaga), tais concessões exerceram o efeito de deflagrar uma proliferação de mecanismos de promoção e de proteção à agricultura nos países industrializados, cuja negociação, para que fossem abolidos ou reduzidos, se tornou, com o tempo, assunto de enormes disputas nos fóruns internacionais (WTO/GATT 1947, art. XVI; BHAGWATI (1988), LAIRD (1997)).

produtos temperados serviam de substitutos para produtos tropicais, seja porque muitos outros eram produzidos igualmente nos dois hemisférios, o impacto das políticas discriminatórias dos países industrializados era considerado devastador sobre o potencial agrícola das nações menos desenvolvidas. Vários exemplos eram mencionados nas rodadas de negociações: frutas temperadas competiam com frutas tropicais, as primeiras reduzindo ou deslocando o consumo das últimas; o açúcar de beterraba competia com o açúcar de cana e diminuía o consumo desta *commodity*, deprimindo os seus preços nos mercados mundiais; o algodão, o milho, os óleos vegetais, o fumo, o arroz, as carnes, os produtos lácteos, vários outros cereais, vegetais e diversos produtos de origem mineral, eram produzidos igualmente nos dois hemisférios, em grandes quantidades. A proposta era tornar cada vez mais difícil a entrada de produtos primários nos mercados dos países desenvolvidos, fossem eles de origem tipicamente tropical ou não, por conta das elevadas taxações e restrições quantitativas que sobre os mesmos incidiam, ou ainda pela incapacidade de as nações menos desenvolvidas competirem com os preços subsidiados dos bens agrícolas das nações industrializadas (JOHNSON, 1968; PREBISCH, 1964).

Outro efeito negativo que as políticas comerciais dos países desenvolvidos exerciam sobre os mais atrasados era a aplicação, a partir do ano 1954, da *Public Law 480*, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos – uma lei que autorizava o governo desse país a exportar seus excedentes de grãos e de outros produtos primários, a preços menores que os do mercado internacional. Vários analistas dessa política mostravam que o seu efeito era o de deprimir o preço das *commodities* produzidas pelos outros países em desenvolvimento ou até mesmo de excluí-los como supridores de uma fração significativa dos mercados mundiais de alimentos⁵.

Os países desenvolvidos ainda usavam de outros expedientes que operavam largamente em desfavor da agricultura e da agroindústria das nações em desenvolvimento. A proteção aos setores primários daqueles países variava de acordo com a natureza do processamento dos produtos primários. Bens exportados em forma bruta (alimentos, minérios, fibras, etc.), sofriam tarifação mais baixa, mas as tarifas se elevavam na medida em que tais bens recebiam algum processamento – de tal sorte que, quanto mais valor era agregado ao produto primário, mais elevados os impostos sobre suas importações – caracterizando um mecanismo chamado de “*tariff escalation*”, ou de tarifas moduladas, e que conferia às indústrias dos países desenvolvidos, uma proteção efetiva muito maior do que indicavam as tarifas nominais impostas por esses países. O efeito dessas práticas era, obviamente, o de manter os países subdesenvolvidos especializados na produção e exportação de produtos primários não beneficiados e, conseqüentemente, de inibir as iniciativas de industrialização, julgadas tão importantes pelas nações menos desenvolvidas, não somente para livrá-las da dependência da produção de uns poucos bens primários e de promover um processo de diversificação

⁵ Análises quantitativas dos impactos negativos da *Public Law 480* sobre a agricultura dos países subdesenvolvidos foram feitas especialmente pelo respeitado economista agrícola norte-americano, D. Gale Johnson, em seu artigo “Agriculture and Foreign Economic Policy”, publicado no *Journal of Farm Economics*, vol. 46, de dezembro de 1964 (Apud JOHNSON, 1968, pp. 86 e 92)

de suas pautas de exportações, mas como um instrumento poderoso de geração de emprego e renda nas suas economias⁶.

Outro aspecto fortemente criticado no GATT, ainda em referência ao seu trato com a agricultura, era a aceitação da violação de alguns princípios básicos do Acordo Geral sobre preferências comerciais, o que passou, com o tempo, a exercer significativos impactos negativos sobre um vasto número de economias em desenvolvimento, com destaque especial para as nações latino-americanas e o Brasil.

Como já assinalado anteriormente, o Art. 1º do GATT proibia o uso de tarifas preferenciais, por contrariarem a cláusula de nação-mais-favorecida e, conseqüentemente, o princípio da não-discriminação. Esse artigo, como já sugerido, obrigava a multilateralização automática das condições de tratamento mais favorável, concedidas bilateralmente entre dois ou mais Estados, ao universo das partes contratantes. Mas, por pressão de alguns países industrializados da Europa, foi introduzido um artigo no Acordo Geral de 1947 – o Art. XXIX – que permitia não somente a continuidade dos arranjos de preferências comerciais pré-existentes ao GATT, mas também, a assinatura de novos acordos, desde que inseridos dentro de esquemas voltados para a formação de áreas de livre comércio ou de uniões aduaneiras (WTO/GATT 1947).

Além da existência dos velhos arranjos de preferências comerciais praticados na *Commonwealth* britânica e pela França com algumas de suas colônias, só havia, pouco antes da assinatura do GATT, um caso único de integração comercial entre os países: o formado pelas pequenas nações europeias da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, chamado de BENELUX – que consistia numa ainda modesta experiência de união aduaneira. Por conta dessas experiências pré-existentes ao GATT, os relatores da primeira versão desse Acordo Geral resolveram estabelecer como uma exceção à cláusula de nação-mais-favorecida, a permissão, no referido artigo XXIV, da existência de áreas de livre comércio e de uniões aduaneiras, por acreditarem que essas iniciativas contribuiriam para aumentar a liberdade de comércio – mesmo que em áreas geográficas limitadas. Esse artigo, ao tempo em que estimulava processos integracionistas, estabelecia, porém, que as iniciativas de formação de blocos regionais de comércio não poderiam servir de fortalezas protecionistas, desviando comércio de terceiros países fora dos blocos, operando, assim, em detrimento de outras nações.

Quando da formação do seu Mercado Comum, no final dos anos 1950, a Comunidade Econômica Europeia (CEE), tratou logo de instituir uma tarifa externa comum (a TEC), que deveria ser, em princípio, aplicável em bases não discriminatórias,

⁶ Durante os anos 1960, ainda eram poucos os estudos que procuravam estimar os efeitos da aplicação de tarifas moduladas (o mecanismo de *tariff escalation*) sobre as exportações de bens primários e commodities pelos países menos desenvolvidos. Um estudo mencionado por Johnson revela algumas poucas estimativas que mostram as dificuldades com que se defrontavam as nações exportadoras de primários para beneficiarem os seus produtos, em vista da taxa elevada que, na prática, prevalecia sobre tais produtos beneficiados. Os seguintes exemplos servem de ilustração para mostrar como eram fortemente penalizadas as tentativas de industrialização de bens primários quando destinados ao mercado internacional: enquanto a tarifa nominal sobre importações de óleo de coco refinado era de apenas 5,7% e de 15%, nos Estados Unidos e na Comunidade Econômica Europeia, respectivamente, a tarifa efetiva de proteção se elevava para 57,5% e para 150%, nos dois grupos de países. Para fumo beneficiado, as cifras respectivas para os Estados Unidos eram de 47,2% e 89%, e para fibras naturais processadas, de 15,1% para 38% (JOHNSON, 1968, p. 91, Tabela 2).

a todos os países não membros dessa comunidade. Mas já no início dos anos 1960, a CEE começou a firmar uma série de arranjos comerciais, nos quais diferentes grupos de países eram tratados de forma diferenciada. Ao longo do tempo, a Comunidade Europeia foi ampliando seus esquemas de preferências comerciais, estendendo-os a mais regiões e países com os quais os europeus desejavam manter relações especiais de comércio. Esses arranjos, firmados por meio das várias Convenções de Lomé, e que abrigavam algumas dezenas de países da África, da Ásia e do Caribe (denominados de ACP), abrangiam tanto concessões na área agrícola, quanto na de produtos industrializados.

Tais sistemas parciais de preferências comerciais vigentes nos anos 1960 eram criticados no GATT por grande número de países em desenvolvimento, exatamente pelas suas características de não multilateralidade, ou seja, sob a alegação de que favoreciam alguns países, às expensas de outros, e também de que estariam provocando mais desvio de comércio do que criação de novos fluxos comerciais⁷ (PREBISCH, 1964, p. 8).

Embora nos meados dos anos 1960 as exportações de produtos primários representassem cerca de 85% do total das receitas cambiais dos países menos desenvolvidos (JOHNSON, 1968, p. 84), o comércio de bens semimanufaturados e manufaturados já assumia importância crescente para um grande número desses países – os quais, igualmente ao que faziam com relação aos bens primários, criticavam severamente o GATT, por essa organização não se empenhar em impedir que elevadas barreiras tarifárias e outras restrições quantitativas fossem impostas pelos países desenvolvidos.

Com efeito, também na esfera do comércio de bens manufaturados, e particularmente daqueles onde residiam as maiores vantagens comparativas das nações em desenvolvimento – como têxteis, artigos de vestuário e confecções, calçados, produtos alimentares processados e diversos bens duráveis leves de consumo, como alguns produtos elétricos e eletrônicos, bicicletas e máquinas de costura – os países industrializados erguiam barreiras crescentes à importação, e o GATT era acusado de agir com total indiferença em relação às demandas das nações em desenvolvimento.

A questão do comércio de manufaturados era ainda mais agravada, porque também no seu caso, era aplicado o mesmo esquema de tarifas moduladas que eram praticadas contra o processamento de bens primários. Os produtos de pouca elaboração industrial eram tributados com uma alíquota menor (caso dos bens intermediários), alíquota que ia se elevando com o grau de processamento final do bem (fios de algodão pagavam tarifas menores, tecidos tarifas maiores e confecções ainda mais elevadas, por exemplo) – mais uma vez trazendo, como consequência, o dificultamento de iniciativas de industrialização nos países menos desenvolvidos, mesmo que fossem naquelas linhas reconhecidamente consistentes com as vantagens comparativas dessas nações.

⁷ Os principais produtos exportados pelos países do ACP eram: petróleo e derivados, café, açúcar, arroz, diversos outros cereais, carnes, cacau, bananas, farelo para rações, cobre refinado, madeiras, ferro e aço, diamante, produtos têxteis e artigos de vestuário – um conjunto, portanto, de muitos produtos importantes da pauta de exportações do Brasil que tinham de enfrentar, assim, dificuldades muito maiores para penetração nos mercados da então CEE.

Ademais, sempre que alguns poucos países conseguiam superar as barreiras existentes, novas barreiras iam sendo criadas, sob a alegação de que tais importações destruíam, ou ameaçavam destruir, as indústrias domésticas dos países industrializados, que deveriam, assim, ser protegidas por medidas de salvaguardas.

Vale ressaltar que o GATT previa que um país poderia se defender contra importações competitivas que causassem, ou pudessem vir a causar, danos às suas indústrias, mas apenas sob duas condições: por motivos de desequilíbrios no balanço de pagamentos ou por provocarem elevação no desemprego, quando este se encontrasse em nível já elevado. Mas, raras vezes, eram esses problemas que realmente levavam os países industrializados a protegerem, tanto a sua agricultura, quanto as suas indústrias domésticas, da concorrência das nações menos desenvolvidas.

Com efeito, as leis vigentes nos Estados Unidos, por exemplo, permitiam explicitamente um aumento das tarifas norte-americanas, sem que houvesse necessidade da constatação de prejuízos à indústria interna (ADAMS; DIRLAM, 1981, p. 95) – contrariando frontalmente, assim, as regras do GATT.

Em suma, os países subdesenvolvidos argumentavam que o excessivo protecionismo à agricultura dos países desenvolvidos (aliado à erosão crescente do princípio da nação mais favorecida, por conta dos diversos arranjos de preferências comerciais parciais, acima mencionados) e às suas indústrias intensivas em mão de obra representavam uma clara inconsistência com o espírito do GATT, porque resultava em menos comércio e não em mais, como era o objetivo do Acordo Geral.

3. As rodadas Kennedy e Tóquio, as conquistas das nações em desenvolvimento e o florescimento do novo protecionismo nas décadas de 1970 e 1980

Foi somente a partir da sexta rodada de negociações do GATT – durante a Rodada Kennedy, a mais prolongada de todas as realizadas até então (iniciada em 1963 e concluída em 1967) que, finalmente, por pressões dos países subdesenvolvidos, o GATT começou a reconhecer as desigualdades estruturais entre países industrializados e em desenvolvimento, passando a introduzir, explicitamente, emendas ao Acordo Geral, contemplando algumas iniciativas importantes em favor das nações menos desenvolvidas.

A principal mudança ocorrida na estrutura do GATT foi a introdução da *Parte IV*, no Acordo Geral de 1947, que tratava especificamente do tema *Comércio e Desenvolvimento (Trade and Development)*, mediante a incorporação, ao texto do Acordo, de um longo artigo, o XXXVI.

Partindo do reconhecimento de que “a elevação dos padrões de vida (...) era um objetivo particularmente urgente para as partes contratantes menos desenvolvidas” (letra a do parágrafo 1º), de que “as receitas dos países menos desenvolvidos podiam desempenhar um papel vital no seu desenvolvimento econômico” (letra b) e, por fim, de que “havia um crescente alargamento do gap entre os padrões de vida das nações em desenvolvimento e as outras” (letra c), o referido artigo XXXVI do GATT

reconhecia a necessidade da “diversificação e da intensificação das atividades de processamento de bens primários e o desenvolvimento da indústria manufatureira” nos países em desenvolvimento (parágrafo 5º), e que, para que tal objetivo pudesse ser alcançado, as nações industrializadas deveriam facilitar o acesso desses bens nos seus mercados (WTO/GATT 1947).

O mecanismo a ser utilizado para se alcançar um maior incremento das exportações dos países menos desenvolvidos foi o reconhecimento, pela primeira vez no GATT, do direito da não-reciprocidade por parte desses países, nas suas relações com as nações industrializadas – direito que veio a constar oficialmente das regras do Acordo geral em 1966, um ano antes da finalização da Rodada Kennedy.

Todavia, a despeito da grande conquista por parte dos países em desenvolvimento em obterem o direito à não-reciprocidade (após quase vinte anos de existência do GATT), o art. XXXVI não tinha caráter impositivo para as partes contratantes (no caso, as nações industrializadas). No seu parágrafo 8º, o citado artigo apenas estabelecia que “as partes contratantes desenvolvidas não esperam reciprocidade pelos compromissos assumidos por elas nas negociações visando a reduzir ou eliminar os direitos alfandegários e outros obstáculos ao comércio das partes contratantes menos desenvolvidas” (WTO/GATT 1947). Firmava-se um compromisso, portanto, mas não uma obrigação.

Essas e outras pequenas mudanças, introduzidas no GATT após a Rodada Kennedy, trouxeram, na prática, poucas consequências para os países menos desenvolvidos, porque a aplicação do princípio da não-reciprocidade tinha alcance limitado e estava sujeita a inúmeras exceções. Ao deixar inteiramente a critério dos países industrializados a concessão de preferências, ou o tratamento mais favorecido às nações e, ao permitir a introdução de uma longa lista de exceções, os países industrializados continuaram limitando o livre acesso ou concedendo reduções tarifárias, apenas aos bens de seus interesses – que, em grande parte dos casos, não coincidiam com os dos países menos desenvolvidos.

Após a II UNCTAD, ainda presidida por Prebisch, e realizada em Nova Déli, na Índia, no ano de 1968, novas pressões foram feitas pelos países não-desenvolvidos propiciando a obtenção de algumas conquistas adicionais. Uma delas foi a criação, no ano de 1971, do Sistema Geral de Preferências (SGP) – um mecanismo que promovia a generalização de preferências comerciais aos países em desenvolvimento, além das concedidas dentro dos esquemas parciais de preferência (embora em condições menos favoráveis do que as concedidas pelos países da Europa às nações do ACP). Uma segunda conquista foi o aumento da participação dos países menos desenvolvidos nas negociações comerciais que se seguiram: a da Rodada Tóquio – última realizada antes da Rodada Uruguai, e que se estendeu entre 1973 e 1979.

Nessa rodada, agora com o envolvimento direto de 99 Estados, a grande maioria constituída de países subdesenvolvidos, não somente foi consagrado o direito dessas nações a participarem de sistemas de preferências comerciais sem a obrigação da reciprocidade, como também foi feita uma forte pressão para a introdução, nas pautas de negociações, de novos temas de interesse dos países menos desenvolvidos,

sobretudo no que dizia respeito à redução ou à eliminação de barreiras não-tarifárias (ou barreiras implícitas), que estavam sendo crescentemente utilizadas pelas nações industrializadas, como substituto dos mecanismos tradicionais de restrição ao comércio, que eram as tarifas – as chamadas barreiras explícitas a importações.

Todavia, apesar de algumas conquistas alcançadas pelas nações menos desenvolvidas, Prebisch, escrevendo anos depois de ter-se desligado das suas atribuições como Secretário da UNCTAD, afirmava que as expressivas reduções tarifárias e a eliminação de restrições quantitativas ocorridas ao longo das várias negociações multilaterais do GATT, concentraram-se principalmente em bens tecnologicamente avançados, que estavam constantemente sofrendo inovações, o que tendia a ocorrer quase que exclusivamente nos países centrais (PREBISCH, 1984, p. 189). Prebisch concluía lamentando que, com relação aos bens nos quais a periferia poderia competir nos mercados do Primeiro Mundo, os países industrializados não haviam praticado uma política comercial verdadeiramente liberal.⁸

Com efeito, avaliações das rodadas de negociações do GATT mostram que as restrições tarifárias impostas pelas nações industrializadas caíram largamente entre 1947 e 1979, de mais de 50%, em média, para níveis próximos ou abaixo dos 5% (BHAGWATI, 1988).

Esse processo de liberalização ocorreu, de forma lenta e gradual, por meio de custosas negociações multilaterais em sete sucessivas rodadas do GATT, chegando-se a um consenso generalizado de que o mundo industrializado, ao final da Rodada Tóquio, em 1979, havia praticamente eliminado as antigas e mais tradicionais formas de protecionismo explícito.

Porém, a partir da década de 1970, ressurgiu uma nova tendência protecionista no Primeiro Mundo, com o aparecimento de significativos aumentos nas restrições ao comércio, diferentes das tradicionalmente praticadas até então. Enquanto as barreiras tarifárias continuavam caindo em níveis mínimos, emergiram, nas décadas de 70 e de 80, novas formas de proteção: as chamadas barreiras não-tarifárias, que constituíam formas mais sutis e mais veladas de discriminação contra importações e, talvez até por isso, mais eficazes. Exemplos de barreiras não-tarifárias eram, entre tantos, controles de qualidade, exigências de emissão de certificados de origem, inspeções pré-embarque, restrições voluntárias às exportações, barreiras técnicas, controles sanitários e ecológicos, direitos *antidumping* e subsídios à produção e às exportações.

Enfim, as diversas rodadas de negociações multilaterais praticamente conseguiram dismantelar o “velho protecionismo”, mas o GATT não teve muito sucesso em evitar o florescimento do “novo protecionismo”, e essa instituição foi acusada de ser até permissiva ou leniente em relação a essas práticas do Primeiro Mundo.

Esse novo protecionismo, como assinalava Prebisch – também chamado de “novo mercantilismo” – atingiu especialmente as nações do Terceiro Mundo, e particularmente aquelas que já haviam alcançado um grau maior de desenvolvimento, entre as quais o Brasil se enquadrava.

⁸ Ibid, p. 190.

Especial registro deve ser feito ao fato de que, com o crescimento das exportações de manufaturados por alguns países do então chamado Terceiro Mundo, a partir dos anos 1970, a filosofia de ação do GATT passou a incorporar preocupações com um tipo de comércio que poderia ser capaz de provocar impactos desfavoráveis sobre alguns setores das economias das nações industrializadas - não importando se as dificuldades desses setores se devessem à ineficiência dos produtores domésticos e, menos ainda importando, os prejuízos causados aos consumidores desses países.

O fato é que, da sua visão de que os países desenvolvidos deveriam praticar sempre o livre comércio multilateral (e até mesmo unilateral), especialmente em relação às nações menos desenvolvidas, o próprio GATT começou a admitir que os países industrializados poderiam defender certos segmentos de suas economias quando ameaçados pela concorrência de importações - o caso dos chamados “setores sensíveis”.

Vale ressaltar que, embora as negociações multilaterais do GATT tenham sido bem-sucedidas na área do comércio de produtos manufaturados, várias exceções foram aceitas por essa instituição. Muitas indústrias foram consideradas como “sensitivas e a merecerem *status* especial”; e passíveis de enquadramento nas famosas *escape clauses*, que conferiam aos países industrializados o direito de se protegerem contra importações competitivas de manufaturas. A esse respeito, vários estudos mostram que os países desenvolvidos passaram a proteger mais intensamente suas indústrias intensivas de mão de obra não-qualificada - que são exatamente aquelas em que se situavam as vantagens comparativas dos países menos desenvolvidos, como os produtos da indústria têxtil, de vestuário e de confecções, os calçados, o aço e demais derivados siderúrgicos, produtos de plástico, alguns bens eletrônicos de consumo e os produtos da sua agroindústria. Esses estudos também revelavam que as concessões ou preferências comerciais dos países industrializados haviam sido mais generosas exatamente para os bens nos quais as indústrias dos países em desenvolvimento eram menos competitivas, ou seja, aquelas onde era claramente evidente a superioridade tecnológica das nações desenvolvidas (WILLIAMSON e MILNER, 1991, p.333; ETHIER, 1988, p.216 e HINE, 1994, p. 265).

Além do mais, até mesmo algumas das importantes conquistas dos países menos desenvolvidos, alcançadas sobretudo durante as Rodadas Kennedy e Tóquio, começaram a ser desrespeitadas pelos países industrializados. Como já mencionado acima, havia sido acertado, ao final daquelas duas rodadas, a não-exigência de simetria de tratamento entre países industrializados e as nações do Terceiro Mundo. Após essas duas rodadas, porém, grande parte das concessões do Primeiro Mundo continuou sendo realizada em bases recíprocas e a partir da década de 80 - e especialmente durante o período em que se desenvolveram as negociações da Rodada Uruguai (1986-1993) - o GATT, por pressão dos países industrializados, passou, de novo, a permitir que a maioria das negociações entre os dois grupos de países ocorresse em bases de completa simetria e plena reciprocidade (REGO, 1994, p. 67-70; ABREU, 1994; MRE/BDE, 1994).

Muitos analistas dos próprios países industrializados indagavam o porquê de tanta atividade protecionista nesses países. Na verdade, por volta do início da segunda metade dos anos 1970 a produção industrial das nações menos desenvolvidas representava apenas cerca de 9% de toda a produção mundial e menos de 10% de todas

as exportações manufatureiras do globo e essas exportações não atingiam sequer 1% do consumo total de manufaturados dos países industrializados (HANSEN, 1981, p. 229). Além do mais, mesmo levando-se em conta que as exportações de manufaturados das nações menos desenvolvidas se concentravam em poucos itens, os principais produtos exportados ainda representavam, por volta do final da década de 1970, um reduzido percentual do consumo total nos países industrializados. Considerando-se o produto mais importante da pauta das exportações do Terceiro Mundo – os artigos da indústria têxtil e de confecções – os países em desenvolvimento forneciam menos de 8% do consumo total de confecções nos Estados Unidos, ao final dos anos 1970, e, somando-se confecções e produtos têxteis, esse percentual era ainda menor – da ordem de 4% para os Estados Unidos, de 8% para a Alemanha e de 2% para a França (HANSEN, 1981, pp. 229-30).

A resposta a essas indagações reside no fato de que a liberalização comercial que ocorria ao longo das rodadas do GATT, durante as décadas de 1960 e 1970, havia afetado particularmente as indústrias manufatureiras tradicionais dos países industrializados, nas quais suas vantagens comparativas vinham experimentando sustentado declínio, por essa época. Como essas indústrias (têxteis, calçados, siderúrgicas, químicas, eletrônicas e agroindústrias, especialmente) haviam dado margem à formação de poderosas associações sindicalizadas, com grande capacidade de influência junto aos poderes legislativos e executivos de seus países, o resultado foi o de que, o aumento da concorrência estrangeira de produtos mais baratos – que representava uma ameaça potencial, ao emprego e ao nível da atividade produtiva nessas indústrias – provocou uma pressão crescente na direção de uma onda setorializada de fortes medidas protecionistas, impactando negativamente os países em desenvolvimento e, principalmente, os de grau intermediário de industrialização, como o Brasil (AMACHER, TOLLISON; WILLET, 1981, p. 68).

Em suma, as relações comerciais dos países industrializados com os menos desenvolvidos e, de modo especial com a América Latina, se já não eram tão satisfatórias nos anos 1950 e 1960, sofreram um ponto de inflexão a partir dos anos 1970, assumindo uma característica cada vez mais discriminatória, tanto no que diz respeito à exportação de produtos manufaturados, quanto à de bens agrícolas e agroindustriais.

Mas, se os países menos desenvolvidos encontravam severas restrições às exportações de muitas das suas manufaturas para o mundo industrializado, na esfera agrícola eram crescentes, e talvez ainda maiores, as dificuldades do Terceiro Mundo em exportar os produtos da sua agricultura.

Vale relembrar, de início, que o setor agrícola esteve isento da disciplina do GATT praticamente desde o início da operação deste Acordo.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a admissão de excepcionalidade do setor agrícola recebeu forte apoio dos Estados Unidos e de outros países industrializados, e, também, mecanismos sofisticados de suporte à renda dos agricultores foram amplamente criados nos Estados Unidos, nos países da Europa e no Japão.

O resultado não deixa de ser um tanto curioso: enquanto as nações industrializadas protegiam a sua agricultura, os países subdesenvolvidos protegiam as suas

manufaturas - já que foi exatamente nessas duas décadas que se verificou o auge das políticas de industrialização via substituição de importações nos países do Terceiro Mundo. Vale lembrar, a esse respeito, que Prebisch e vários de seus contemporâneos da *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL), justificavam as políticas passadas de introversão do crescimento de muitas nações subdesenvolvidas, e particularmente as da América Latina, exatamente por conta das dificuldades desses países extraírem, como fonte de seu desenvolvimento, tanto o aumento das exportações de *commodities* agrícolas quanto de manufaturas intensivas em mão de obra para as nações industrializadas (PREBISCH, 1964 e 1984).

As décadas de 1970 e 1980 testemunharam o fortalecimento ainda maior das políticas de proteção à agricultura pelos países desenvolvidos.

Desde a entrada em operação da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, em 1968, as negociações das rodadas do GATT sobre o comércio de bens agrícolas passaram a ser fonte de controvérsias insuperáveis, seja entre os europeus e as nações tipicamente exportadoras de bens primários, seja entre os primeiros e outros países industrializados, que também tinham fortes interesses no comércio exterior de bens agrícolas, como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

A importância conferida pelos burocratas da CEE ao setor agrícola era tamanha que a maior parte da legislação existente para regular o comércio da Comunidade dizia respeito à agricultura e nada menos de 3/4 de todos os recursos dos países membros eram destinados apenas aos programas de subsídios, de suporte de preços e de manutenção de uma renda mínima aos agricultores europeus (SWANN, 1990; MRE/BDE, 1993).

Todos os outros países industrializados também protegiam largamente os seus agricultores. Nos Estados Unidos, a proteção do seu setor agrícola, que já era grande durante as décadas de 1960 e 1970, aumentou consideravelmente a partir dos anos 1980, com a promulgação pelo Congresso desse país, do *Food Security Act* de 1985 e com a criação do *Export Enhancement Program*, possibilitando que os agricultores norte-americanos passassem a competir mais agressivamente nos mercados internacionais de bens agrícolas (COUTINHO, 1994, p.22-24; THORSTENSEN, 1994).

A proteção à agricultura japonesa é quase anedótica. O Japão protegia tanto o seu setor agrícola, que o arroz – um dos principais bens agrícolas consumidos pelos japoneses – era produzido a um custo estimado em cerca de cinco a sete vezes o seu preço no mercado internacional.

Na verdade, é a agricultura o setor que sempre colocou as maiores dificuldades nas negociações internacionais de liberalização comercial.

O efeito dessa proteção excessiva foi o de fazer com que a agricultura produzisse enormes excedentes em praticamente todos os países desenvolvidos. É bom lembrar que após a 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos e os países europeus tornaram-se, respectivamente, os primeiros maiores exportadores de bens agrícolas do mundo⁹. Isso aconteceu, deve-se frisar, não porque os agricultores desses países fossem

⁹ No final dos anos 80 a imprensa europeia fazia constantes referências aos “*wine lakes*”, aos “*milk oceans*” e às

especialmente mais eficientes do que os dos países em desenvolvimento, mas porque os seus governos subsidiavam generosamente a produção agrícola, tornando os preços dos bens agrícolas do mundo industrializado preços políticos e não preços de mercado¹⁰. Com esses preços políticos vigentes no 1º Mundo, os países menos desenvolvidos tinham remotas chances de competir¹¹.

A proteção à agricultura e a proliferação de barreiras não-tarifárias aplicadas pelos países desenvolvidos, assim como os arranjos de preferências comerciais acima mencionados, colocaram sérias dificuldades à expansão das exportações brasileiras.

Por outro lado, o Brasil reunia uma série de características que o tornava alvo privilegiado de medidas discriminatórias em relação às suas exportações: já era um país de grau de desenvolvimento intermediário (classificado como nação em desenvolvimento de renda alta, pelos critérios do Banco Mundial) – o que o tornava inelegível para se beneficiar de diversos esquemas de preferências comerciais; era um exportador importante de alguns bens manufaturados intensivos de mão de obra e que concorrem seriamente com a produção doméstica de velhas e tradicionais indústrias de países desenvolvidos; era usuário, até anos recentes, de um vasto arsenal de incentivos fiscais e subsídios a suas exportações (esquema de *drawback*, crédito prêmio de IPI e ICM, redução de IR, incentivos financeiros pré e pós embarques, isenções de impostos de importação, do IPI e ICMS, etc.)¹² - o que fazia o país ser constantemente acusado de práticas desleais de comércio; era conhecido como país de enormes desigualdades sociais, por seus baixos salários e por fazer uso da mão de obra infantil (inclusive em setores exportadores) - o que alimentava alegações de praticar “*dumping social*”; gozava de *low profile* nos fóruns internacionais ligados à conservação ambiental, o que o tornava presa fácil dos movimentos ambientalistas em todo o mundo, sendo por isso penalizado com exigências especiais de natureza ecológica para várias de suas exportações; e tinha, até passado recente, uma das economias mais fechadas do mundo a importações, o que enfraquecia a posição negociadora do país nos fóruns internacionais de comércio, ao defender que outras nações praticassem políticas mais liberalizantes.

Não é de estranhar, assim, que o Brasil tivesse se tornado um dos países mais vitimados com a escalada de medidas protecionistas não-tarifárias que ocorreu em décadas passadas.

O cenário que se projetava para as décadas seguintes era o de uma escalada crescente de confrontos e desencontros na arena internacional. Dentro deste contexto,

“*butter mountains*” excedentes produzidos pelos agricultores da Comunidade (WILLIMANSON & MILNER, 1991, p. 194).

¹⁰ Estudos da CEE mostram que, durante os anos 1980, o custo de produção do trigo e da cevada nos países da Comunidade era 30 e 40% mais elevado do que os preços mundiais; o da carne era 90% mais alto e o da manteiga mais de 180% (SWANN, 1990, p. 219 e Tabela 20, p. 221).

¹¹ Analistas da PAC europeia chegaram à conclusão de que se a UE praticasse efetivamente o livre comércio, esta região seria importadora da maioria dos bens agrícolas que ela produz e exporta (KRUGMAN e OBSTFELD, 1999, 4ª ed. p. 199).

¹² Estimativas governamentais revelam, por exemplo, que no ano de 1987, teriam sido transferidos apenas ao seu setor exportador industrial, aproximadamente 1,8% do PIB brasileiro (BAUMANN, 1996, p. 12-14).

a comunidade internacional, poucos anos após a Rodada Tóquio, encerrada no ano de 1979, já encarava como necessária mais outra rodada de negociações multilaterais, que se iniciou em 1986, após uma reunião de abertura na cidade de Punta del Leste, no Uruguai.

4. Conclusões

Após a Segunda Grande Guerra, a economia mundial presenciou enormes avanços nas iniciativas de liberalização do comércio internacional, registrando significativo declínio nas restrições tarifárias da parte dos países industrializados, assim como também de muitas nações em desenvolvimento. Ao longo de lentas e custosas negociações multilaterais em sete sucessivas rodadas promovidas sob a égide do GATT – da primeira de 1947 (Rodada Genebra) à última, concluída em 1979 (Rodada Tóquio), chegou-se à conclusão que o mundo industrializado parecia haver praticamente eliminado as antigas e mais tradicionais formas de protecionismo explícito.

Todavia, embora as diversas rodadas de negociações do GATT tenham, em larga medida, desmantelado o que passou a ser chamado de o “velho protecionismo”, surgiu, simultaneamente à redução das tarifas alfandegárias, um conjunto de novas restrições ao comércio – as barreiras não-tarifárias – caracterizando o que veio a ser denominado de “novo protecionismo” do Primeiro Mundo, e que se manifestava por meio de formas mais veladas e mais sutis de discriminação contra importações.

Essas barreiras não-tarifárias passaram a afetar uma grande parcela do comércio mundial, atingindo de modo especial os países menos desenvolvidos e, particularmente, aqueles que já haviam alcançado estágio intermediário de industrialização, a exemplo do Brasil – porque tais barreiras se voltavam, em larga medida, para conter as exportações competitivas de produtos industrializados e agroindustriais intensivos em mão de obra dos países em desenvolvimento.

Em meados da década de 1980, com o início de mais uma Rodada, que veio a ser denominada Rodada Uruguai, a expectativa era a de que o mundo poderia vir a realizar um decidido avanço na direção de um sistema multilateral de negociações, incluindo uma redução significativa das barreiras não tarifárias, uma diminuição da proteção à agricultura pelos países desenvolvidos e um declínio da importância dos esquemas de preferências comerciais discriminatórios. Da parte dos países em desenvolvimento, por sua vez, seria exigido, como contrapartida, o abandono de políticas industriais protecionistas, um esforço crescente para a abertura de suas economias, o respeito ao direito de propriedade intelectual e certos requisitos relativos ao meio ambiente, a normas sociais e trabalhistas.

Referências

ABREU, M.P.: *O Brasil na Rodada Uruguai do GATT – 1982/1993*. PUC, Rio de Janeiro 1994.

ADAMS, W. & DIRLAM, J.B.: Concorrência Injusta no Comércio Internacional. In Institute for Contemporary Studies: *Tarifas, Quotas e Comércio* – A Política do Protecionismo. Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro, 1981.

AMACHER, R.C., TOLLISON, R.D & WILLET, T.D. A Divergência entre a Teoria e a Prática. In Institute for Contemporary Studies: *Tarifas, Quotas e Comércio* – A Política do Protecionismo. Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro, 1981.

BAUMANN, R.: (Org.) *O Brasil e a Economia Global*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1996.

_____. Uma Visão Econômica da Globalização. In Baumann, R.(Org.): *O Brasil e a Economia Global*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1996.

BHAGWATI, J. Protectionism. *The MIT Press*, Cambridge, Mass,1988.

BOLETIM de Diplomacia Econômica. Ministério das Relações Exteriores (BDE/MRE) *Edição Especial sobre a Integração Europeia*. Nº 14, fevereiro, Brasília, DF, 1993.

_____: (BDE/MRE): *O GATT e a Rodada Uruguai*. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF, nº18, agosto, 1994.

COUTINHO, P. C. (Org.): *O Impacto de Políticas de Suporte à Agricultura sobre a Economia Brasileira*: Uma Proposta de Quantificação. IPEA, Relatórios de Pesquisa, nº 29, Brasília, DF, nov. 1994.

HANSEN, R. D.: O Comércio, os Países em Desenvolvimento e as Relações Norte-Sul. In Institute for Contemporary Studies: *Tarifas, Quotas e Comércio* – A Política do Protecionismo. Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro, 1981.

HINE, R. C.: *International Economic Integration*. In Greenaway D. & Alan Winters, L. (Eds.): *Surveys in International Trade*, Blackwell, Oxford, 1994.

JOHNSON, H. G.: *Economic Policies Toward Less Developed Countries*. Frederick A. Praeger, Publishers, New York, 1968.

KRUGMAN, P. R. & OBSTFELD, M.: *Economia Internacional* – Teoria e Política. Makron Books do Brasil Editora Ltda., São Paulo, SP, 4ª Ed.,1999.

LAIRD, S.: *WTO Rules and Good Practice on Export Policy*. World Trade Organization, Staff Working Paper, Genebra, manuscript, 1997.

MEYER, M.G. e SEERS D. (Eds.): *Pioneers in Development*. World Bank/Oxford University Press, Oxford, 1984

PREBISCH, R.: *Five Stages in My Thinking on Development*. In Meyer, M.G. e Seers D. (Eds.): *Pioneers in Development*. World Bank/Oxford University Press, Oxford, 1984.

_____. *Modern International Economics, : Towards a New Trade Policy for Development*. Report by the Secretary-General of the United Nations Conference on Trade and Development-UNCTAD, United Nations, New York, 1964.

REGO, T. E. G.: Globalização e Regionalismo. In BDE/MRE: *O GATT e a Rodada Uruguai*. Nº 18, agosto, Brasília, DF, 1994.

SWANN, D.: *The Economics of the Common Market*. Penguin Books, 6th Edition, Londres, 1990.

THORSTENSEN, V. et al.: *O Brasil Frente a um Mundo Dividido em Blocos*. Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais. Ed. Nobel, São Paulo, 1994.

WILLIAMSON, J. e MILNER, C.: *The World Economy* – A Textbook in International Economics. Harvester Wheatscheaf, Londres/New York, 1991.

WORLD BANK: *World Economic Report*, Genebra, 2015.

WTO/GATT *GATT 1947* (amended through 1966), Genebra, 1994.

WTO/GATT: *The Agreement on Textiles and Clothing* (ATC), Genebra 1994.

O idearium filosófico da hispanotropicologia de Gilberto Freyre: uma antecipação da antropologia ibero-americana

*The Philosophical Idearium of the Hispanotropicology of Gilberto Freyre:
an anticipation of Ibero-American anthropology*

*El idearium filosófico de la hispanotropicología de Gilberto Freyre:
una anticipación de la antropología iberoamericana*

Pablo González-Velasco¹

Resumo

GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo. O idearium filosófico da hispanotropicologia de Gilberto Freyre: uma antecipação da antropologia ibero-americana. *Rev. C&Trópico*, vol. 43, n. 2, p. 29-62, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.2](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.2)

Entre as várias antecipações científicas pesquisadas e formuladas por Gilberto Freyre, está a “antropologia de ibero-américa”, um espaço hoje consolidado em congressos internacionais de antropologia e no mestrado universitário da Universidade de Salamanca, em que no dia 20 de fevereiro de 2019 foi homenageado o mestre de Apipucos, pelo quinquagésimo aniversário da visita institucional à universidade e a cidade de Salamanca, convidado como hóspede de honra pela prefeitura. A antropologia de ibero-américa estaria dentro do conceito teórico da hispanotropicologia, porém, a hispanotropicologia tem mais elementos que transbordam a antropologia, constituindo um conjunto de ideias sistemáticas que podemos chamar de idearium filosófico.

Palavras-chave: rodadas Lusotropicalismo. Lusotropicologia. Hispanotropicalismo. Hispanotropicologia. Tropicologia. Antropologia da Ibero-américa. Franciscanismo. Cristocentrismo.

Abstract

GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo. The Philosophical Idearium of the Hispanotropicology of Gilberto Freyre: an anticipation of Ibero-American anthropology. *Rev. C&Trópico*, vol. 43, n. 2, p. 29-62, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.2](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.2)

Among the various scientific anticipations researched and formulated by Gilberto Freyre is the “anthropology of Ibero-America”, a space now consolidated in international congresses of anthropology and in the university master’s degree at the University of Salamanca, where on February 20th, 2019 was honored the master of Apipucos, for the fiftieth anniversary of the institutional visit to the university and the city, invited as host of honor by the city hall. Ibero-American anthropology would be within the theoretical concept of hispanotropicology, but hispanotropicology has more elements that overflow anthropology, constituting a set of systematic ideas that we can call philosophical idearium.

¹ Economista espanhol (UAM). Mestrado em comunicação (URJC). Doutorando em antropologia ibero-americana pela Universidade de Salamanca. p.gonzalez@usal.es

Keywords: Lusotropicalism. Lusotropicology. Hispanotropicalism. Hispanotropicology. Tropi-
cology. Anthropology of Ibero-america. Franciscanism. Cristocentrism.

Resumen

GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo. El idearium filosófico de la hispanotropicología de Gilberto Freyre: una anticipación de la antropología iberoamericana. *Rev. Ci & Trópico*, vol. 43, n. 2, p. 29-62, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.2](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.2)

Entre las varias anticipaciones científicas investigadas y formuladas por Gilberto Freyre, está la “antropología de iberoamérica”, un espacio hoy consolidado en congresos internacionales de antropología y el máster universitario de la Universidad de Salamanca, en la que el día 20 de febrero de 2019 se homenajeó el maestro de Apipucos, por el quincuagésimo aniversario de la visita institucional a la universidad y a la ciudad de Salamanca, invitado como huésped de honor por el ayuntamiento. La antropología de iberoamérica estaría dentro del concepto teórico de la hispanotropicología, sin embargo, la hispanotropicología tiene más elementos que traspandan la antropología, constituyendo un conjunto de ideas sistemáticas que podemos llamar como idearium filosófico.

Palabras clave: Redes. Lusotropicalismo. Lusotropicología. Hispanotropicalismo. Hispanotropicología. Antropología de iberoamérica. Franciscanismo. Cristocentrismo.

1. Introdução

Mesmo sendo menos conhecido que o/a lusotropicalismo/lusotropicologia², o/a hispanotropicalismo/hispanotropicologia faz parte do sistema tropicológico freyriano. A dimensão hispânica aqui deve ser entendida como ibérica, isto é: a lusotropicologia faz parte do hispanotropicalismo. O hispano não é apenas o espanhol ou os países de língua castelhana, mas sim, o ibérico. Gilberto Freyre bebia de uma nova onda terminológica hispânica, herdeira da geração portuguesa de 1870 e do seu admirado António Sardinha em seu livro *Aliança Peninsular*. Hoje hispanotropicalismo ou hispanotropicologilogia de iberotropicologia ou iberotropicalismo. A assunção do critério hispânico de análise (iberismo metodológico), adotado pelo mestre de Apipucos, vem dos seus tempos de estudante na Columbia e de visitante em Oxford. A cultura portuguesa só podia se entender a partir da perspectiva da experiência histórica dos povos ibéricos em conjunto.

Freyre esteve na Espanha, pelo menos oito vezes, e participou do Instituto de Cultura Hispânica. Recebeu uma influência decisiva do livro *Idearium Espanhol*, de Ángel Ganivet, para formular as hipóteses básicas de sua obra *Casa-Grande & Senzala* sobre a influência momentânea no catolicismo ibérico e na colonização ibérica. Manteve esse padrão antropológico ibérico até o final mesmo havendo diferenças de grau de plasticidade entre lusos e castelhanos, segundo ele, e do nível de desenvolvimento dos ameríndios que encontraram na América. Um dos

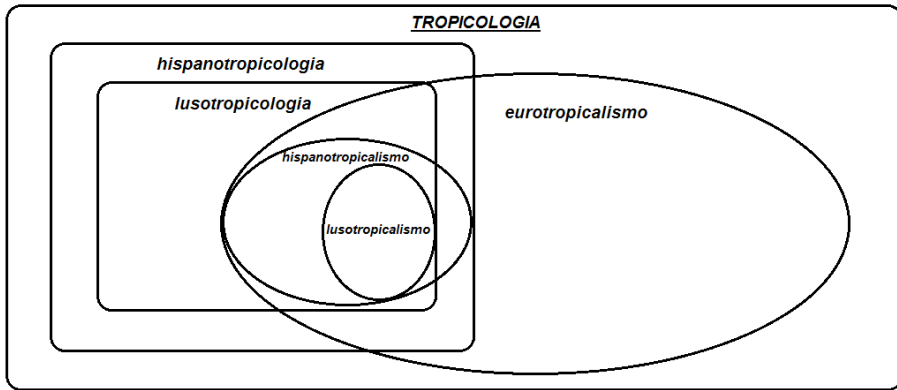
² Os dois termos são comumente utilizados, porém, para esta pesquisa, adotaremos a nomenclatura de lusotropicologia, sempre que quisermos nos referir a tal conceito.

livros que sempre quis escrever, mas não conseguiu e sempre quis, e que a guerra civil espanhola impediu, foi “Um Brasileiro na Espanha”, uma pesquisa de campo na Espanha (FREYRE, 1957). Sempre orgulhoso da sua origem galega, teve muitas amizades espanholas tais como Alberto Navarro González, Francisco Ayala, Américo Castro, e especialmente com o herdeiro intelectual de Unamuno, Ortega y Gasset e Julián Marías.

O itinerário hispânico vital de Freyre foi se intensificando. Passando de uma hispanofilia e um iberismo metodológico inicial, acrescentou uma consciência e uma defesa de um espaço geopolítico e cultural pan-ibérico (países de língua portuguesa e espanhola). A apresentação da hispanotropicalologia, no dia 26 do outubro de 1956, no claustro do Convento de Santo António, no Recife, foi a consolidação do seu iberoamericanismo e paniberismo.

A hispanotropicalologia é uma sistemática de estudo teórico, aplicável dentro de uma possível tropicalologia, como sugestão de aspiração de ciência por desenvolver, cujo presente é de um campo de estudo ainda difuso. A tropicalologia é também tropicalismo. Materialmente é o Seminário interdisciplinar da Fundação Joaquim Nabuco, com mais de 400 edições, e a revista *Ciencia & Trópico*, publicação semestral desde 1973. A tropicalologia é interpenetração de culturas e interculturalidade, e, portanto, a hispanotropicalologia é uma antecipação da antropologia ibero-americana. A tropicalologia é, ainda, “filosofia antropológica”, um “relativismo cultural” boasiano à brasileira, com uma contribuição científica para a epistemologia, tanto na perspectiva do “tempo tribo” quanto do “equilíbrio de contrários” (paradoxos). É também uma contribuição humanista para a ética ecológica, cristocêntrica e intercultural dos povos hispanotropicals, tendo como paradigma a atitude do franciscanismo. Dessa forma, podemos dizer que o tropicalismo é hispanotropicalologia, porém, nem toda hispanotropicalologia é tropicalismo. Tropicalismo é o conjunto de saberes literários e estéticos expressionistas a serviço do conhecimento dos trópicos, isto é, da tropicalologia. Tropicalismo, também, é política, mas não do tipo salazarista. É política conservadora, revolucionária e paniberista. Tropicalismo pode ser entendido, ainda, como a valorização da cultura negra e ameríndia (melanismo). Além do mais, é a aptidão do colonizador ibérico de aprender delas, incorporando a cultura do *outro*, o subalterno na cultura dominante, mesmo sem ser ciente desse processo. Nesse sentido a tropicalidade tem uma conexão com a mediterraneidade medieval e antiga.

Na VIII Reunião do Seminário de Tropicalologia, em 1980, Gilberto Freyre explicou a evolução dos conceitos tropicalistas. Primeiro foi “o conceito de lusotropicalismo, depois desdobrado em Lusotropicalologia, alargado em Hispanotropicalologia e parte vital de uma reformulada, sob perspectiva inovadora existencial, Tropicalologia”.



2. Fundamentação e metodologia do idearium Freyriano

Ao partir de certo convencionalismo, poderíamos agrupar todos esses itens da hispanotropiologia em um conjunto filosófico único. Dada à pluralidade das diferentes ideias tropicológicas, faz sentido falar de uma “filosofia” mesmo que Freyre não aspirasse a ser filósofo ou a criar um sistema filosófico. Edson Nery da Fonseca considerava:

Gilberto Freyre não foi nem pretendeu ser filósofo, mas sua obra está cheia de implicações filosóficas. Seu conhecimento de filósofos antigos, medievais e modernos é evidente em livros como *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios* (1945) e *A propósito de frades* (1959). No primeiro ele faz uma profissão de fé filosófica ao escrever que “é sempre uma pobre Sociologia aquela que hoje despreza o contato com a Filosofia”. E no segundo, que é o seu livro mais densamente filosófico, discute com proficiência a velha questão dos Universais, posicionando-se como seguidor do Nominalismo, “filosofia desenvolvida pelos franciscanos e que opôs, desde Occam, o particular ao universal, o concreto ao abstrato e ousou até dizer o especificamente regional ao abstratamente geral”. (...) “O nominalismo de Gilberto Freyre está na raiz do seu regionalismo e, conseqüentemente, do conceito existencialista de “homem situado” e do luso-tropicalismo (DA FONSECA, 2007, p.113).

Por outro lado, muitas vezes o debate sobre a tropicologia, especialmente em Portugal, ficou preso na dualidade entre “ciência” e “política”, e talvez seja mais adequado falar em filosofia sem desmentir as anteriores como sugestões. É um sistema

de vasos comunicantes. De fato, o pensamento de Freyre é filosofia teórica e filosofia prática. É antropologia e ética nos trópicos. “Toda filosofía es teórica o práctica. La filosofía teórica es la regla del conocimiento; la filosofía práctica es la regla del comportamiento en lo que atañe al libre albedrío” (KANT, 2002, p. 37). É por isso que faz sentido esse desdobramento em antropologia e ética. Acrescenta Kant (2002, p. 38): “entendimiento y voluntad son las dos fuerzas a partir de las cuales todo se origina en nuestro espíritu”. Freyre, porém, não quis sistematizar *germanicamente* sua visão hispanotropical. Seu mestre Franz Boas tinha também a mesma fobia a sistematizar seu pensamento. Gilberto não acreditava em sistemas acabados, seu espírito ensaísta-místico trazia melhores resultados e, de maior originalidade, do que os convencionalismos das faculdades, que também conhecia e valorava como algo necessário, mas secundário. Afirma Fernando Henrique Cardoso (1987): “sua força está em que, sendo um verdadeiro criador, os resultados que alcança estão além do instrumental metodológico de que dispõe”. Ainda sem sistematização escrita, apesar da grande revelação de *Como e porque sou e não sou sociólogo*, podemos imaginar que ele tinha um sistema filosófico *operativo* na cabeça, mais ou menos ciente, que não quis traduzir-simplificar em uma metodologia unificada. Seu pluralismo metodológico não admitia uma classificação rígida de ideias. Formular explicitamente um sistema filosófico poderia ter sido uma tentação apologetica ou doutrinaria que ele sempre rejeitou, mas isso não lhe poupou da tentação alheia. Com isso, amigos e inimigos, especialmente em Portugal, acreditaram que o “lusotropicalismo” era uma doutrina essencialista, mas, Salazar privadamente não acreditava nela. Em contrapartida disso, Adriano Moreira e outros estavam convencidos da validade do lusotropicalismo, numa variante portuguesamente nacionalizada, um tanto doutrinaria e anti-hispânica.

A realidade era complexa demais para sistematizar as ideias do mestre de Apipucos em um freyrismo, ou, talvez, ele não quisesse compartilhar o que ainda não descobrimos da sua visão, sua “fórmula secreta”, como aconteceu com o conhaque de Pitanga, uma fórmula “mística”, segundo Gilberto Freyre Neto, que só ele conserva e cujos ingredientes essenciais precisam de anos de maturação e elaboração. Por isso, nos perguntamos, em que lugar pode habitar essas intuições de pintor que adivinham um traço de cultura revelador de um mito reabilitador, e reciprocamente, a força do mito, com vida própria, adivinha novos traços de cultura que completam uma narrativa colada a realidade cotidiana. Nisso tudo consiste o mistério do místico e sem ele não existe. Talvez a fórmula não fosse conhecida nem por ele mesmo. Talvez nem existia uma fórmula. Simplesmente era uma atitude perante a vida. A primazia da intuição pura se sobrepondo as circunstâncias que perturbam a verdade dos fatos e tudo isso faz sentido segundo sua biografia. O menino desenhador e analfabeto aconteceu antes do escritor erudito. Finalmente, seu mito franciscano de vida, que ele tanto admirava, fê-lo tornar-se um “frade”, especialista da experimentação, que não deixa de ser um “freire” na língua galega. Há uma analogia entre o frade e o antropólogo. Ambos precisam “estar lá”. Um caso paradigmático é uma das mais prestigiosas antropólogas espanholas Teresa del Valle, que com 21 anos entrou na *Congregación de las Mercedarias Misioneras* para trabalhar nas missões na Micronésia.

A falta de uma sistematização filosófica freyriana pode explicar a insólita inexistência de discípulos e a extrema dificuldade da criação de uma escola de pensamento. Ainda sob uma hipótese utópica de conseguir ser fiel *tecnicamente* à filosofia freyriana, obteríamos como resultado um ensaísmo insípido, sem o sabor vital tropicalista tão característico e tão deslumbrante das suas obras. Como diria Manuel Bandeira: “não existem fronteiras rígidas entre a região da poesia e a ciência” (VILA NOVA, 2000, p.27). Faltaria, então, o estilo expressionista literário, esse que nos faz imaginar uma sequência de imagens intensas, como se fosse um filme, quando lemos *Casa-Grande & Senzala*. Portanto, a hipotética escola de discípulos de Freyre deveria ter um departamento de literatura tropical, junto ao de filosofia tropical. Só quem se desse bem nos dois, poderia aspirar a ser discípulo. Especialista em *aventura* e especialista em *rotina*. Maria Archer, a grande escritora portuguesa, tinha uma prosa expressionista gilbertiana, uma autêntica lusotropicalista, reconhecida pelo próprio Gilberto. Desenhava escrevendo as paisagens, inclusive as hipóteses das origens dos traços de cultura, mas faltava a base de uma tropicologia antropológica para sustentar ou rejeitar ditas hipóteses. O exemplo oposto seriam os discípulos naturais de Freyre: Marco Aurélio de Alcântara ou Vamireh Chacon, que dominaram e entenderam a hispanotropologia freyriana, mas não desenvolveram um estilo literário expressionista de tipo gilbertiano. Logicamente cada um tem sua própria experiência vital e seus estilos personalíssimos e intransferíveis, que não deixam de ter qualidade.

A hispanotropologia não pode se reduzir a um transnacionalismo panibérico, no entanto, esse também é geopoliticamente defendido por Freyre como ideário político hispanotropical. Os dois casos partem de um critério de área cultural, do *Dictionary of Sociology* de Fairchild (FREYRE, 1961), que vira um complexo transnacional de cultura. É importante, no entanto, não misturar os campos que, mesmo sendo totalmente compatíveis, não são da mesma natureza: um é parte de um projeto político paniberista e outro é uma especialização acadêmica e científica, que hoje chamamos de antropologia ibero-americana, nascida na última década do século XX e já faz parte de mestrados e doutorados de diferentes países, com especial destaque da Universidade de Salamanca. A ampliação do espaço ibero-americano ao iberófono/panibérico também faz sentido, como área de pesquisa, no âmbito da antropologia ibero-americana. O professor Ángel Espina afirma:

En una de nuestras discusiones en torno a los aspectos cambiantes de nuestros compartidos rasgos culturales iberoamericanos, varios antropólogos oriundos principalmente de España, Brasil y Portugal, observábamos la continuidad de algunos de los rasgos aludidos, fuera de la Península ibérica y de América. Esto, unido a la emergencia de áreas culturales africanas y orientales, en las que, en algunos casos, podían rastrearse mestizajes de origen ibérico, en sus diversos cruzamientos y variantes, nos llevó a pensar en la necesidad de ampliar nuestro tradicional campo de estudio en el área iberoamericana (Península ibérica, Hispano-

américa y Brasil), a otras regiones del Planeta, de alguna forma asociadas al mismo. Nos referimos concretamente, en África, a Cabo Verde, Guinea Ecuatorial, Sahara occidental, Angola y Mozambique; y en Oriente, a Macao y Filipinas, principalmente (BARRIO, 2011, p. 23).

Ainda em vida de Freyre, seu amigo Juan Comas, antropólogo-físico espanhol, exilado no México, escreveu, em 1974, o livro *Antropología de los Pueblos Iberoamericanos*. Será exatamente no terceiro capítulo (“El mestizaje en Iberoamérica desde el siglo XVI”), em que ele incluirá uma síntese dos debates acadêmicos sobre o racismo na Ibero-américa na altura histórica. Oito anos depois da morte de Freyre, e como sequela das vastas atividades do quinto centenário da chegada de Colombo na América, o professor espanhol de antropologia Ángel Baldomero Espina Barrio será o primeiro a publicar os conteúdos para uma matéria universitária de Antropologia cultural e filosófica ibero-americana e, o primeiro a implementar um Doutorado com o nome de “Antropología de Iberoamérica”, em 1997, que segue hoje como mestrado. Além do mais, foi ele quem pôs em andamento, em 1994, os congressos internacionais de antropologia ibero-americana, contando já XXIV edições, e a recente *Red Universitaria de Antropología de Iberoamérica* (RUAI), que nasceu com o apoio de 75 professores universitários de 13 países diferentes. O professor Barrio teve contato com a obra de Freyre em 1999. Em fevereiro de 2011, foi celebrado o congresso ibero-americano *Culturas y mestizajes iberotropicales* em Salamanca. Esse foi um reconhecimento, de fato, da contribuição de Gilberto Freyre, com uma participação importante da Fundação Joaquim Nabuco, por meio de Mário Hélio Gomes de Lima, ex coordenador-geral da Editora Massangana. A colaboração entre a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade de Salamanca foi materializada na publicação em papel ou digital das palestras de vários congressos de antropologia ibero-americana. Durante o VIII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Antropología Aplicada, simultâneo com o XIII Congreso Internacional de Antropología Iberoamericana, em abril de 2008, em Salamanca, Gilberto Freyre foi homenageado em uma mesa redonda, após a conferência do professor Gomes de Lima: “El cuerpo del antropólogo”, publicada também com o título “Gilberto Freyre y la Antropología Aplicada”.

A antropologia de Ibero-américa é uma antropologia de uma Península e uma América mestiça. Para Ángel B. Espina Barrio, a antropologia de Ibero-américa:

[...] no tiene nada que ver con posiciones políticas, o ideológicas, ni coloniales, ni neocoloniales, ni tampoco postcoloniales. Simplemente es el trabajo antropológico sobre las culturas iberoamericanas”, independentemente dos seus sujeitos. São “culturas de pueblos que tienen elementos ibéricos y/o amerindios y/o afroamericanos; en diversas cualidades, mezclas y modalidades (BARRIO, comunicação eletrônica, 10/09/2018).

Esse antropólogo coloca como exemplo o trabalho que estão fazendo na Universidade de Busan (Coreia do Sul) e aponta como há “adiciones emergentes dan cosas nuevas” e “querer excluir componentes culturales por razones ideológicas no esta bien. Eso lleva a la falacia, el desarraigo y la compulsión y a la imitación de modelos extraños”. Sua escolha para nomear como “iberoamérica” a esse espaço multinacional como quadro de pesquisa foi porque viu uma “fórmula sintética” para países com uma “cultura mestiza iberico-indígena-afro, con tintes latinos y anglosajones, y se habla español y portugués” (BARRIO, comunicação eletrônica, 10/09/2018).

A antropologia da ibero-américa tem precedentes na historiografia latino-americana (ESPINA, 1998) e, tem uma atitude neutra politicamente, mesmo assumindo um quadro de iberismo metodológico. Essa disciplina tem contribuído com novas perspectivas na teoria antropológica geral, como são os casos de: o giro ontológico do perspectivismo amazônico de um discípulo brasileiro de Lévi-Strauss, Eduardo Viveiros de Castro; e o giro decolonial, partindo de uma crítica radical do eurocentrismo, entre outros. Em 2002, foi criada a *Asociación de Antropólogos Iberoamericanos en Red* (AIBR). Querendo superar a territorialização interna espanhola, a AIBR estabelece um quadro ibero-americano de forma instrumental e flexível. A partir de 2001, publica a revista *AIBR*, (*Revista de Antropología Iberoamericana*) e, em 2019, organizou em Madrid seu V congresso internacional.

Assim como faz a politologia com a comparação de políticas, há também um interesse de comparar colonialidades entre diferentes áreas transnacionais de cultura. No mundo anglo-saxão costumam falar de estudos pós-coloniais (pós-colonialismo). Alguns destes assuntos ficam próximos da antropologia de Ibero-américa. O mestrado da Universidade de Salamanca é o referente universitário mais importante da Antropologia de Ibero-américa, cujo programa oficial explica que

tem uma formação de caráter investigativa no campo das Ciências Sociais e Jurídicas e tem por objetivo principal a formação antropológica aplicada ao conhecimento das culturas ibero-americanas. Entretanto, conta também com disciplinas optativas que tratam dos aspectos sociológicos e humanísticos, sempre em relação a etnologia do campo sociocultural, bem como com as perspectivas comparativas e interculturais. Busca: a) fomentar a investigação e a formação de especialistas tanto na Espanha como em ibero-América sobre a realidade sociocultural; b) impulsionar estudos comparativos e c) fomentar a interculturalidade na comunidade ibero-americana, promovendo a integração das diversas culturas, tanto de ascendência indígena, africana, como ibérica e latina em geral (GORTARI, 2018, p. 111).

A antropologia da ibero-américa pode compartilhar os princípios da hispanotricologia freyriana criticando o eurocentrismo, sem necessariamente assumir um anti-iberismo cultural. Uma antropologia conectada com a interculturalidade ibérica ou o estudo do intercambio colômbino.

Mesmo que não fosse por meio de Freyre, a inspiração pioneira da Universidade de Salamanca na criação de um doutorado demonstra que a antropologia hispanotropical (hispanotropologia) de Freyre se antecipa quatro décadas. Perante as mesmas realidades culturais ibero-americanas, incluindo Espanha e Portugal, diversos autores inferem ideias próximas a Freyre sem ter lido ele. Portanto, a obra freyriana reforça a disciplina da antropologia ibero-americana a qual Gilberto aspirava que no futuro tivesse todos os meios, os cientistas, as honras, as distinções e as publicações, que merece uma sugestão de ciência nascida da experiência ibero-americana e brasileira, do mesmo jeito que existe a islamologia ou a glaciologia, as quais Freyre citava como exemplos. Convém esclarecer que ele não era um dogmático querendo sentar na cátedra em nome da ciência mas, o contrário. Ele foi o um grande rival do racismo científico e valorava todo tipo de saber, incluído o literário, como um elemento útil para o conhecimento humano, mas também não iria desmerecer uma disciplina fecunda com grandes possibilidades de futuro, pois, sempre matizava que era uma “sugestão” de “possível” “ciência”, “ciência experimental e até existencial” (FREYRE, 1975, p.81), cujo interesse de estudo, sob critério hispânico, isto é, iberismo metodológico, já vinha propondo tempo atrás:

En la conferencia pronunciada en la Universidad de San Marcos en el Perú, tuve la oportunidad de sugerir la elaboración de una historia transnacional de las Américas hispánicas -esto es, las de origen portugués y español-, en las que se tomarán en consideración las coincidencias del sentir y el penar de sus élites, así como las tendencias de comportamiento de sus poblaciones prenacionales y nacionales en general. Sería un trabajo de cooperación, para el que se convocaría a historiadores, antropólogos y sociólogos de todas las naciones hispánicas. (...) Y lo que se necesita son obras colectivas en las que se reúnan testimonios de intelectuales de los diversos países hispanoamericanos para que con sus respectivas y diferentes perspectivas nos den bases más amplias para el desenvolvimiento entre nosotros, hispanos de América, de una noción más precisa de la unidad que hay en el conjunto que formamos y de los que tiene de valor universal o cósmico -como diría Vasconcelos- en las culturas, las artes, las ciencias, los estudios, los comportamientos, etc., de las gentes de que constituyen el mismo conjunto. Posteriormente amplíé la idea en Buenos Aires y en universidades europeas, incluso en un curso impartido en la Universidad de Salamanca: la historia así concebida no sería sólo la comparada de las naciones que forman el conjunto hispanoamericano, sino la de todas aquellas naciones y casi naciones que forman, con las dos naciones hispánicas maternas, el conjunto de poblaciones y culturas marcadas desde su origen y en sus funciones por la presencia y la influencia hispánica y que hoy constituyen todo un vasto mundo hispánico. (FREYRE, 1975b, p. 37).

A hispanotropologia representa também a possibilidade de uma ética ecológica intercultural nos trópicos. Uma ética que vem da tradição ibérica, da experiência brasileira e pan-ibérica, inspirada e adaptada ecologicamente aos trópicos, e que promove valores estéticos e morais para inspirar um modelo de modernização política, social e cultural adequada ao ecossistema dos Trópicos. Uma ética (FREYRE, 1975) adequada a uma sociedade que aposta pela interpenetração de culturas, adaptação e exaltação da natureza tropical. Essa ética não é ideológica, mas sim, política, no seu sentido mais nobre, que nada tem a ver com politicagem nem a doutrina totalitária colonialista, com “um sentimento filosófico-político”, “uma filosofia antropoecológica” (MONTEZUMA, 1975). Afirma Freyre:

[...] é claro que, de certo ponto em diante a lusotropologia teria de preocupar-se com valores, ao tornar-se senão uma filosofia de ação sócio-cultural para brasileiros e portugueses, em particular e para os hispanotropicals, em geral, a base de uma engenharia-social a ser desenvolvida por esses povos (FREYRE, 1964, p.43).

CONTEÚDOS DA TROPICOLOGIA FREYRIANA	
Sintemática de estudo teórico-prático dos trópicos, candidata a possível futura ciência como a glaciologia ou a islamologia	
Antropologia lusa, ibero-americana e pan-ibérica	Interpenetração de culturas
	Critério hispânico (iberismo metodológico)
	Interculturalidade pós-moderna
Fundação Joaquim Nabuco (pluralismo metodológico)	Seminário de Tropicologia
	Revista Ciência&Trópico
Filosofia antropoecológica	Tempo Tribio (epistemologia)
	Relativismo cultural
	Equilíbrio de antagonismos (paradoxos)
	Ética ecológica intercultural
	Métodos sociológicos de assimilação
Tropicalismo	Cristocentrismo / Franciscanismo
	Estética e ética ecológica interracial
	Saberes literários e artísticos ao serviço da tropicologia
	Ideário político: conservador/revolucionário. Hispanismo/peninsularismo
	Melanismo: valorização do negro e o ameríndio
	Aptidão ibérica de aprender dos povos não-ibéricos
Ensaísmo pan-ibérico	

A ética hispanotropical é sociologicamente cristocentrista. Isto é, uma projeção unitária do mundo e da humanidade que está emparentada ibericamente com o maomecentrismo. O franciscanismo, que teve a proteção e promoção de Alfonso X el Sabio (ROJO, 2014), teve muita influência na aristocracia castelhana (ORDAX, 1992) e portuguesa. Gilberto Freyre em *A propósito de Frades* afirma:

Tese franciscanista esboçada por mestre Jaime Cortezão e desenvolvida ou renovada por pesquisadores brasileiros: tese segundo a qual o descobridor português teria agido (...) antes como cristão do que como português, sem que isso importasse em perfeição ou pureza ética do seu comportamento cristão apenas em expressão sociológica do seu ânimo de considerar-se antes cristão que português”. (...) “Desse método talvez não seja inexato dizer-se que, com todas as suas imperfeições, foi um método, com seu aspecto sociológico, franciscano, importando em considerar o europeu, irmão em Cristo, o indivíduo de cor que se tornasse cristão; e sobre essa base fosse admitido à sociedade portuguesa (...)

E o professor Lewis Hanke já mostrou com um livro publicado em 1935 pela Universidade de Harvard – *The First Social Experiment in América* – que o primeiro inquérito em torno da inteligência e das aptidões de ameríndios executaram-no, por ordem de Madrid, frades espanhóis, muito antes que na América Inglesa começassem a florescer (...) a antropologia experimental (FREYRE, 1959, p.27-7-8).

Sobre o cristocentrismo renascentista existe uma vasta bibliografia teológica. O cristocentrismo é um antropocentrismo dissimulado, mas sob os princípios do teocentrismo. É Deus feito carne. Um homem cheio de virtudes e bondade, modelo de humanidade (O'CALLAGHAN, 1997). Esse humanismo cristão vem sendo representado, segundo Freyre, pelo catolicismo ibérico e, de forma paradigmática, pela ordem dos franciscanos, opinião compartilhada com Frei Luís de León (FLOREZ, 1968). Segundo Beguin: “*El cristocentrismo de Francisco no es más que un aspecto y una consecuencia de su fundamental teocentrismo*” (BEGUIN, 1977, p.56). O pesquisador Juan J. Álvarez defende que o humanismo franciscano é um “estilo de vivir” e uma “pedagogía”, que aparece “ante el hombre actual, con un carácter paradójico que la hará ser signo de contradicción y que, probablemente, atraiga su atención sumiéndole en una positiva perplejidad” (ÁLVAREZ, 2001, p.30). Segundo Merino Abad para Francisco de Assis “lo utópico se convirtió en tópico”. “No es Francisco quien vive en utopía, es utopía quien ha tomado morada en Francisco”. La fuerza convincente del franciscano está “en la experiencia gozosa del amor gratuito de Dios y la reconquista confiada y alegre de la inocencia perdida” (MERINO, 1991, p. 5). O místico Francisco é:

un ser compuesto de espíritu y materia al mismo tiempo, que es imagen y semejanza de Dios (aspecto óntico-entitativo), en relación abierta y religante con el ser finito-infinito (aspecto referencial operativo), proyectado en el tiempo y en el espacio (aspecto mundano e histórico) e inserto y vinculado en una comunidad de personas concretas (aspecto vocacional-significativo). El hombre franciscano es una tensión indefinida e infinita hacia una síntesis deseada, pero aún no lograda (MERINO, 1983, p.116-202).

Freyre elogia em *Casa-Grande&Senzala* o método franciscano de cristianizar. Frente às críticas da evangelização religiosa, Gilberto cita a um irônico frei Engelhardt: “*we do not find that Christ directed His Apostles to teach reading, writing and arithmetic*” (FREYRE, 2010, p. 174). Isto é, um método muito laico de educação geral (CARDELÚS, 2018) adaptado às circunstâncias ameríndias. O franciscanismo é sinônimo de cristocentrismo (civilização do crucifixo).

O franciscanismo de Freyre penetrou na casa da rua dos irmãos, em que na entrada, na parte direita, uns azulejos avisam que é a “Vivenda de Santo Antônio de Apipucos”. O filho de Freyre teve o nome de Fernando, nome de batismo do líder franciscano que se desdobrou em grande santo casamenteiro popular e faz parte das tradicionais festas juninas, do candomblé, e inclusive houve uma tradição das autoridades de dar condecorações ao santo. Portanto, Francisco se aporuguesou por meio de Santo Antônio. Inclusive há um antepassado galego de Freyre do século XIV, Juan Freire de Andrade, sepultado na *Iglesia de San Francisco* (Betanzos; Galícia; Espanha). O próprio convento onde Gilberto apresentou explicitamente a hipanotropologia foi o Convento de Santo Antônio, inaugurado na altura da unidade ibérica, em que levas de franciscanos iam as Américas. O convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro é também da mesma época. Segundo José Antonio Hoyuela Jayo: “Al inicio de la unión ibérica sólo había jesuitas. Con Felipe II van a entrar franciscanos, carmelitas y benedictinos” (GONZÁLEZ, 2019). Freyre valorizou o nominalismo franciscano medieval, muito influente na sua base filosófica, segundo Vamireh Chacon, com uma dupla origem: o Stanford das missões franciscanas e o Oxford do metodismo. Freyre escreve no seu diário em 1922:

Dizem-me que nesta velha casa onde estou em Oxford – a casa de Mrs. Coxhill: residência que me foi designada pela Universidade, que em Oxford é soberana morou John Wesley. Que é assim casa histórica. Aqui é que ele, um irmão e mais dez rapazes, todos estudantes da Universidade, teriam organizado o clube de que resultaria o Metodismo. Não que eles pretendessem criar uma seita à parte da Igreja Anglicana. De modo algum. O que eles pretenderam, dentro de estilos ingleses, foi tentar – suponho eu – dentro da Igreja Anglocatólica uma espécie de reforma como a dos franciscanos dentro da Igreja Católica de

Roma. Menos sábia, porém, que a Igreja de Roma, a Anglicana não soube absorver a energia nova e moça representada pelo “franciscanismo” de Wesley e de seus companheiros, que sem serem ortodoxos nem pretenderem ser clérigos, mas só por fervor líricamente evangélico, deram para pregar o Cristo e o Cristianismo nas ruas e aos pobres – fora das convenções anglicanas. Pelo quê a Igreja Anglicana os expulsou. Daí o metodismo, depois tão forte nos países de língua inglesa onde é hoje uma espécie de caricatura de franciscanismo. Um franciscanismo a que faltasse, além de sentido poético, o seu natural ambiente: o de uma igreja necessitada de reforma não teológica, mas social, moral, de espírito, dentro dela própria. E não fora dos seus muros e dos seus dogmas e dos seus ritos (FREYRE, 1975b, p.195).

A leitura, na mocidade de Freyre, das obras do converso ao catolicismo e especialista na figura de São Francisco, Gilbert Keith Chesterton, é coerente com esse interesse intelectual franciscano, essa opção pelo catolicismo e essa curiosidade pelos paradoxos. Em uma carta ao seu pai escrita em Stanford University, no dia 15 de abril de 1931, descreve “os edifícios de Stanford no estilo das antigas missões (franciscanas) espanholas, com escadas, pátios. Há um pátio, com uma fonte no meio, donde sempre está saindo água – alguma coisa do árabe – onde às vezes me sento depois do almoço ou passeio depois do jantar” (FREYRE, 1978, p.57).

Em *A propósito de Frades e Vida, forma e cor*, Freyre incluirá conferências sobre o reflexo do nominalismo na evangelização hispano-tropical dos franciscanos. Esse nominalismo desmancha um ideal de arte e beleza eurocentrista, muito ao contrário dos pintores holandeses de Recife que europeizavam a paisagem. Edson Nery da Fonseca considera *A propósito de Frades* “a obra mais filosófica de Freyre, sendo oportuno salientar sua filiação ao nominalismo franciscano e sua crítica ao realismo aristotélico” (DA FONSECA, 2002, p.27). Mesmo que singulares, o português e o espanhol, para Gilberto Freyre, têm “bastante de unidade em seu modo peninsular de ser ou vir sendo cristianismo” (FREYRE, 1959, p.91). A preferência franciscana de Freyre foi sempre muito explícita, como sempre foi à rejeição dos jesuítas, apesar de ele gostar de Santo Inácio de Loyola. Segundo o professor Vamireh Chacon o:

antijesuítico resíduo protestante dele e as origens anglo-americanas metodológicas funcionalistas da sua busca de fundamentação filosófica no nominalismo franciscano medieval. Quanto à implícita acusação de imposição do Ratio Studiorum como desculturação dos indígenas para reaculturação europeizante, leve-se em conta como os demais missionários do século XVI, primeira colonização ibero-americana, estavam todos menos ou mais imbuídos de Renascimento. Comprovam-no os currículos das suas escolas paralelas às dos jesuítas (CHACON, 1995, p. 190)

O cristocentrismo é um humanismo renascentista, prévio as tendências excludentes e inferiorizantes da ilustração e do racismo científico. Pressupõe um etnocentrismo baixo, porque esconde um teocentrismo universalizador, em que, perante Deus, todos os seres humanos são iguais, sendo Deus e sua encarnação em Cristo, quem têm as características humanas mais perfeitas.

Freyre confronta o cristocentrismo com o etnocentrismo. O cristocentrismo teria uma projeção sociológica e o etnocentrismo anti-sociológica. O etnocentrismo é uma forma de racismo primitivo. Dito de outro modo, o racismo é uma ideologia baseada num etnocentrismo moderno que justifica um sistema de discriminação racial de um grupo humano, cuja exclusão da *humanidade* pode ser parcial (segregação) ou total (holocausto; eugenia). Freyre acredita que tanto o cristocentrismo quanto o etnocentrismo estão presentes em todas as sociedades ocidentais. Porém, nas católicas ibéricas, o cristocentrismo predomina sobre o etnocentrismo, a diferença das protestantes em que predomina o etnocentrismo do cristocentrismo.

Para enriquecer o quadro freyriano, propomos novos termos com o intuito de frisar os processos histórico-culturais. Acreditamos que para analisar as sociedades de modernidade burguesa, do final do século XIX até a Segunda Guerra, pode ser mais significativo falar de “cristo-renascentismo”, para designar o cristocentrismo e o etnocentrismo, de “etno-racismo”, situado este necessariamente na modernidade burguesa (s.XIX e XX). Essa proposta pretende frisar a origem diacrônica dos fenômenos, apesar de ter uma manifestação sincrônica na modernidade e pós-modernidade, independentemente das suas predominâncias e ressurgências. Nas sociedades nas quais a ciência predominava sobre a doutrina religiosa, predominava o etno-racismo, ao contrário das sociedades nas quais a doutrina religiosa predominante era a ciência, e, portanto, predominava o cristo-renascentismo. No entanto, o aburguesamento, a secularização, a ilustração e um crescente intercâmbio científico internacional, faziam com que o etno-racismo fosse penetrando nas elites das sociedades de base cristo-renascentista, como as de origem ibérica, que atuavam imitando a Paris, Berlin, Londres e Washington. Essa interiorização do etno-racismo provocou também que houvesse produção própria, por tanto, que fossem corresponsáveis do fenômeno mundial. Porém, é importante sublinhar a origem e os principais focos de exportação ideológica do racismo científico. Pois, nenhum deles era ibérico.

Para Lévi-Strauss, um etnocentrismo moderado é uma virtude em termos de coesão do grupo. Diria, em outras palavras: em termos de autoestima e de criação de mitos bons que estimulem a população a atingir novas metas sociais. O cristocentrismo das sociedades ibéricas renascentistas está fora de toda dúvida, que é quem se lança na empresa da colonização da América. Nos séculos XIX, XX e XXI, há uma complexidade maior pelo predomínio etnocentrista das potências da Conferência de Berlim. O cristocentrismo é um humanismo de baixo etnocentrismo, que encontra seu antagonismo sociológico num anti-humanismo etnocêntrico. Esse etnocentrismo sobrecarregado, no entanto, só é racismo quando é uma ideologia que racializa e exclui sociologicamente. O etnocentrismo como ideologia que inferioriza ao outro foi subindo degraus de radicalidade, no norte

da Europa, por meio do darwinismo social que se desdobrou em biologia eugênica e sociologia racista, configurando o que se chamaria de racismo científico. O ensaio de Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853), é um divisor de águas. A grande experimentação do racismo científico será desenvolvida durante o colonialismo mais depredador, que é aquele da Conferência de Berlin, dos séculos XIX e XX, e finalmente seu paroxismo, estourando no meio do primeiro mundo, no meio da culta e moderna Europa: o nazismo.

Retomando à análise da colonização ibérica da América, de tipo cristo-renascentista, Freyre afirmará:

Cristocêntricos mais que etnocêntricos – o que parece ser exato do português, mais ainda que do castelhano – suas relações com os não-europeus desde o início implicaram transigências com os valores temporais espaciais de culturas não-européias. Tais transigências talvez só se expliquem à luz de um etnocentrismo porventura mais fraco que o dos povos do Norte da Europa; e de um cristocentrismo desde os velhos contactos da gente hispânica com a árabe, a moura, a judia, disposto a adaptar valores espiritualmente cristãos a outros estilos de cultura, além dos europeus; e a intensificar sua espiritualidade ao calor da espiritualidade maometana ou islâmica. (FREYRE, 1975, p.54)

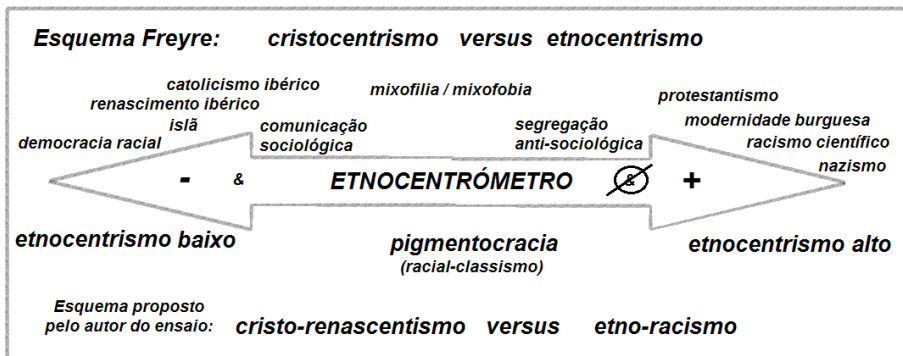
[Gilberto cita ao Professor M.D. W. Jeffreys]: O Papa Gregório I -que morreu no ano 604- deu instruções a Santo Agostinho sobre como deveria agir quanto a conversão dos ingleses mas somente os ídolos; que nos tempos conservados, depois de consagrados à Igreja fossem levantados altares e depositadas relíquias, convertendo-se assim esses antigos tempos dedicados aos demônios em casas de culto ou adoração do “verdadeiro Deus”. (...) “Se antecipava a modernos métodos sociológicos de assimilação: “a culture trait need not be extirpated; all that is necessary is to alter its orientation” (FREYRE, 1966).

3. A intercomunicação de extremos sociológicos na colonização ibérica

A política dos cristãos ibéricos para Freyre se baseava nos métodos sociológicos de assimilação no esforço de catequese entre populações tropicais. Em México, se incorporaram culturas nativas nos rituais do cristianismo. Freyre cita ao Professor Charles S. Bradem que reconhecia a interpenetração de culturas como tendência hispânica. Esta comunicação sociológica inter-racial ibérica foi possível porque houve canais de

comunicação na sociedade (dispositivos sociais de intercomunicação). Canais que se expressavam: 1) Na evangelização que só existiu na parte ibérica; exigia comunicação sociológica e conhecimento parcial, por parte dos frades e autoridades, da língua e da cultura nativa na conquista ibérica nas condições pré-colombianas ameríndias; 2) no convívio na casa grande sob escravidão, que aconteceu também no Sul dos Estados Unidos. Aqui não entraria o modelo das Repúblicas de Índios sob o Império espanhol, mas no seio desse conviviam outros modelos sociológicos; 3) no convívio das ruas e praças no México e nos países ibero-americanos. As grandes praças que tinham tradição pré-hispânica incorporaram a tradição hispânica de praças maiores. Foi um lugar de trocas, além da igreja e outros espaços públicos de socialização. Na América Inglesa, apesar da participação dos negros na economia, seu trabalho na economia dos Estados Unidos, estavam excluídos das ruas e das praças, do centro da cidade e igrejas, a segregação sociológica foi realidade até 1964, tendo sequelas culturais até hoje.

É importante descartar toda interpretação essencialista ou *adanista*, de virtudes supostamente inatas ou baseadas em uma predestinação gloriosa dos povos ibéricos. Na verdade, não há excepcionalidade ibérica na longa mestiçagem dos antigos povos do mediterrâneo. Nem há uma ausência completa do preconceito étnico. A excepcionalidade está na modernidade burguesa, de forte influência protestante, que fez possível um alto etnocentrismo exclusivista. Dessa maneira, o comportamento da colonização ibérica é produto de circunstâncias aprendidas com o *outro* e uma decidida ação de origem renascentista. As heranças ibéricas nos trópicos ou quase trópicos fazem parte de uma tradição hispanotropical de vocação mixófila que desborda dos limites da escravidão. A mixofilia acontece antes, durante e depois da escravidão.



Os ibéricos, simplesmente, fizeram o que humanamente é mais lógico num contexto de baixo etnocentrismo. Estabeleceram permanentemente canais de comunicação sociológica (dispositivos sociais de intercomunicação) com populações conquistadas e escravizadas. O que implica a criação de um “mercado” de intercâmbio cultural (“toma

y daca”), desequilibrado e não completamente bidirecional, em que foi possível a doação e recepção de diferentes produtos e habilidades culturais, sejam técnicas, costumes, cultivos, soluções úteis para as partes, e finalmente, essa interpenetração de culturas que deu origem a uma sociedade culturalmente mestiça, o que não significa que isso tenha um traslado, em termos democráticos na organização social da sociedade inaugurada pelo conquistador. A singularidade cronológica é que os ibéricos foram os primeiros e o fizeram antes da poluição racista da ilustração e sua continuação no cientificismo racista dos anglo-saxões, germanos e alguns franceses, cuja influência ideológica se sentiu nos países ibéricos. Paradoxos da modernidade burguesa.

Haverá quem diga que a falta de consciência de espécie dos ibéricos, e seu baixo etnocentrismo, é simplesmente prova de uma fraqueza cultural e que por isso devia vampirizar as outras culturas à diferença dos britânicos. A singularidade, para os críticos, poderia ser que eram ladrões de culturas. Mas essa argumentação não resiste à análise comparativa, porque naquela época Espanha e Portugal tinham as vanguardas universitárias de Europa e a experiência do renascimento de ação da nacionalidade ibérica que tinha digerido o nervo da reconquista e a digestão do renascimento *andalusí* (CASTRO, 1948). Éramos, em palavras de Camões, a cabeça de Europa. A cabeça porque o Norte estava no Sul, e porque era onde estava a inteligência técnica, acadêmica e humanista da Europa. Até os analfabetos ibéricos tinham uma bagagem cultural muito importante. A estratégia de Hernán Cortés, antes de ser um *Apocalypse Now*, foi um imperialismo inteligente. Segundo o professor Espina Barrio:

Inconscientemente inspirada en las últimas luchas contra las taifas musulmanas de España, busca y encuentra fácilmente la división entre los habitantes de la región. En una acción osada, aunque poco escrupulosa, hace prisionero a Moctezuma y, por si fuera poco, su lugarteniente Alvarado descabeza de otro golpe de mano la clase militar azteca. La lucha se prolongará por algún tiempo pero la superioridad del armamento, el apoyo tlaxcalteca y las epidemias de viruela con su fuerte efecto desmoralizador, jugarán a favor del capital español. Tomada la capital mexicana, Cortés establece un Estado centralizado en el mismo lugar donde estuvo el azteca (BARRIO, 1992, p.64).

Toda esta assimilação simbiótica da toma de Granada é explicada pelo catedrático granadino José A. González de Alcantuz:

Existe un vínculo entre la conquista del reino moro de Granada y la de América es asunto ampliamente aceptado, devenido incluso lugar común para los investigadores desde un par de décadas. (...) El propio Colón, se ha señalado, no pudo explicar de otra forma que mediante analogías con el medio ibérico, en el que la confrontación islamo-cristiana era norma, lo que veía en las islas

caribeñas. En su cabeza estaba presente el mundo árabe, de cuyo contacto en Granada procedía, y el asiático, al cual creía haber arribado. Se piensa, así pues, que Colón y los intérpretes que lo acompañaban recurrieron al ordenamiento que ha utilizado el ser humano desde siempre cuando se enfrente por primera vez a un mundo nuevo: acercarlo y compararlo con lo conocido, para que de este modo entenderlo y nombrarlo. De aquí que los sonidos taínos que oía, desconocidos para él, los pudiera interpretar analógicamente como árabes. Todo lo extraño, cabe colegir, debía ser islámico. Por su parte, Hernán Cortés, que no había conocido directamente la conquista de Granada por ser demasiado joven en aquel tiempo, había visitado con anterioridad a su marcha a América esta mítica ciudad. Y esta visita al parecer debió de impactarle, puesto que cuando trata de explicar las vestimentas de los autóctonos de Yucatán recurre a compararlas con la de los moros granadinos. Es más, a los mercados indígenas de ropa los denomina “alcaicerías, rememorando los mercados islámicos de la seda. De los cuales había uno en Granada” (GONZÁLEZ ALCANTUD, 2011, p.221).

Como em Granada, pretende-se que a nova grandiosidade supere a grandiosidade arquitetônica anterior. Há um outro paralelismo: a evangelização do muçulmano e do indígena, como cita o professor Boxer, os jesuítas no Peru afirmam que a maioria dos ameríndios são “como os mouros de Granada”, “são cristãos só de nome e a prática é só em cerimônia externa” (BOXER, 1978, p. 106). O professor José A. González Alcantud afirma:

Se ha subrayado que los métodos de catequización empleados en América fueron ensayados antes con los moriscos granadinos y que su polémica se exporta a América, empleando en aquella incluso a sujetos experimentados previamente en el trato con moros y moriscos. Empero, frente a métodos similares empleados en los territorios moriscos de la España peninsular y en las nuevas tierras de América, siempre hay que poner el contrapunto de las diferentes reacciones de moros e indios ante el cristianismo, los primeros reacios al mismo y los segundos fácilmente sujetos de transculturación religiosa (GONZÁLEZ ALCANTUD, 2011, p. 223).

É importante sublinhar o abrupto descenso da população indígena por causa da falta de anticorpos e de doenças provenientes do gado europeu. A América foi por milênios um continente quase completamente isolado, isto é, biologicamente isolado do resto do mundo. O próprio indiófilo Lévi-Strauss (1993, p. 124) reconhece que:

“Las enfermedades infecciones introducidas por los colonizadores” dejaron “espantosos estragos” que “se sabe que causaron a veces la eliminación de poblaciones enteras en el lapso de algunos días o algunas semanas”. O objetivo da evangelização exclui a possibilidade de um genocídio planejado, todo esforço evangélico e educativo tem um objetivo de retorno para a sociedade, o indivíduo e a própria crença.

É certo que parte dos conquistadores que chegaram eram “povão” ibérico, especialmente no início da chegada a América. Um povo muito aventureiro, com sonhos de utopias e paraísos, e sem medo ao ignoto, como os astronautas de hoje. De fato, a corrida espacial entre os Estados Unidos e a União Soviética tem um paralelismo entre a guerra fria de Portugal e Espanha na corrida dos descobrimentos e a volta ao mundo, finalmente completada por Elcano.

Não sabemos se porque fosse um donjuanesco, o “povão” expiaria alguma culpa para os críticos, ou teria sido melhor ter havido gente fina da aristocracia desde o início. Os séculos de guerra peninsular podem ter criado certa selvageria e depravação própria de toda conquista, inclusive das inter-étnicas ameríndias, ou como aconteceu com o exército napoleônico na Espanha, no século XIX, em que o “ilustrado” exército arrasou grande parte do patrimônio nacional. Os próprios frades denunciaram abusos num contexto anarquizante no qual ainda não havia se estabelecido uma ordem social. Segundo Pedro Borges: “*La técnica lascasiana [de Bartolomé de Las Casas] de defender a España poniendo de relieve sus errores terminó convirtiéndose en una arma arrojada ante la propia España con motivo de la guerra de Frades*”, ao ser aproveitada pelos seus inimigos “*para hacer odiosa a una España que había perpetrado tantas iniquidades en el Nuevo Mundo*”. A *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* do frade De Las Casas, o que teve de serviço aos indígenas americanos frente a abusos de conquistadores, viu ser instrumentalizada nas mãos dos holandeses “como panfleto propagandístico parcial e interessado” (LIZCANO, 2010). Finalmente propiciou o fim da escravidão indígena, e essa, junto com a alta mortalidade ameríndia por patógenos europeus (CROSBY, 2002), abriu a porta para o traslado forçoso do negro como escravo. A denúncia de parte de uma realidade não reduz toda a realidade à parte denunciada. A experiência franciscana seria aquela parte da realidade não-denunciada, a parte ética da conquista. Segundo o padre franciscano Frey Toribio de Benavente Motolinia, os doze franciscanos, no México, causaram impacto e surpresa:

[...] Un gran impacto y sorpresa entre la población autóctona. Así, cuando los religiosos viajaron hacia la capital, los indios les seguían comentando con asombro su paupérrimo traje y sus maneras tan diferentes a las usuales entre los otros españoles. Les rodeaban diciendo: Motolinía, Motolinía. Intrigado fray Toribio por esta palabra que tanto repetían preguntó a un español sobre su significado. El español respondió que quería decir pobre o pobres. Conmovido el frade afirmó que ese sería su nombre a partir de entonces para toda su vida y, en efecto, firmó usualmente con el nombre Motolinía. Relato este episodio, qui-

zá un tanto mítico en su expresión, para mostrar la efectiva y verdadera identificación de muchos de los religiosos tuvieron con sus nuevos hermanos americanos. (ESPINA, 1992, p.61).

Os franciscanos promoveram também, não sem resistências, ordenações de padres indígenas, para maior sucesso da evangelização como foi a experiência do *Colegio de la Santa Cruz de Tlatelolco*. As prensas móveis na América hispânica fizeram parte de um reforço para a evangelização e a extensão da língua e sua nova gramática (1492). No caso das Ilhas Filipinas, depois da colonização dos Estados Unidos, o espanhol só resistiu nas línguas sincréticas populares, porém, o catolicismo continua sendo hegemônico. O frei Domingo Fernández Navarrete, que esteve nove anos (1648-1657) nas Ilhas Filipinas, considera os indígenas filipinos excelentes pintores, escultores e escritores. Livros em tagalo são impressos pelos religiosos espanhóis e os filipinos “adoram ler”. Fernández Navarrete se mostra entusiasmado pelo fervor religioso deles (BOXER, 1978).

O jesuíta P. Acosta escreveu um tratado sobre a *Historia natural y moral de las Indias*, publicada em 1589, que:

Admirado ante las altas civilizaciones del Perú y Mesoamérica se dedica a defender la indubitable racionalidad del indio y a estudiar sus leyes y costumbres pues en lo que no contradicen la religión cristiana europea merecen para el autor ser mantenidas y respetadas. Enfrentados a una rica diversidad cultural y social y afirmando la unidad del género humano tratadistas como Motolinía, Torquemada, Sahagún, Durán, Acosta, o, como después, el obispo fray Diego de Landa en Yucatán, y otros muchos, realizaron una ingente obra de recuperación y descripción etnográfica que ha sido culpablemente ocultada en casi todos los tratados y manuales sobre Antropología del mundo anglosajón (ESPINA, 1992, p.63)

Em 1951, no mesmo ano que foi para o ultramar português, Freyre afirmava:

Sou dos que consideram um erro imaginar-se o espanhol ou o português gente sempre desdenhosa do saber experimental. A colonização espanhola ou portuguesa da América se fez não a esmo, mas sobre base científica: estudando-se experimentalmente a capacidade ou as aptidões dos povos indígenas por meios de inquéritos, estudos, pesquisas cujos resultados ainda hoje são lidos com proveito por antropólogos e sociólogos. Realizaram principalmente essas pesquisas frades admiráveis que à fé religiosa juntavam a fé na ciência”. (...) “Sempre teve entre espanhóis a meditação filosófica: menos a dos filósofos conven-

cionais ou sistemáticos que a dos pensadores livres e disfarçados em ensaístas ou alongados em místicos”. (...) Dizendo hispânico uso o adjetivo que a todos nos une: espanhola das várias Espanhas, portuguesas da Europa, luso-descendentes da América, da África, da Ásia, e das ilhas, descendentes americanos e de espanhóis. Formamos um conjunto de cultura valorizada na sua unidade pela diversidade (FREYRE, 1951).

As ideias sobre hispanotropicologia, segundo Freyre, “*están esbozadas en algunos trabajos como la conferencia que pronuncié en la Universidad de El Escorial*” (FREYRE, 1977, p.13) e no curso na Faculdade de Filosofia de São José “Em torno alguns problemas de método de Antropologia e Tropicologia”, cujo programa incluía uma conferência sobre “o hispano e sua ciência diante do trópico: possível extensão em hispanotropicologia de uma também possível lusotropicologia”, segundo informa o Diário de Pernambuco no dia 8 de abril de 1956. Em total na hemeroteca do Diário de Pernambuco há 29 referências à hispanotropicologia. No dia 10 de julho de 1956, na inauguração dos cursos de verão de El Escorial, cidade onde Filipe II de Espanha (I de Portugal) governou o mundo ibérico, símbolo de renascimento hispânico, Freyre falou sobre *Algunos aspectos de la colonización europea de los trópicos: el método ibérico y otros*. No entanto, a apresentação explícita da hispanotropicologia, uns meses depois, foi numa conferência, intitulada *Em torno ao esforço franciscano no Brasil*, no claustro do convento franciscano de Santo Antônio do Recife, na noite de 26 de outubro de 1956, por ocasião das comemorações dos 350 anos da fundação do convento (1606), construído duas décadas depois do mosteiro de El Escorial (1584). Freyre afirmará que “o convento é tão de Recife que sem ele não se concebe a paisagem, a vida ou a cultura recifense, é mais que história é intra-história”, como diria Unamuno. “Foi sobre esta pedra que se edificou a civilização recifense”. Essa presença é um “estar sendo”, afirma Gilberto de modo orteguiano.

Com certeza a viagem a Espanha de 1956 influenciou no lançamento e efusiva difusão do conceito hispanotropical, como alongamento do lusotropical, em diferentes publicações e conferências, que aparecerão reunidas no livro *A propósito de frades*, publicado pela Universidade da Bahia em 1959 com subtítulo: *Sugestões em torno da influência de religiosos de São Francisco e de outras ordens sobre o desenvolvimento de modernas civilizações cristãs, especialmente das hispânicas nos trópicos*. Também aparecerá a conferência hispanotropical, sobre o esforço franciscano no Brasil, no primeiro volume do livro *Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil. Edição Comemorativa do Tricentenário, 1657-1957*, editado pela Casa Provincial, em 1957. Esse livro será recebido pelo embaixador espanhol Tomas Suñer, enviado pelo cônsul na Bahia. Esse informa ao embaixador em janeiro de 1959, que “Freyre está preparando el libro *A propósito de frades* con temas hispánicos” (SUÑER, 1959).

Será na conferência, do convento de Santo Antônio, em que se falará a primeira vez em hispanotropicologia. Depois da formulação da sugestão do (luso)tropicalismo em Coimbra, foi proposto o termo (luso)tropicologia, caindo o termo lusotropicalismo

em um desuso progressivo por parte de Freyre. Serão poucas as vezes que ele usará e quando o fizer, fará sempre com uma conotação de saberes não-científicos, de tipo literários, ou de atitudes acordes à ética ecológica intercultural que ele reivindicava como parte da tradição e da utopia. Portanto, Freyre escreve antes hispanotropicalismo do que hispanotropicalismo. Este último será usado menos de dez vezes, frente à meia centena de vezes que mencionará a hispanotropicalologia.

Para Freyre o melhor modelo de ética hispanotropical, no sentido de ibero-tropical, são os franciscanos. Ordem de valores de austeridade e desapego material. Reconhece presença de franciscanos castelhanos (FREYRE, 1959) e portugueses no Brasil, e é nesta citação em que fala por primeira vez da hispanotropicalologia, descrevendo o “ânimo confraternizante da parte das populações ibero-católicas” e advertindo que, antes dos protestantes holandeses terem pesquisado sobre os trópicos, Recife estava: “já iluminada pela presença franciscana já católicas ibéricas”. Os franciscanos:

Tinham lançado as bases de uma tropicalologia senão toda científica, parte científica e outra parte, paracientífica, dentro da qual há quem hoje suponha que se possam encontrar elementos de um particularíssimo esforço europeu – o hispânico- em busca de um conhecimento científico do trópico: conhecimento confundido com experiência, vivência, existências pelo hispano quando residente do mesmo trópico. Esse particularismo, se de fato houve, permitiria falar-se de uma hispanotropicalologia, e dentro dela, de uma subciência ainda mais particularizada, a saber, uma luso-tropicalologia (FREYRE, 1959, p.25).

Os franciscanos eram populares por ter mais cuidado e menos cobiça. Hispanotropicalólogos como antecipadores de uma ciência e hispanotropicalistas como atitude, atitude com tradição e utopia. O mestre de Apipucos, no dia 10 de novembro de 1957, no convento franciscano de Salvador da Bahia afirmará:

Sou daqueles a quem não repugna de modo algum o fato de terem sido tais franciscanos, espanhóis, certo como me parece, do conjunto hispânico, que inclui portugueses e espanhóis, e de Brasil que, sendo nação hispânica, é mais hispânica que as outras da América – as apenas espanholas. Filha de Espanha e não somente de Portugal, embora especificamente portuguesa no principal de sua formação, a nação brasileira é às vezes hispânica; tem hoje a serviço de sua cultura duas vezes hispânica, e não apenas uma, exato como é que o brasileiro pode ler no original Dom Quixote quase com a mesma facilidade que lê Gil Vicente; Unamuno com a mesma facilidade como que lê Euclides da Cunha” (...) O “sentido lato do adjetivo “hispânico” que é o mesmo adjetivo “ibérico” (FREYRE, 1959, p. 51).

Freyre acredita que os frades são como Quixote. Um paradigma de colonização bem-feita. Uma evangelização partindo do conhecimento do evangelizado e dos saberes dele. Seguindo o exemplo de Ramón Llull, “expressão suprema de esse catolicismo poético profundamente hispânico” (FREYRE, 1959, p.6). “Concordando com o Professor Fernand Braudel”, Gilberto se considera “escritor filiado principalmente à tradição espanhola de Ramon Lull; remoto espanhol que para compreender o islamismo desdobrou-se em mouro – desdobrar-se em personalidades complementares da sua e que se auxiliassem na percepção de uma realidade múltipla e complexa” (FREYRE, 1968, p. 117).

No prefácio do livro *A propósito de Frades*, comentando um livro espanhol, no qual há muita crítica dos frades na Península, Freyre afirma:

E justo admitir-se ter havido por vezes excesso prejudicial de frades na vida de Espanha, e, ainda mais, na de Portugal: frades sem vocação; frades estereis, frades até obscenos, como os das caricaturas e as das anedotas. Mas sem que isto nos autorize a separar-se o engenheiro-arquitecto, da moderna cultura anglo-americana; ou engenheiro naval, da cultura britânica... (...) Sem o frade não teria havido esplendor de mosteiros, conventos, abadias, nem nas Espanhas nem suas colônias, e sem mosteiros, conventos abadias, a arquitectura hispânica se empobreceria (FREYRE, 1959, p.5).

Ainda no ano 1957, aparecerá a segunda edição de *Problemas Brasileiros de Antropologia*, em cuja introdução, apontará a “crescente contribuição brasileira para o desenvolvimento em ciência sistemática de uma hoje vaga e dispersa Tropicologia, dentro da qual se constituísse uma lusotropicalologia, tendo por ciência intermediária, uma também especial ou particular Hispanologia ou Hispanotropicalologia”. Também nesse ano, aparecerá uma reedição de um livro do tamanho de *incunável*, mas do século XVII, com prefácio de Freyre: *Morão, Rosa & Pimenta: notícia dos tipos de livros vernáculo sobre medicina no Brasil*. Um estudo crítico sobre o sarampo, a constituição pestilencial de Pernambuco e o achaque do bicho, de mestres que tinham se formado em Coimbra e Salamanca. O prefácio de Freyre será intitulado como *Frades e Médicos na colonização hispânica dos trópicos*. Nele citará a Américo Castro, Gregorio Marañón e Santiago Ramón y Cajal. Deste último é reproduzida a afirmação: “mi ideal es América y singularmente la América tropical, esa tierra maravillosa”. Freyre mencionará a recente hispanotropicalologia e afirmará que, “a ciência do homem, de tradição mais genuinamente hispânica, é uma ciência dependente, pelo fato de ser antes qualitativa que quantitativa, antes impressionista que estática, antes psicologia do que lógica”. O prefácio é de dezembro de 1956, e foi publicado posteriormente dentro de *A propósito de frades* e em solitário no ano de 1959, com o título *A propósito de Morão, Rosa e Pimenta: sugestões em torno de uma possível hispanotropicalologia*.

Américo Castro acreditava que os frades em geral, mais influenciados pela teologia da escola de Salamanca, “trataban a los indios como a sus hijos, mientras que los seglares los usaban como esclavos” (CASTRO, 1954). Benumeya acreditava que os franciscanos sempre tiveram grande consideração dos muçulmanos quando tentaram evangelizá-los:

Por la antigüedad y continuidad han de citarse, ante todo, los franciscanos, pues ya en 1219 su fundador, San Francisco de Asís, fue respetuosamente recibido en su campamento por el Sultán de Egipto, Malik de Kamil, y luego han sido siempre franciscanos los que en Palestina custodiaron la parte católica de los Santos Lugares, entre constante consideración de los musulmanes, mientras en Marruecos se vió a los Sultanes enviar franciscanos como representantes suyos en negociaciones diplomáticas (BENUMEYA, 1953).

Manuel Lizcano lembrará dos doze “mínimos franciscanos” do México e “su inmortal diálogo con los doce viejos sabios náhuas, sus interlocutores”. Um diálogo utópico que evidencia duas “antagónicas Modernidades: la sobrehumanadora del hombre evangelizador y la eurocêntrica del hombre autofundamentado”. Freyre falaria, nesse sentido, do exemplo cristocentrista franciscano frente ao alto etnocentrismo dos protestantes e cientificistas. O fundo da relação do índio e do ibérico, segundo Lizcano, evoca “la preparatoria mestización y “reconquista” peninsular medieval, con Sefarad y al-Ándalus; así como la lógica obstinación, tanto de los viejos sabios aztecas como de los frailes, en confundir la verdad, sin más, con sus respectivos credos de dominación (sin omitir los dualismos cosmogónicos de unos y las angelologías de los otros)” (LIZCANO, 2010).

Américo Castro aponta a diferença com a colonização protestante inglesa:

Los ingleses pensaron en organizar una sociedad civil, y no en extender su fe religiosa entre los indios. Hubo algún intento aislado de propagar el cristianismo entre los indios durante el siglo XVII, John Eliot (164-1690) predicó a los indios de Nueva Inglaterra en su lengua, y tradujo la Biblia para ellos. Mas la diferencia con la América española es que los indios cristianizados (un número pequeño) no convivieron con los ingleses, y los misioneros no tomaron partido a favor de los indios y en contra de los colonizadores, según hicieron los frailes españoles en América y en Filipinas (CASTRO, 1954).

Cabe remeter ao jesuíta José de Anchieta, muito citado por Freyre *Casa-Grande&Senzala*, fundador de São Paulo e Rio de Janeiro. Canário, sendo as ilhas africanas de Canárias o primeiro experimento de colonização com relação ao

indígena (guanche) e na aclimação intermediária dos cultivos peninsulares e americanos (CARDELÚS, 2018). No século XV, houve guanches cativos de espanhóis, portugueses e franceses, quando ainda não havia uma instalação colonial estável, que foram vendidos como escravos na Península e na Madeira (CROSBY, 2002). O referido jesuíta estudou em Coimbra, foi dramaturgo e escreveu a primeira gramática em tupi, idioma que emprestou palavras na toponímia e no vocabulário português, mas pereceu, a diferença do guarani paraguaio.

No artigo, *Aspectos das Atividades Franciscanas no norte do Brasil*, publicado em *O cruzeiro* em 1957, e no livro *A propósito de frades*, Freyre falará do caráter imperialista e eurocêntrico do racismo da modernidade burguesa norte-europeia: “Dom José sempre barbas ruivas ou nossas senhoras com face côr-de-rosa. Semelhante arte nunca foi principalmente cristã quando pretendeu estender-se assim europeia a povos não-europeus: foi imperialista europeia. Foi racista. Foi burguesa” (FREYRE, 1959, p.171).

No dia 12 de junho de 1958, Freyre proferirá uma conferência no Instituto Joaquim Nabuco: *O Brasil como expressão do ethos hispânico: a predominância desse ethos sobre diferencia de raça e cultura*. A hispanotropicologia e a tropicologia em geral, desde 1956 até a morte de Gilberto, não deixaria de ser desenvolvida. Um dos seus discípulos mais próximos, Marco Aurélio de Alcântara, da equipe de pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco, apresentou na Espanha *Las bases de una Hispanotropicologia: el concepto de tempo en el arte y la vida hispánicas* em dezembro de 1958, na cátedra de Filosofia social da Universidade de Madri. Esse texto foi lido por Américo Castro como informa o Diário de Pernambuco no dia 29 de março de 1960.

No ano 1982, Gilberto Freyre publica um artigo no jornal espanhol, *El Norte de Castilla*, com o título, *Un Colonizador Simbiótico: el ibérico*, termo que nos remete a uma associação íntima e recíproca de benefício mútuo. Termo muito usado pelo seu amigo espanhol Américo Castro, especialista na Ibéria muçulmana.

El europeo ibérico, cuando se transformó en colonizador de espacios no-europeos, tuvo la originalidad sociológicamente significativa, de en parte, deseuropeizarse para volverse simbiótico por su transeuropeidad. Se ha vuelto psicosocialculturalmente simbiótico. Por esta razón, ha asimilado, como ningún otro europeo, no-europeísmos que repercutieron sobre la cultura o la civilización ibérica en sus fuentes europeas transmitiéndole nuevos aspectos, nuevas tendencias, inclinaciones e, inclusive, nuevos destinos. O creando, entre los no-europeos, salvo influencia básicamente ibérica, vocaciones creativas. De este modo, el colonizado se ha vuelto, por simbiosis, socio del colonizador. (...)

La colonización, de la cual se puede suponer, salvo perspectiva sociológica o socioantropológica, haber sido simbiótica en sus interpenetraciones -la de la fuerza colonizante y la de la

fuerza colonizada- se diferencia de modo incisivo, del colonialismo puro. En lugar de solamente dominador o simplemente transmisor de valores innovadores a colonizados totalmente pasivos, se diferencia por haber asimilado y adoptado valores de los colonizados, dando al colonizado oportunidades de expresión de sus culturas nativas, ecológicas, telúricas.

Nadie niega violencias, algunas veces de las más crueles por parte del colonizador ibérico, en relación a gentes no europeas sobre las cuales llegó a dominar (FREYRE, 1982).

Em 1961, Freyre escreverá, provavelmente, o texto de hispanotropicologia mais acadêmico entre os que ele publicou, pela quantidade de citações a outros professores para justificar essa linha de pesquisa que ia de mãos dadas com a geopolítica pan-ibérica. Esta conferência foi apresentada no encontro *El Occidente en esta hora de Iberoamérica, X Reunión internacional del Centro de Documentación e Información*, em Madrid, entre os dias 7 e 9 de julho. Freyre não conseguiu ir, mas a conferência foi publicada e muito bem recebida. No texto da conferência, há elementos comuns à conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (julho de 1959), que foi publicada como *Uma Política transnacional de Cultura para o Brasil de hoje*. Também há trechos no artigo do *Cruzeiro* de primeiro de julho de 1961: *Brasil: líder da civilização tropical* e no prefácio de *Morão, Rosa e Pimenta (1957)*, texto incluído também em *A propósito de Frades* (p.128), na palestra intitulada *Frades e Médicos na Colonização hispânica nos trópicos (1957)* e publicado como opúsculo com o subtítulo: *Sugestões em torno de uma possível hispanotropicologia*. O nome da conferência foi: *Una área de civilização em desenvolvimento: a hispano-tropical (1961)*.

Freyre encontrará no historiador-sociólogo indiano K. M. Panikkar, com o seu livro *Asia and Western Dominance: a comprehensive study of the European impact on Asia, from Vasco da Gama to the mid-twentieth century (1953)*, a verificação da sua visão do cristocentrismo ibérico frente o etnocentrismo norte-europeu. Gilberto cita ao professor Charles S. Bradem que reconhecia a interpenetração de culturas como tendência hispânica e acrescenta:

E com relação à América Espanhola, obras como a do franciscano Jerônimo de Mendieta, *História Eclesiástica Indiana*, escrita nos fins do século XVI. Por essas e outras crônicas, aliás, vê-se terem os religiosos hispânicos participado na América, como participaram no Oriente, de esforços de interpenetração de culturas noutras esferas, além da propriamente religiosa: inclusive médica. Foram alguns deles, nesse particular, rivais de médicos propriamente ditos, dos quais se sabe que vários eram cristãos-novos ou judeus. Mas cristãos-novos ou judeus condicionados quase sempre pela tradição ou situação cultural de hispanos; e

talvez atraídos para os trópicos por uma permanente saudade de um paraíso por eles perdido, que era um paraíso de clima quente e de vegetação sempre verde. Foram, assim, colaboradores valiosos da obra de expansão hispânica nos trópicos, dentro das premissas sociologicamente cristocêntricas (FREYRE, 1961).

Em 1966, publicará como separata do Boletim informativo de junho de 1966, da Universidade da Bahia: *Brasil, nação hispânica*. Em 1975, publicará o opúsculo *O Brasil como nação hispano-tropical*, em São Paulo, pelo Clube Atlético Paulistano, com este subtítulo: *Suas constantes e suas projeções transnacionais*. Segundo Edson Nery da Fonseca: “trata-se de conferência lida no Clube Atlético Paulistano em 10 de outubro de 1975, com introdução e saudação do escritor José Leite Cordeiro, então presidente da Academia paulista de Letras”. Posteriormente publicará este artigo na Espanha, com algumas atualizações especialmente na parte de África portuguesa, já *independizada*, na Revista de Cultura Brasileira: *Nuevas consideraciones de Brasil como nación hispanotropical* (Junho, 1977; nº44; e 1997). Acredita que o Brasil deve assumir maiores responsabilidades transatlânticas, no exercício de uma liderança de uma civilização hispanotropical “paradoxalmente tão singularmente plural, além, de complexa”, podendo encontrar soluções mistas, harmonização dos contrários, numa cultura se estabilizando relativamente. “Reabilitação não significa, de modo algum, tentativa de canonização sociológica” da colonização ibérica, esclarecia Freyre. Reproduzimos parte do artigo acadêmico de Freyre que foi uma conferência dada na Bahia em 1965:

Não é de agora, mas de ensaio publicado em 1951, o afã com que venho procurando distinguir o esforço colonizador do hispano, em geral, do português, em particular, nos trópicos, do “colonialista” – em que por vezes esse esforço lamentavelmente se deformou – sugerindo, para caracterizá-lo, em contraste com os de outros europeus, a expressão “cristocêntrico”, com um sentido, é claro, apenas sociológico; e visando antes uma definição que uma apologia. Mais uma definição de predominâncias características de um comportamento; e não a definição desse comportamento em termos absolutos. Pois em termos absolutos seria uma definição inexata. Seria um erro procurar-se reabilitar a figura do hispano, em geral, do português, em particular, como colonizador de terras tropicais, exaltando-a, idealizando-a, quase santificando-a. (...)

“O sistema ibérico de adaptação de homens, valores e técnicas europeus e ambientes tropicais, parece vir sendo, com todas as suas imperfeições e deficiências, o mais eficaz. A política hispânica, em geral, portuguesa, em particular, de pluralismo cultural, antes convergente que apenas paralelo, vêm incluindo,

há séculos, a adoção, pelos europeus, de tais valores e técnicas, como a farinha da mandioca como substituto do trigo; a rêde ameríndia, como substituto da cama européia; a cerâmica ameíndia, como substituto da européia. Não sòmente isto: as próprias autoridades Católico-romanas foram, nos dias coloniais, tolerantes para com os elementos ameríndios e africanos de cultura tais como danças tribais em festivais da Igreja. (...)

As ideias sôbre tropicalismo em geral, e sôbre Tropicologia, Hispanotropiologia e Lusotropiologia, em particular, partidas do Brasil, e as sugestões, também partidas daqui, e sôbre o mesmo Brasil como parte de uma complexa civilização ecológicamente tropical – uma civilização ao mesmo tempo transnacional e interregional tendo por base essa ecologia – e formada por um conjunto de áreas, todas tropicais, geograficamente descontínuas algumas, porém sempre interrelacionadas pelas suas comuns condições ecológicas e pelos seus também comuns motivos essenciais de vida e por processos idênticos de integração nos trópicos, quer úmidos, quer áridos – condições tropicais e motivos e processos, pan-hispânicos – estão esboçadas em vários trabalhos brasileiros – alguns ainda inéditos, como a conferencia que em 1956, proferi na Universidade do Escorial, na Espanha, sôbre o Brasil como nação duplamente hispânica; as conferencias que pronunciei sôbre o assunto, em 1953, no Recife e foram repetidas, em 1954, na Bahia e no Rio de Janeiro; como preleções lidas em universidades europeias e dos Estados Unidos, de 1959 a 1964. Publicadas como “notas prévias” a um nôvo conceito de tropicalismo se acham as conferencias que proferi em 1951 no Instituto Vasco da Gama, na Índia, e em 1952, na Universidade de Coimbra (FREYRE, 1966).

A hispanotropiologia tem um olhar transhispânico como assim se demonstrou na boa recepção de *Casa-Grande & Senzala* na hispano-américa:

“O sociólogo cubano Fernando Ortiz, ao proclamar ser necessário que se elaborasse um livro semelhante ao brasileiro, tendo o tema as origens e o desenvolvimento das sociedades e das culturas daquela parte da América Espanhola; o crítico marxista Juan Antonio Portuondo, ao insistir na mesma necessidade e ao apresentar o mesmo livro como “exemplo” e “modelo” para os homens de estudo da América Espanhola inteira, segundo êle presos, ainda, a métodos convencionalmente burgueses de análise antropológica ou de interpretação sociológica.

“Antropólogo preocupado” (...) “pelo processo constante de interpenetração e já hoje reconhecido como luso ou hispanotropical” (FREYRE, 1968, p.68).

“se pode concluir quanto à Venezuela, como quanto ao Brasil, que o negro, em vez de haver representado apenas, como morador de senzala ou de mucambo, o papel de elemento social e culturalmente passivo, na formação dessas sociedades predominantemente neo-ibéricas nos trópicos, também “fue colonizador”. O mesmo sucedeu noutras áreas tropicais, hoje marcadas pela presença de sociedades neo-ibéricas de formação patriarcal” (FREYRE, 1968, p.152).

4. Considerações finais

O que a hispanotropologia desvela, sem esquecer o conflito de classes, é como o colonizador ibérico foi também parcialmente “aluno” e “colega” do ameríndio conquistado e do co-colonizador (“escudeiro”) negro escravizado, sendo estes, paradoxal e parcialmente, insistimos, “professores” e “colegas” do colonizador. Dentro do paternalismo, a olhos de hoje excessivo, revela certa humildade, isto é, baixo etnocentrismo, do colonizador e seus descendentes perante os saberes do outro. O conquistador nem sempre tinha razão, com humildade aprendia das razões dos outros. O relativismo cultural aprendido por Freyre de Franz Boas é aplicado também ao colonizador. Desde o ângulo do movimento negro e do indigenismo, poderia se denunciar que o que aconteceu de singular é que o ibérico se “apropriou culturalmente dos conhecimentos deles”. Inclusive, desde esse ângulo moralista extemporâneo daria para concluir que foram mais inteligentes que os colonizadores anglo-saxões, que desprezaram a contribuição cultural e o convívio com os marginalizados do poder político. Também é verdade que houve ameríndios com uma civilização no litoral do Pacífico, com classes sociais e tributos, que nada tinha a ver com as tribos do Brasil e das treze colônias britânicas. E, por exemplo, no Brasil, houve os negros escravizados malês que eram muçulmanos e que vinham já alfabetizados da África, do seu próprio povo, e inclusive conseguiam enganar aos portugueses. Ainda que muitos fossem analfabetos, os ibéricos vinham de uma terra culturalmente privilegiada, produto do cruzamento de diferentes civilizações e experiências de lidar com o outro. Eles representaram a grande resistência antiescravista na Bahia e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, uma fonte de alimento civilizacional para a sociedade portuguesa instalada nos trópicos americanos. A sorte dos ibéricos esteve na qualidade dos seus “colegas” e “professores” de colonização (ameríndios e negros). O termo conquista sempre foi muito usado num sentido diferenciador de outros “conquistadores” europeus. Talvez, porque os espanhóis conquistaram uma civilização ameríndia, com suas classes sociais, seu sistema impositivo, a diferença de portugueses e ingleses que encontraram tribos.

Surpreende como os conquistadores, por exemplo, do grupo de Hernán Cortés, teceram alianças com povos oprimidos pelo Império asteca, sem conhecer ambas as partes nem uma palavra da língua um do outro. Essa habilidade de comunicação é extraordinária, em que requiere descrições sobre situações, lugares, sofrimentos, planos, compromissos, crenças, etc... Por outro lado, uma vez instalados, os colonizadores ibéricos continuaram tendo vários canais de comunicação direta e efetiva do ponto de vista sociológico: as praças públicas, os mercados, as casas-grandes (chamadas também de “casas pobladas” (ZAMORA, 2009) ou “estancias” na América espanhola), as igrejas, etc... Havia trocas culturais, ainda que não fossem entre sujeitos iguais perante o poder. Havia convívio dentro e fora do trabalho. Insisto, não entre iguais, mas haveria convívio nesses espaços sociais de intercomunicação. Inclusive dentro dos grupos étnicos, havia diferenças de classe intra-étnicas, como demonstram os casamentos entre espanhóis pobres e filhas da nobreza indígena.

A hispanotropicalologia volta, por meio da antropologia ibero-americana, para pesquisar todas essas questões perturbadoramente polêmicas, mas paradoxalmente fascinantes.

Referências

AGUILERA PORTALES, Rafael. El problema del etnocentrismo en el debate antropológico entre Clifford Geertz, Richard Rorty y Lévi-Strauss. *Gazeta de Antropologia*, 2002.

ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Carta ao embaixador Tomas Suñer. *Caixa 51/16532. Archivo de la Administración de Alcalá de Henares* (Espanha), 18/06/1958.

ÁLVAREZ, Juan J. Bases antropológicas para una pedagogía franciscana en el mundo actual. *Depósito Digital UFV*. Universidad Francisco de Vitoria, 2001.

BARRIO, A.B. *Culturas tradicionales de España e Iberoamerica*. Instituto de las Identidades (Diputación de Salamanca). 1ª ed., 1ª imp.(04/2004)

_____. Los postgrados de antropología en Iberoamérica. Em: *Antropología en Castilla y León e Iberoamérica*. Salamanca: Junta de Castilla y León, p. 31-36. 1998.

_____. Antropología filosófica y cultural iberoamericana. Em: *HEREDIA SORIANO, A. (ed.), Mundo Hispánico-Nuevo Mundo. Visión filosófica*, Eds. Universidad de Salamanca (Salamanca, 1995)333-338.

_____. & GONZÁLEZ DE LA FUENTE, Iñigo (eds.). *Antropología de Iberoamérica: estudios socioculturales en Brasil, España, México y Portugal*. Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

_____. *Culturas y Mestizajes Iberotropicales*. (ed.) Consejo Editorial. Editora Massangana, 2011.

- _____. *Manual de Antropologia Cultural*. Amarú Ediciones, 1992.
- _____. *Antropología aplicada en Iberoamérica*. Fundação Joaquim Nabuco, 2008.
- _____. Email a Pablo González Velasco, 10/09/2018.
- BENUMEYA, Rodolfo. *Hispanidad y Arabidad*. Ediciones Cultura Hispánica, 1953.
- BOXER, C.R. *The Church Militant and Iberian Expansion. 1440-1770*. The Johns Hopkins University Press, 1978.
- CARDELÚS, Borja. *La Civilización Hispánica. El Encuentro de Dos Mundos*. Edaf, 2018.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Gilberto Freyre, um Verdadeiro Criador. *O Globo, Rio de Janeiro*, 26/07/1987.
- CASTRO, Américo. *España en su historia; cristianos, moros y judíos*. Buenos Aires, Editorial Losada, 1948.
- CASTRO, Américo. *Iberoamérica: su historia y su cultura*. Hold, Rinehart and Winston, INC. 1954.
- CHACON, Vamireh. Gilberto Freyre. *Uma Biografia Intelectual*. Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1993.
- CHACON, Vamireh. *O Humanismo Ibérico*. Estudos Gerais. Série Universitária, 1995.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico. A expansão biológica da Europa 900-1900*. Compañía de las Letras, 2002.
- DA FONSECA, Edson Nery. *Em Torno de Gilberto Freyre: Ensaios e conferências*. Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2007.
- DA FONSECA, Edson Nery. *Gilberto Freyre de A a Z*, Zé Mario editor, 2002.
- FLOREZ, F. S. *Cristocentrismo teológico en Fr. Luis de León*. Biblioteca La Ciudad de Dios. Real Monasterio del Escorial, 1968.
- FREYRE, Gilberto. *A propósito de frades*. Universidade da Bahia, 1959
- FREYRE, Gilberto. *Brasil, nação hispânica. Novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor*. Universidade da Bahia. Separata do Boletim Informativo – Parte Cultural.Nº114-115, Mario – junho de 1966.
- FREYRE, Gilberto. *Cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do brasil e do estrangeiro*. MEC. 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande&Senzala*. Marcial Pons. Edición española, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Ed. da Universidade, 1968.

FREYRE, Gilberto. Mexicanos, Brasileños y el mundo hispánico. *Norte: Revista Hispano Americana, México (263): 37-40, tercera época, 1975c*

FREYRE, Gilberto. Notas sobre la Cultura Hispánica. *Revista Cuadernos Hispanoamericanos. Número 85*. Madrid. Enero, 1957.

FREYRE, Gilberto. Nuevas Consideraciones sobre Brasil como nación hispanotropical. *Revista de Cultura Brasileña. Número 44*. Junio 1977 e 1997.

FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*, Livraria J. Olympio Editora, 1975

FREYRE, Gilberto. O exemplo que nos vem das Espanhas. *Diário de Pernambuco, 9/03/1951*.

FREYRE, Gilberto. Prefácio do livro *Interpretación de Brasil*. México, 1964.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930*. Olympio, 1975b.

FREYRE, Gilberto. Uma área de civilização em desenvolvimento: a hispano-tropical. *El Occidente en esta hora de Iberoamérica. X Reunión Internacional del CEDI*. Madrid, 1961.

FREYRE, Gilberto. *Un Colonizador Simbiótico: el ibérico. Norte de Castilla*. 23/04/1982

GONZÁLEZ ALCANTUD, José Antonio. *Racismo elegante: de la teoría de las razas culturales a la invisibilidad del racismo cotidiano*. Edicions Bellaterra, Barcelona, 2011.

GONZÁLEZ VELASCO, Pablo. Entrevista a José Antonio Hoyuela Jayo. *Blog Estado Ibérico*, 5/01/2019.

GONZÁLEZ VELASCO, Pablo. Gilberto Freyre: una visión brasileña de la comunidad bilingüe panibérica. *Revista Iberoamericana De Educación, 81(1)*, 15-34. <https://doi.org/10.35362/rie8113533>

GORTARI DO COUTO, Ana Laura. O fazer antropológico na contemporaneidade e a educação intercultural: um estudo sobre o programa de pós-graduação em Antropologia de Ibero-américa da Universidade de Salamanca. *Revista Euroamericana de Antropología, n.º.6*, p. 103-116, 2018.

KANT, Immanuel. *Lecciones de ética*, trad. De Roberto Rodríguez Aramayo y Concha Rondán Panadero, Barcelona, Edit. Crítica, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. *Raza y cultura*. Cátedra, 1993. E Tristes Trópicos, 1988.

- LIZCANO, Manuel. *Tiempo del sobrehombre*. Sepha. Instituto de Estudios Panibéricos. 2010.
- MERINO ABAD, J. A. *Humanismo franciscano. Franciscanismo y mundo actual*. Madrid, 1983.
- MERINO, J. A. *Visión franciscana de la vida cotidiana*. Ediciones Paulinas, 1991.
- MONTEZUMA DE CARVALHO, Joaquín (coord). *Entrevista a Gilberto Freyre*. Frente de Afirmación Hispanista. México, 1975.
- MORÃO, ROSA & PIMENTA: *noticia dos tipos de livros vernáculo sobre medicina no Brasil*. Editora: Arquivo Público, 1956.
- O'CALLAGHAN, Paul. Cristocentrismo y Antropocentrismo en el horizonte de la teología. Una reflexión en torno a la epistemología teológica. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra. *18 Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra*, 1997.
- ORDAX, Salvador Andrés. *Homenaje al profesor Hernández Perera*. El cristocentrismo franciscano a fines de la edad media y su reflejo en la iconografía iconográfica de los condestables de Castilla. Universidad Complutense de Madrid, 1992.
- P. B. BEGUIN. Visión de Dios en San Francisco y la que tiene el hombre de hoy, em *Verdad y Vida* 35, 1977.
- ROJO ALIQUE, Francisco Javier. Intelectuales franciscanos y monarquía en la Castilla medieval. Instituto Teológico de Murcia OFM. Pontificia Universidad Antonianum. *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, vol. 26: 297-318, 2014.
- SUÑER, Tomás. Carta ao cônsul em Bahia. Caixa 51/16532. *Archivo de la Administración de Alcalá de Henares*, Espanha, 1959.
- VILA NOVA, Sebastião. Gilberto Freyre: bases teórico-conceituais do seu pensamento, especialmente da Tropicologia. Em *Lusotropicalismo. Uma teoria Social em Questão*, Vega, 2000.
- WRIGHT, Louis B. *Los conquistadores de lo imposible. Los descubridores renacentistas*. Editora: Javier Vergara. 1970 (1979)
- ZAMORA, Romina. La casa poblada y el poder doméstico en las postrimerías del Antiguo Régimen. San Miguel de Tucumán a fines del siglo XVIII y comienzos del XIX. *XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia*, Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.

Da costa ocidental africana ao Brasil: caminhos da escravidão

From the African West Coast to Brazil: Ways of Slavery

De la costa de África occidental a Brasil: caminos de la esclavitud

Carlos Henrique Gileno¹
Rodrigo Dantas Medeiros²

Resumo

GILENO, C. H.; MEDEIROS, R. D. Da costa ocidental africana ao Brasil: caminhos da escravidão. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 63-81, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.3](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.3)

O principal objetivo deste artigo é analisar alguns aspectos do comércio dos africanos escravizados na costa ocidental, da África até o Brasil, nos três primeiros séculos da colonização portuguesa nos trópicos americanos. Aquele vultoso e lucrativo negócio estava fundado nos caminhos percorridos pelos mencionados africanos nas guerras fratricidas, no cativeiro das tribos e da sua retirada das entranhas africanas para serem compulsoriamente transportados à América, onde eram utilizados como mão-de-obra primacial no movimento econômico das colônias.

Palavras-chave: Escravidão. África. Pumbos. Capitalismo mercantil. Colônia.

Abstract

GILENO, C. H.; MEDEIROS, R. D. From the African West Coast to Brazil: Ways of Slavery. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 63-81, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.3](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.3)

The main purpose of this paper is to analyze some aspects of the trade of enslaved Africans on the west coast of Africa to Brazil in the first three centuries of Portuguese colonization in the American tropics. That large and lucrative business was founded on the paths taken by the mentioned Africans in the fratricidal wars, the captivity of the tribes and their withdrawal from the African bowels to be compulsorily transported to America, where they were used as a primary labor force in the economic movement of the colonies.

Keywords: Slavery. Africa. Pumbos. Mercantile capitalism. Cologne.

¹ Professor Assistente do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (FCL - Campus de Araraquara). E-mail: rodrigo.de.medeiros@hotmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8825-24>

² Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Araraquara). E-mail: rodrigo.de.medeiros@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8825-2485>

Resumen

GILENO, C. H.; MEDEIROS, R. D. De la costa de África occidental a Brasil: caminos de la esclavitud. *Rev. Ci & Trópico*, v. 43, n. 2, p. 63-81, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.3](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.3)

El objetivo principal de este documento es analizar algunos aspectos del comercio de africanos esclavizados en la costa oeste de África a Brasil en los primeros tres siglos de colonización portuguesa en los trópicos estadounidenses. Ese negocio grande y lucrativo se fundó en los caminos tomados por los africanos mencionados en las guerras fratricidas, el cautiverio de las tribus y su retirada de las entrañas africanas para ser transportados obligatoriamente a América, donde fueron utilizados como fuerza laboral primaria en el movimiento económico de las colonias.

Palabras clave: Esclavitud. África. Pumbos. Capitalismo mercantil. Colonia.

1. Introdução

O fluxo de escravizados para o Novo Mundo entre os séculos XVI e XVIII impulsionou a mais lucrativa economia mercantil da história do ocidente moderno. Porém, os caminhos daquela empreitada comercial estavam consubstanciados nos primeiros contatos dos europeus com os nativos da costa ocidental da África, circunstância que provocou demasiado crescimento das guerras tribais e a ampliação da escravização interna que existia há tempos naquela parte do continente africano.

Do escambo dos chefes tribais à chegada do escravizado africano ao Novo Mundo, os cativos percorreram longo caminho de desafios, privações materiais e morais. Nesse ínterim, o desenvolvimento mercantilista e o próspero estabelecimento de colônias pelos europeus contribuíram para a intensificação do envio de cativos para a América. Esse comércio de escravizados possuía lógica própria de estrutura e funcionamento e se constituía em um dos principais produtos das importações coloniais.

Viu-se, pois, que o comércio atlântico de almas constituía uma empresa afro-americana, já que, do ponto de vista formal, seu funcionamento global só pode ser compreendido quando se leva em conta as características específicas de cada uma das etapas da longa cadeia que se estendia desde o interior africano até os mercados regionais no Brasil (FLORENTINO, 1997, p. 209).

Este artigo assinala alguns aspectos econômicos e sociais do comércio de escravizados, que contribuiu para a formação dos territórios americanos colonizados pelos portugueses.

2. Sob o sol da África

A princípio, os países da península ibérica não eram historicamente alheios à escravização que ocorria comumente nos embates entre as tribos africanas. Durante a grande expansão do Islã pelo norte da África, portugueses e espanhóis fomentaram o cativo de Mouros e Sarracenos que chegavam ao continente europeu como represália à morte e escravização dos cristãos pela onda jihadista islâmica. Nesse contexto, expandiram-se as explorações pelos reinos ibéricos, com Portugal chegando à costa ocidental africana pelos esforços militares do Infante Dom Henrique de Avis (1394-1460). Inicialmente, os portugueses conduziram os habitantes africanos para terras lusitanas com o intuito de resgatá-los da morte iminente ou do cativo imposto pelos seus inimigos.

Esse foi um dos motivos originários da escravização daqueles africanos islâmicos pelos portugueses e permaneceu conhecido como “resgate”. O espírito do moderno capitalismo mercantil propiciou aos portugueses entreverem grandes lucros com a possibilidade concreta de transformarem o africano muçulmano jurídica e socialmente em mercadoria.

Em 1444 o capitão Lançarote desembarcou em Lagos (Algarves) 200 ou 235 escravos negros, que vendeu. Madeira e Canárias eram focos do comércio. E os maometanos da África também os traziam a Portugal para trocarem pelos prisioneiros que os Portugueses lhes faziam.

[...]

O certo é que já então eram anualmente importados em Portugal 7000 a 8000 escravos. Portugal e Espanha viram os seus mercados inundados de Africanos; Sevilha, sobretudo, e Lisboa eram verdadeiras alfândegas desse abominável e negro tráfico: devendo todos dar entrada em Lisboa “quanto a Portugal” a fim de pagarem o imposto. Por forma que logo desde 1539 a capital do Reino apresentava no mercado anualmente 10 a 12.000 escravos (MALHEIRO, 1976, p. 23-24).

O comércio de homens e mulheres, oriundos da África, significava aos vendedores africanos o escambo que objetivava a obtenção de valores de uso; para os europeus, exprimia intercâmbios de valores de troca e de circulação mercantil enquadrados na construção de um vasto império comercial. Não obstante, a Igreja Católica - instituição importante no contexto intelectual e político - não se furtou a condenar práticas sociais que transgrediam as normas do Direito Canônico³. Em Bula de 7 de outubro de 1462, o Papa Pio II - Enea Silvio Piccolomini (1405-1464)

³ O Direito canônico é o conjunto de cânones e decretos papais que regem as relações e os interesses jurídicos da Santa Sé, disciplinando alguns pontos de fé e os direitos dos fiéis e do clero católico. Por sua vez, o Direito natural é formado por princípios que compõem a própria personalidade humana, visando o bem-estar e o bom senso por meio da justa razão.

- procurou censurar aquela escravização, ao afirmar que o comércio de cativos era um *magnum scelus* (grande crime).

Em 1537 o Papa Paulo III reprovou o cativo, mesmo dos pagãos. E se alguns em diversas épocas o toleraram, foi a título de resgate, na errada intenção, visto o fato que não podiam abolir diretamente, de melhorar a sorte dessa mísera gente e de reduzi-los à fé cristã (MALHEIRO, 1976, p. 24).

No entanto, o comércio que ocorria no litoral do ocidente africano provocou convulsão social ao desencadear a organização de um mercado interno relacionado às intenções mercantis dos portugueses advindos do litoral e entrelaçados nas redes de agentes denominados pombeiros ou pumbeiros. Fosse pela terra ou pelos rios, os pumbeiros adentravam ao interior do continente até chegarem aos pumbos, que eram os pontos comerciais onde se realizavam o escambo de escravos com as tribos que ali os levassem. Dos pumbos, os escravos comprados seguiam acorrentados até o litoral e esperavam nos portos o embarque para o continente americano. Havia pumbeiros brancos, porém quase sempre eram mulatos, negros livres ou escravos de confiança (GORENDER, 1980).

Deve ser notado que o escambo de escravos desencadeia a oferta de uma série de outros produtos africanos. Mesmo com o transporte de camelos no Sahel, de canoas nas redes fluviais da Alta Guiné e da Costa da Mina, e de barcaças nos rios de Angola, o cativo apresentava-se como uma mercadoria capaz de carregar outras mercadorias. Assim, os circuitos terrestres de tráfico de escravos formavam outras tantas vias de transporte de *commodities* entre o sertão e a costa africana. Era intensa a atividade das feiras sertanejas angolanas, designadas em quimbundo pelo substantivo que passou a definir no Brasil todo e qualquer pequeno comércio: kitanda. Remessas de marfim, cera de abelha (muito apreciada no Brasil para o fabrico de velas), peles, almíscar, cobre, ouro, goma, azeite de palma etc., afluíam aos portos de tráfico, permitindo arredondar os lucros obtidos no carregamento de escravos (ALENCASTRO, 2000, p. 114).

Os africanos escravizados, por tribos rivais ou capturados diretamente pelos europeus, ficavam despojados de personalidade jurídica ao serem transformados em *coisa*, ou seja, em propriedade de outrem (GILENO, 2013). A Europa contribuiu para a logística e dinâmica do comércio daqueles africanos escravizados: não dispunha de significativa presença de europeus no interior africano, mas a sua movimentação no litoral impulsionava o processo escravista no interior ao contribuir para o desenvolvimento das redes de escravização. O historiador Robin Law, ao analisar o emprego do vocábulo

português “Mina”, pelos europeus na Costa do Ouro, atualmente localizada em Gana, assinala que diversos países do Velho Mundo disputavam a primazia do referido comércio.

Entretanto, ao contrário do que é usualmente assumido, é questionável em que medida as embarcações portuguesas/brasileiras destinadas à Costa da Mina recolhiam todos os seus escravos na Costa dos Escravos. A partir de 1637, os holandeses passaram a reivindicar o direito de controlar o tráfico português na Costa dos Escravos, usando para isto a emissão de passaportes. Com esta atitude, restringiam a presença portuguesa aos portos a leste do Rio Volta: Popó (depois denominado Gran Popó), Ajudá, Jaquim (atual Godomé) e Ekpè, todos eles situados no litoral da atual República do Benim. Entretanto, pode-se duvidar de que esta restrição tenha sido plenamente eficaz, aventando-se que as embarcações portuguesas/brasileiras negociassem parte dos escravos a oeste do Rio Volta. Entre 1680 e 1683, por exemplo, os portugueses usurparam dos dinamarqueses o Forte de Christiansborg, situado em Acra. Obviamente, neste período, juntamente com outros europeus, eles negociaram escravos e ouro nesta localidade [...]. O feitor de um navio inglês que procurava escravos em Winneba, reino de Agona, no começo de 1681, registrou que, em sua visita anterior a esta localidade, havia comprado escravos lado a lado de uma embarcação portuguesa. Em Alampo, a leste, vários relatos das décadas entre 1680 e 1700 fazem alusão à compra de escravos por portugueses e outras nações européias nas imediações. Documentos ingleses se referem à presença de duas embarcações portuguesas em Alampo no início de 1681, provavelmente comprando escravos. Depois disto, ainda no mesmo ano, uma embarcação inglesa reclamou da competição com outra, portuguesa, que estaria pagando melhores preços que os praticados por eles [...] (LAW, 2006).

Não foram os portugueses os únicos europeus que reavivaram a escravidão na modernidade. Em 1441, o navegador lusitano Antão Gonçalves introduziu os primeiros africanos escravizados em Portugal. Contudo, essa prática de escravização era conhecida de outros territórios europeus, africanos e asiáticos ao abranger diversas etnias e crenças religiosas.

No Oriente, observa-se que, já desde os anos 800 a 1000, as expedições árabes contra a Anatólia não visavam nem a conquista nem o estabelecimento, mas a procura de prisioneiros destinados à escravidão. Um documento chinês de 1178, confirma a existência desse comércio desde longa data numa ilha que será, possivelmente, a de Madagáscar. Notícia a existência de “*uma*

ilha no mar onde vive muitos selvagens, de corpos negros e cabelo encarapinhado, que eram atraídos com comida e capturados, para depois serem vendidos “como escravos às nações árabes, onde atingiam preços muito elevados” [...] As repúblicas italianas e os mercadores do levante hispânico intensificaram esse tráfico desde os finais do século XIII, até a primeira metade do século XV [...] (PIMENTEL, 1995, p. 22).

Em particular, os portugueses conquistaram as aldeias da costa ocidental africana e realizaram o aprisionamento de seus habitantes. Porém, essa tarefa beligerante foi deixada para os chefes tribais que eram atraídos por artigos europeus ou americanos, muitas vezes provenientes do Brasil, sendo igualmente munidos de armas de fogo, fornecidas fundamentalmente pelos ingleses. Os africanos apresadores estimularam o aferramento de pessoas nos confrontos estabelecidos entre as tribos rivais: a atividade prioritária de inúmeras tribos do interior passou a ser a captura para o cativeiro, fonte de subsistência de estados litorâneos como o de Daomé, nascido do comércio de escravos que vigorou no século XVII. Os prisioneiros eram trocados por panos, ferragens, trigo, sal, armas e munições. O historiador britânico Robin Blackburn apontou a oferta inglesa de armas de fogo.

[...] os ingleses exportavam sozinhos uma média de 300.000 armas por ano para a África Ocidental. Este fluxo de armas de fogo, embora de baixíssima qualidade, ajudou a alimentar a fofalha das lutas intestinas. A conversão ao islamismo refletia algumas vezes a resistência de alguns povos africanos à escravização, mas as jihads muçulmanas também incharam a oferta nas feitorias negreiras da costa. Os principais estados e impérios africanos e o sofisticado complexo comercial que se estendia a partir da costa foram incentivados a fornecer quantidades cada vez maiores de cativos em troca de um sortimento estonteante de mercadorias (BLACKBURN, 2003, p. 467).

O comércio luso-brasileiro da escravidão organizou complexa e extensa rede de interesses entre as regiões africanas. Em Angola, Portugal consolidou a sua influência e domínio: a difusa presença dos lusitanos naquele território favoreceu o sistema comercial negreiro composto por mercadores afro-portugueses, que levaram mercadorias do interior para as feiras de escravizados que ocorriam nos pumbos; em troca, conduziram caravanas de escravizados até o litoral.

Embora os caçadores predatórios de escravos agissem no interior, ali também funcionavam mecanismos estritamente comerciais. Os chefes africanos tinham de encontrar um suprimento de escravos ou deixariam de receber as mercadorias de que precisavam para atrair e satisfazer seus seguidores. A rivalidade

entre diversos chefes africanos dava mais valor ao acesso a tecidos finos, objetos de metal, rum e outras mercadorias; ainda assim, o chefe que se aproveitasse desses suprimentos logo descobriria que só tributos humanos satisfariam seus credores. Os mercadores lisboetas que transportavam escravos de Angola para o Brasil não compravam diretamente os escravos, e sim cobravam dos comerciantes angolanos de escravos o custo do transporte e o preço das mercadorias que lhes haviam sido fornecidas a crédito. Desta forma eles minimizavam seu próprio risco e asseguravam o pagamento de seus serviços, em espécie ou em promissórias sacadas contra compradores brasileiros. Os comerciantes de escravos de Luanda estavam assim tão presos num círculo apertado de crédito quanto os chefes africanos - embora, naturalmente, os cativos fossem as verdadeiras vítimas do 'caminho da morte' (BLACKBURN, 2003, p. 475).

Pouco importava a personalidade jurídica dos cativos, mas o lucro dos grupos sociais que movimentavam o comércio escravista. Da mesma maneira, esse comportamento permeava as ações daqueles que lidavam diretamente com a captura e as primeiras negociações. Caso análogo é encontrado nos chefes tribais que mantinham mulheres escravizadas para constituir parte dos seus séquitos ou obsequiar seguidores. Ademais, os mencionados chefes perceberam que era mais lucrativo acrescentar vultoso número de crianças ao negócio - especialmente do sexo masculino - para facilitar o trabalho no carregamento dos navios. Conjuntamente, havia preferência pela rota entre a costa ocidental africana e o Brasil, porquanto era mais curta e direta do que a triangulação percorrida pelos navios negreiros para levar a sua "carga" para locais longínquos e que ofereciam maiores riscos (BLACKBURN, 2003).

Essas ações eram crescentes e contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento exponencial do escambo: a tribo que capturasse membros de tribo rival não necessitaria ficar com os cativos, mas poderia trocá-los por diversas mercadorias e, portanto, dinamizar a prática do escambo.

Os negros começaram logo em África uma luta fratricida, incessante, bárbara, a fim de arrebanharem e fazerem prisioneiros, que vinham trazer aos negreiros, a troco de miçangas, lãs, ouropéis, e outras miunças de valor quase mínimo. Os brancos também os iam prear, como fizeram com os índios. Reduzidos assim os negros à escravidão, e convertidos em mercadoria, desaparecia o ente humano, para só restar o objeto ou efeito de comércio, como tal tratado na feitoria, a bordo dos navios que os deviam transportar, e no lugar do seu destino, ainda que pelo mau trato morressem às centenas ou milhares, pois eram facil-

mente substituídos. Em mão dos compradores na colônia, eram apenas instrumentos de trabalho, como tais considerados e destinados a transformarem o seu suor em ouro para os senhores, pouco importando que morressem exaustos dentro em breve tempo; aí estava a África para suprir (MALHEIRO, 1976, p. 39).

Inexistia processo acumulativo capitalista mercantil moderno entre as formações africanas, visto que o comércio interafricano apresentava caráter trivial de troca de valores de uso entre as partes. Ao venderem os seus prisioneiros aos comerciantes de escravos europeus, os chefes tribais ambicionavam obter produtos que serviam aos seus consumos particulares ou ao próprio entesouramento. Assim, reforçavam o seu prestígio social ao ostentarem ou redistribuírem artefatos com o intuito de garantirem a lealdade de seus súditos.

Os capturados nas guerras tribais perdiam a liberdade e a personalidade ao serem vendidos como simples mercadorias pelos escravizadores africanos, que praticavam o escambo com os comerciantes escravocratas europeus associados ao nascente capitalismo mercantil da época. Os chefes tribais vencedores daquelas guerras poderiam adquirir indefinidamente novos cativos para trocar com produtos que mantinham o seu prestígio social. Essa conjuntura era vantajosa para os comerciantes europeus, que tinham como gastos iniciais a compra de navios, os pagamentos às respectivas tripulações e a aquisição dos produtos utilizados para trocar com escravizados que seriam vendidos principalmente na América.

Dessa forma, foi organizada ampla cadeia de interesses econômicos. Enquanto o fornecedor primário africano obtinha o escravizado a baixo custo para transformá-lo em valor de uso, os comerciantes da Europa o compravam por preços que - apesar de todos os custos iniciais - representavam apenas ínfima fração do preço final do cativo no mercado americano. Se entres as tribos africanas, os escravizados representavam a aquisição do valor de uso proporcionado pelo escambo, na América, personificavam mercadorias de elevado valor que incentivavam a acumulação do capital mercantil moderno.

A intensa presença de compradores europeus de escravizados fez com que os chefes tribais africanos aproveitassem a concorrência crescente ao estenderem as suas exigências sobre a quantidade e a qualidade dos produtos que recebiam em troca dos escravizados que estavam sob os seus jugos. Esse fator provocava variação no preço final dos cativos e revelava progressiva aspiração ao lucro mercantil oriundo da escravização dos africanos, provocando simultaneamente acentuada expansão do mercado escravagista nas metrópoles e colônias da época.

Paulatinamente os negreiros portugueses ganham o controle dos mercados hispano-americanos, desbancando os traficantes genoveses no último quartel do século XVI. Em seguida, os portugueses conseguem segurar portos e feitorias africanas, e obtêm a quase-totalidade das licencias - uma espécie de guia de exportação - expedidas por Madri para aprovisionar a América espanhola de

“peças da Índia”. Enquanto as ilhas atlânticas (Canárias, Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé) e a península Ibérica formavam o maior mercado consumidor de africanos, duas zonas do Continente Negro atraíam os armadores: a Guiné-Cabo Verde, origem de 51% dos escravos, e a região Congo-Angola, de onde saíam 34%. Nas últimas décadas do Quinhentos, quando o mercado americano afirma sua preeminência na demanda negreira, o grosso do tráfico se desloca para a bacia do Congo e para Angola [...] (ALENCASTRO, 2000, p. 77).

3. Dos caminhos da morte ao novo mundo

O intelectual pernambucano Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) descreveu, em seu valioso livro *Casa Grande & Senzala* (1933), as características dos escravizados africanos que desembarcaram periodicamente em terras brasileiras desde o século XVI. Os cativos procediam de diferentes localidades do continente africano e muitas vezes pertenciam a culturas milenares. Ademais, algumas dessas pessoas capturadas professavam a religião islâmica, que se expandiu pelas regiões norte, central e costa leste da África. Ao desembarcarem na colônia brasileira, aqueles escravizados portavam as peculiaridades dos seus modos de vida social: formas de trabalho, religião, costumes e organização familiar, entre outros. Destarte, por mais que fossem privados das suas personalidades jurídicas e sociais, influenciariam culturalmente a sociedade colonial.

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora.

[...]

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos [...] (FREYRE, 2015, p. 390-391).

Em contrapartida, a busca crescente pela abundante mão-de-obra escravizada, induziu os governos das metrópoles a organizarem ordenamentos jurídicos

que estabelecessem racionalidade ao comércio mercantilista: os escravizados não eram considerados pessoas na acepção lata do termo, porém, mercadorias que seriam acorrentadas e estocadas nos portos para serem lançadas nos porões dos navios que cruzavam o Oceano Atlântico. Nesse âmbito, a escravização dos africanos foi legalizada em muitos Estados modernos, confirmando a juridicidade do comércio de escravizados.

A colônia brasileira apresentava rota eficaz para o transporte de escravizados oriundos do litoral ocidental africano, tornando-se o território com maior número de escravizados do Ocidente. A princípio, os escravizados foram introduzidos nas capitanias da Bahia e São Vicente, espalhando-se posteriormente pelas mais diversas regiões da colônia.

Aqueles escravizados eram nativos da Guiné, Congo, São Tomé, Angola, Mina, Moçambique e de outras localidades da costa central e oriental do continente africano, sendo o território colonizado pelos lusitanos na América “[...] o maior comprador isolado de escravos [...] responsável por 31% do total” (BLACKBURN, 2003, p. 466).

Conforme a historiadora Mariana Pinho Candido, apenas os números de escravizados comprados não demonstram efetivamente como as pessoas eram capturadas e escravizadas ou as suas experiências individuais. É exígua a quantidade de relatos autobiográficos dos escravos sobreviventes que se dispunham a compartilhar profundamente as suas observações e sentimentos: os relatos existentes geralmente estavam circunscritos a descrições genéricas de que os escravizados foram “[...] enganados, sequestrados, e escravizados, indicando como o limite entre liberdade e cativo era tênue” (CANDIDO, 2013, p. 240).

Ao escrever sobre Benguela, o terceiro maior porto em que ocorria o comércio de escravos na costa africana, Mariana Pinho Candido afirma que o comércio de africanos escravizados existia naquela região antes da chegada dos portugueses; porém, os negócios se alteraram substancialmente com a chegada dos navios que cruzavam o Oceano Atlântico. Sobre as origens dos cativos, relata a autora:

As poucas autobiografias existentes - a maior parte disponível somente em inglês - tem representado o relato modelo dos processos de captura. Em sua totalidade se referem a indivíduos oriundos da região entre o rio Senegal e a baía de Biafra, conhecida como a África Ocidental, e não da região centro ocidental de onde vieram a maioria dos escravizados desembarcados nas Américas, oriundos em especial do antigo reino do Congo e das colônias portuguesas de Angola e Benguela. Apesar de a historiografia não mostrar ainda nenhuma documentação que forneça autobiografias de escravos centro africanos, alguns estudos começam a ser publicados, explorando esse segmento dos mais de cinco milhões de africanos capturados e deportados dessa região (CANDIDO, 2013, p. 248-249).

O estudo de Mariana Pinho Candido reflete os dados contidos na *Trans-Atlantic Slave Trade Database*⁴, site que registra o número de africanos escravizados embarcados e desembarcados, especificando as suas regiões de origem e destino. Para uma melhor análise, foram dispostas neste artigo duas tabelas formuladas por aquela base de dados.

Na **Tabela 1**, consta o número de escravos embarcados entre 1501 e 1900, em períodos de 100 anos. Na **Tabela 2**, são apontadas as grandes regiões onde desembarcaram os africanos escravizados no mesmo espaço temporal e disposição da **Tabela 1**. Podemos observar que a região centro ocidental africana foi o lugar de origem da grande maioria dos cativos, com seus números liderando em todos os períodos, totalizando 5.694.574 escravos retirados de suas terras.

Assim como é grande o número de escravos provenientes daquela região central africana, igualmente destacável é o destino da maioria dos africanos escravizados que eram embarcados nos transatlânticos, tendo o Brasil como o principal destino da grande maioria desses escravos, com 5.532.119 indivíduos que desembarcaram em terras brasileiras.

Os demais portos de desembarque de africanos escravizados oscilavam na quantidade de cativos que recebia, tendo muitas regiões sofrendo quedas vertiginosas na quantidade de escravos que lá chegavam: caso do Caribe e da América do Norte, que tiveram um grande fluxo de escravos entre 1701 e 1800 e após essa data, uma acentuada queda.

Diferente era o caso do Brasil, que manteve fluxo de africanos escravizados em constante alta até a segunda metade do século XIX. Assim, temos a região centro ocidental africana como o principal território de origem dos cativos, e o Brasil como a região preponderante de desembarque.

Tabela 1: Embarque de escravos africanos, em períodos de 100 anos.

	Senegambia and off-shore Atlantic	Sierra Leone	Windward Coast	Gold Coast	Bight of Benin	Bight of Biafra	West Central Africa and St. Helena	South-east Africa and Indian ocean islands	Totals
1501-1600	147.281	1.405	2.482	0	0	8.459	117.878	0	277.505
1601-1700	136.104	6.843	1.350	108.679	269.812	186.322	1.134.807	31.715	1.875.632
1701-1800	363.187	201.985	289.583	1.014.529	1.284.585	904.616	2.365.204	70.930	6.494.619
1801-1900	108.941	178.537	43.454	86.114	444.662	495.164	2.076.685	440.022	3.873.579
Totals	755.513	388.770	336.869	1.209.322	1.999.059	1.594.561	5.694.574	542.667	12.521.335

Fonte: *Trans-Atlantic Slave Trade Database*

⁴ Disponível online em: <<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>>.

Tabela 2: Grandes Regiões de desembarque de escravos africanos, em períodos de 100 anos.

	Europe	Mainland North America	British Caribbean	French Caribbean	Dutch Americas	Danish West Indies	Spanish Americas	Brazil	Africa	Totals
1501-1600	903	0	0	0	0	0	241.917	34.686	0	277.506
1601-1700	3.639	19.956	405.117	50.356	145.980	22.610	313.301	910.361	4.312	1.875.632
1701-1800	6.256	358.845	2.139.819	1.178.518	339.559	81.801	175.438	2.210.931	3.451	6.494.618
1801-1900	0	93.581	218.475	99.549	28.654	25.455	860.589	2.376.141	171.137	3.873.581
Totals	10.798	472.382	2.763.411	1.328.423	514.193	129.866	1.591.245	5.532.119	178.900	12.521.337

Fonte: *Trans-Atlantic Slave Trade Database*

É importante destacar que, nem todos os africanos que chegaram às Américas - ou principalmente ao Brasil - tiveram somente seu destino selado por uma derrota em um conflito bélico com uma tribo rival, por exemplo.

Não resta dúvida que as guerras, razias e conflitos políticos resultaram em grande número de cativos, avidamente consumidos pelos comerciantes transatlânticos. Num ciclo vicioso, a comercialização ao longo da costa levava à ocorrência de mais guerras e conflitos armados. Especialistas em história da África, há décadas, enfatizam como alguns líderes e comerciantes africanos participaram no tráfico de escravos. Quanto a África centro ocidental, Jan Vansina, Beatrix Heintze, Joseph Miller, John Thornton, José Curto, Linda Heywood, Catarina Madeira Santos e Roquinaldo Ferreira demonstraram como sobas, sobetas e outras autoridades políticas estavam involucrados no comércio atlântico e dependentes dos seus lucros e mercadorias. Em alguns casos, pessoas foram escravizadas em outras situações, como o caso dos condenados por crime, dívida, ou aqueles simplesmente sequestrados ou enganados por conhecidos ou autoridades coloniais, que se aproveitaram da instabilidade política para capturar pessoas livres em situações vulneráveis. Apesar dessa instabilidade que caracterizou o período do comércio atlântico, leis locais e coloniais surgiram para regulamentar quem era passível de captura (CANDIDO, 2013, p. 258-259).

Igualmente, é fundamental ressaltar que a rota escravista que se estabeleceu entre a África e a América continha características sombrias. Os escravizados eram considerados mera carga; mercadorias que, na visão comercial dos escravagistas,

deveriam proporcionar maior lucro final e menor risco de perdas. Além disso, era alta a mortalidade dos escravizados nos navios que os transportavam compulsoriamente para a América.

Na maior parte do século XVI, a mortalidade foi alta para os homens livres e o seria ainda mais para os escravos. Contudo, o aperfeiçoamento da navegação a vela tornou as viagens transoceânicas mais seguras nos séculos posteriores, caindo a mortalidade para os homens livres a uma taxa em torno de 1% como se infere de numerosos relatos, embora as condições de conforto, mesmo para os passageiros privilegiados, continuasse longe dos padrões hodiernos. Já para os negros trazidos à América, a letalidade não deve ter baixado senão em cerca de 50% numa estimativa certamente favorável. Em 1569, afirmava Frei Thomaz de Mercado, com relação aos negros embarcados nos navios tumbeiros, que “maravilha é não diminuírem de vinte por cento”. Para os séculos XVIII e XIX, julga Mauricio Goulart que a taxa média de mortalidade dos negros em viagem pode ser razoavelmente fixada em 10%. Ainda assim, apesar da redução, um percentual elevado. Em termos médios, a mortalidade dos escravos nas viagens transoceânicas pode ser estimada em cerca de dez vezes com relação à mortalidade dos homens livres. Omite-se, neste raciocínio, o tráfico do período ilegal, provavelmente muito mais devastador (GORENDER, 1980, p. 139).

Assim, para a compreensão de alguns aspectos do alto percentual de mortes de escravizados nos tumbeiros, é significativo avaliar o preço de compra na África e o preço de venda no Brasil.

Certos itens do navio e os gastos com a tripulação eram invariáveis qualquer que fosse a lotação dos porões. Em consequência, o aumento do número de escravos transportados traria tão-somente o acréscimo do preço de compra do estoque global de negros e mais a elevação não muito considerável nos gastos com sua manutenção. Em tais circunstâncias, valia a pena arriscar. Qualquer variação para menos no percentual de mortalidade elevaria o lucro do traficante. A superlotação devia ser a regra, atenuando-se ou acentuando-se o grau de mortalidade a bordo conforme diversos fatores (duração da viagem, circunstâncias meteorológicas, condições de saúde da carga escrava no momento do embarque, estado higiênico dos gêneros alimentícios e da água potável, etc.) (GORENDER, 1980, p.140).

Na proporção em que as hostilidades infligidas pelos colonos aos indígenas faziam diminuir a oferta de mão-de-obra autóctone, a procura por braços escravizados africanos aumentava. Caso diminuíssem as remessas de africanos, os colonos novamente estimulavam o apresamento dos indígenas, a despeito da legislação que os protegia da escravização. Portanto, a dinamização da economia mercantil escravista exigia incessante deslocamento de escravizados africanos para a colônia brasileira. Igualmente, o comércio escravista moderno estimulou a busca por outras mercadorias que constituíssem a movimentação comercial permanente entre a África e a América.

Ao encontro da variedade da oferta africana, existia uma demanda difusa e diversificada de bens estrangeiros no Continente Negro. Ao lado das manufaturas europeias, e asiáticas, se alinhavam os produtos brasileiros de escambo: os zimbos, a farinha de mandioca, a “jeribita” (cachaça), tabaco, cavalos, fubá de milho, marmelada, peixe seco e salgado, queijos, louça de barro etc. Algumas dessas mercadorias tinham usança nos rituais religiosos e nas cerimônias políticas. Outras eram indispensáveis para compor o banzo - unidade de compra de escravo formada por vários produtos e utilizada para adquirir escravos no sertão. Feiras de trato e reinos negreiros do interior se apresentam como câmaras de compensação para onde convergem diferentes redes de troca. Todos esses fluxos levavam o comércio continental de longa distância e as trocas marítimas a se acoplarem às estruturas aldeãs de consumo doméstico na África Ocidental e Central (ALENCASTRO, 2000, p.115).

4. Mão-de-obra africana

No decorrer dos séculos XVI e XVII, a contínua expansão da produção açucareira no nordeste da colônia dependia da entrada de africanos escravizados, demonstrando a superioridade rentável da mão de obra do cativo africano em relação ao trabalho compulsório indígena.

Do lado dos senhores de engenho, pesaria o fato de que se tornaria mais difícil o recebimento de lucros efetivos em espécie. Do lado dos comerciantes, o problema era inverso: significaria um maior dispêndio em dinheiro adiantado na forma de escravos (e o dinheiro era uma mercadoria escassa), e maiores prazos e riscos para o retorno; em outras palavras, precisavam ficar expostos mais tempo e em maior volume de dinheiro aos riscos do negócio. Não bastassem esses senões, havia outro bem maior: a mão-de-obra, apesar das queixas dos senhores em relação aos índios – e, de resto, a queixa quanto à capacidade do escravo era

característica estrutural da escravidão -, não chegava a ser um grande problema, tendo em vista a relativa facilidade de obtê-la. Para mudar tal situação, foi preciso recorrer ao método tradicional do mercantilismo: intervenção governamental. As sucessivas leis sobre a liberdade dos índios (sete legislações diversas e contraditórias, entre 1570 e 1611), se, do ponto de vista social, como mostrado, davam a impressão de vacilação, do ponto de vista econômico tiveram um efeito inequívoco: desvalorizar o escravo índio ante o escravo africano. Como mercadoria comprada para ser empregada a longo prazo, o preço de venda do escravo reflete expectativas de retorno durante todo o ciclo de vida – a base de todos os cálculos, portanto, é a garantia da titularidade sobre a “mercadoria” por todo seu período de vida. Nesse sentido, a expectativa de perda total do investimento por uma decisão legal refletiu-se imediatamente sobre o valor presente do escravo índio (CALDEIRA, 2001, p. 64).

Nesse cenário econômico, era evidente que o trabalho do escravizado africano era mais lucrativo, inclusive porque a mão de obra africana tinha expectativa de ser utilizada por um período mais longo do que a nativa. Esses fatores indicavam a preferência pelo trabalho compulsório dos africanos, principalmente após a aplicação da legislação que obstruía a escravização dos indígenas. Destarte, além de ser indispensável à estrutura econômica do capitalismo mercantil, a mão de obra do escravizado africano se convertera em moeda que supria o circuito intercolonial (CALDEIRA, 2001).

É relevante constatar que - apesar da enorme importância do comércio açucareiro - a extração do ouro era outra fonte de elevados lucros. A descoberta de reservas auríferas em Minas Gerais provocou extraordinário crescimento da mão de obra escravizada africana na região sudeste, elevando a população de cativos para 33.000 em 1713. Essa ampliação demográfica transformou Minas Gerais em Capitania no ano de 1720. Em 1738, a população de escravizados africanos naquela localidade totalizava mais de 100.000 indivíduos que sobreviviam em situação de acentuada penúria ao trabalharem nas minas.

[...] infligiu taxas altíssimas de mortalidade àqueles que a ela se dedicavam. Os escravos trabalhavam em grupos de seis ou doze, e muitos mineiros não tinham mais que um grupo destes, embora um pequeno número de mineiros possuísse até trinta ou cinquenta escravos. O trabalho de batear ouro podia ser realizado durante o ano todo; frequentemente exigia que os escravos passassem muitas horas mergulhados em água fria, provocando muitas doenças e uma alta taxa de mortalidade. [...] O garimpeiro sempre tinha a possibilidade de enganar o mineiro esconden-

do no corpo uma pequena quantidade de ouro. Escravos negros eram em geral proibidos de sair da mina em que estavam trabalhando, e os que mantivessem com eles relações comerciais podiam sofrer pesadas sanções (BLACKBURN, 2003, p. 592).

A despeito da constante utilização do trabalho indígena e da reduzida presença de imigrantes europeus - em sua maioria portugueses - a mão de obra do escravizado africano reinava soberana na agricultura e na mineração. Em verdade, os ciclos econômicos no Brasil, a partir de 1550 (açúcar, ouro e café), derivavam do trabalho escravo resultante de toda a pilhagem ocorrida na África. Foi nessa conjuntura que o comércio de escravizados africanos provocou o desenvolvimento simultâneo de “diferentes zonas produtivas”: por exemplo, a indústria açucareira manteve a sua importância econômica e era mais rentável que a extração aurífera durante o século XVIII (ALENCASTRO, 2000). Robin Blackburn expõe em números a importância dessa vultosa massa de escravizados africanos que aportaram na colônia.

A grande maioria de cerca de 1,8 milhão de africanos trazidos do outro lado do Atlântico pelo tráfico negreiro luso-brasileiro ficou no Brasil. Como não existem dados censitários abrangentes sobre o Brasil, as estimativas de sua população negra escrava são especulações: em 1700 poderia haver entre 80.000 e 120.000 escravos negros, que representariam cerca de um terço da população total; em 1750 poderia haver mais de meio milhão de escravos negros numa população total de um milhão e meio de habitantes. Um censo de 1798 registrou a presença de nada menos que 1.582.000 escravos – alguns deles, talvez, índios – numa população total de 3.248.000 habitantes (BLACKBURN, 2003, p. 590).

O comércio mercantil derivado do sistema escravista estabelecia os valores de troca do cativo africano em consonância com as suas condições físicas, circunstância que influenciaria na decisão de enviar o escravizado adquirido para a agricultura ou à mineração.

A maior segurança, simplicidade e eficácia quanto aos custos do tráfico negreiro nas áreas do Atlântico Sul significava que, tradicionalmente, os preços eram mais baixos e a mão-de-obra escrava mais barata para fazendeiros e mineiros do Brasil. Uma série de corridas do ouro elevou o preço dos escravos na zona açucareira de 80 mil-réis em 1700 para 120 mil-réis em 1710 e 140 mil-réis em 1750. Nos próprios distritos auríferos, os impostos e o custo do transporte aumentaram o preço de um escravo de primeira

linha para 400 mil-réis em 1735. A importação anual de 10.000 escravos nos anos “pobres”, chegando a 20.000 escravos por ano na década de 1730, foi a prodigiosa reação colonial à oportunidade oferecida pela extração de ouro (BLACKBURN, 2003, p. 590).

Por fim, entre 1807 e 1888⁵, as condições políticas e econômicas do Novo Mundo mudaram substancialmente. A Monarquia Constitucional Parlamentar - devido à sua importância crescente no cenário mundial e como líder regional na América do Sul - não poderia continuar a ser um país onde ainda existiam escravizados. Nesse âmbito, o Império brasileiro incentivou o processo de abolição gradual da escravatura.

O Imperador Dom Pedro II (1825-1891) e a sua filha e sucessora ao trono, Princesa Isabel (1846-1921), eram opositores das ambições escravistas da oligarquia cafeeira que atentava apenas para seus próprios interesses comerciais. A Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888) - sancionada pela princesa regente do Brasil Dona Isabel, no dia 13 de maio de 1888 - consolidaram o processo da abolição gradual.

Porém, a Lei Áurea provocou o descontentamento dos grandes latifundiários apoiados pelo Partido Republicano e pelos militares positivistas. A consequência daquela insatisfação oligárquica foi o golpe de estado republicano em 1889. A queda de Dom Pedro II impossibilitou o Terceiro Reinado da Princesa Regente. De fato, Dona Isabel, na qualidade de regente, assumira o protagonismo na luta contra a escravidão, conseguindo aboli-la em poucos meses. As suas bem sucedidas ações políticas demonstraram a viabilidade do Terceiro Reinado, situação que causava intenso desagrado à *intelligentsia* que compunha o núcleo do Partido Republicano, promovendo o agravamento dos ataques diretos contra a princesa (BARMAN, 2005).

De fato, a promulgação da Lei Áurea deu muita popularidade à princesa na massa de brasileiros, que passou a chamá-la de *Redentora*. Ao mesmo tempo, seu papel na abolição suscitou ódio e até desprezo nas classes que controlavam a riqueza do Brasil. Sobretudo os proprietários rurais não lhe perdoavam ter apoiado a abolição sem nenhuma compensação pela “propriedade” perdida, pois, para eles, os ex-escravos não passavam disso. Uma vez recuperados do choque da Lei Áurea, passaram a exigir compensação, e sua campanha explica as observações de D. Isabel no relato sobre a crise da abolição [...]. Seu gênero intensificava a rejeição dos fazendeiros, que identificavam direito de propriedade com virilidade. Que uma mulher exercesse o poder já era motivo suficiente para ultraje, mas que se servisse desse poder para privá-los de sua propriedade era, em última instância, um insulto à sua masculinidade (BARMAN, 2005, p. 255-256).

⁵ na primeira data foi estabelecida o *Slave Trade Act* na Inglaterra e na segunda a decretada a Lei Áurea no Brasil.

A maioria dos ex-escravizados apoiava o protagonismo da família imperial durante o processo da abolição e o projeto de integração dos ex-cativos como cidadãos, que seria proposto no Terceiro Reinado. Todavia, a República proclamada em 1889 não elaborou políticas públicas que objetivassem a integração dos ex-escravizados: o Brasil se livrara das correntes que aprisionavam grande parcela de seu povo, porém os governos republicanos que se sucederam pouco contribuíram para qualquer integração da população outrora escrava.

5. Considerações finais

Foi árduo e longo o caminho percorrido pelos escravizados africanos desde a captura por tribo rival ou diretamente pelos europeus. A sua transformação em objeto de escambo, a ida aos pumbos, a espera nos portos e o seu transporte nos porões dos navios negreiros, os apartaram de suas famílias e os forçaram a servir - sob a chibata e humilhações corriqueiras - os senhores da casa grande. De acordo com Gilberto Freyre, esses escravizados possuíam história milenar, famílias, trabalho e religião. Nesses termos, não poderiam ser considerados *coisa*: portavam lembranças, sentimentos e culturas legadas pelos seus antepassados e influenciaram decisivamente a formação do povo brasileiro (FREYRE, 2015).

Em contrapartida, o capitalismo mercantil moderno - na sua incessante busca pelo lucro - desenvolveu e incentivou as guerras fratricidas, que já ocorriam na África, ao contribuir com o envio de armas e estimular o escambo praticado pelos chefes tribais. Por outro lado, os comerciantes europeus promoveram o caminho de morte desses escravizados até o continente americano, que se tornou um dos fluxos comerciais mais lucrativos de sua época.

Igualmente, a incessante busca por mão de obra nas colônias americanas dizimou primeiramente os indígenas. Entretanto, o trabalho compulsório dos autóctones foi posteriormente obstaculizado pelas Leis metropolitanas e pelos missionários, fato que tornou inviável a utilização da mão de obra indígena perante a abundante presença dos braços escravizados à disposição na costa leste africana. Os resgates realizados no início da exploração dos Estados ibéricos, na África, foram transmutados em busca pelo lucro mercantil, que gerou ordenamentos jurídicos, que definiam as regras para esse comércio de almas. A dignidade humana cedeu lugar à transformação do escravidão africano em *coisa*, instrumento de trabalho, máquina bípede.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul: Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.
- BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: Gênero e poder no século XIX**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- CANDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. In: **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, 2013, p. 239-268.
- CALDEIRA, Jorge. **A Nação Mercantilista**. Ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global Editora, 2015.
- FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1997.
- GILENO, Carlos Henrique. **Perdigão Malheiro e a crise do sistema escravocrata e do Império (1822-1889)**. São Paulo: Editora Annablume, 2013.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.
- LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo “Mina”. In: Niterói: **Revista Tempo**, v. 10, n. 20, jan. 2006.
- MALHEIRO, Perdigão. **A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. **Viagem do fundo das consciências: a escravatura na época moderna**. Lisboa: Colibri História, 1995.
- TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

O linchamento ao redor do mundo: ocorrências no Brasil e no mundo a partir do ano 2000

The lynching around the world: occurrences in Brazil and in the world from 2000 on

El linchamiento alrededor del mundo: acontecimientos en Brasil y en todo el mundo desde el año 2000

Mary Cristina Neves Mansoldo¹

Resumo

MANSOLDO, Mary Cristina Neves. O linchamento ao redor do mundo: ocorrências no Brasil e no mundo a partir do ano 2000. *Rev. C&Trópico*, vol. 43, n. 2, p. 83-109, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.4](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.4)

Neste artigo de investigação e reflexão crítica, resultado de pesquisa de doutoramento em Criminologia que ainda está em andamento, analisamos a conduta de linchamento no Brasil e realizamos um estudo comparado por amostragem conveniente e não exaustiva, pesquisando sobre ocorrências de linchamento ao redor do mundo a partir do ano 2000. O linchamento foi compreendido como a conduta de linchar outro(s) da mesma espécie em local público e com a participação de vários linchadores. Com a investigação de amostragem, objetivamos um estudo comparado entre o Brasil e outros países. Concluímos pela existência de ocorrências em muitos países, porém, com diferentes motivações. Ainda chegamos à conclusão que, na maioria dos países que constam como mais pacíficos no relatório Global Peace Index de 2018, não há notícias de linchamentos. As metodologias utilizadas foram de revisão bibliográfica e levantamentos de casos noticiados por mídias jornalísticas. Justificam-se o estudo e a análise por se tratarem de uma conduta que caminha na “contramão” dos direitos humanos, do Estado de Direito e democrático. Objetivamos, por fim, contribuir com pesquisas científicas e acadêmicas no âmbito da Ciência da Criminologia.

Palavras-chave: Linchamento. justiça com as próprias mãos. Criminologia.

¹ Doutoranda em Criminologia pela Universidade do Porto (Portugal). E-mail: marymansoldo@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9000-9786>

Abstract

MANSOLDO, Mary Cristina Neves. The lynching around the world: occurrences in Brazil and in the world from 2000 on. *Rev. Ce&Trópico*, vol. 43, n. 2, p. 83-109, 2019. [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.4](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.4)

In this article of research and critical reflection, a result of doctoral research in Criminology that is still in progress, we analyzed the lynching behavior in Brazil and carried out a comparative study by convenient and non-exhaustive sampling, investigating on lynching occurrences around the world from the year 2000 on. The lynching was understood as the conduct of lynching other (s) of the same species in a public place and with the participation of several lynchers. With the sampling investigation, we aimed a comparative study between Brazil and other countries. We conclude by the existence of occurrences in many countries, but with different motivations. As we also concluded that in most of the countries listed as more peaceful in the 2018 Global Peace Index report, we found no news of lynching. The methodologies used were bibliographic review and case studies reported by journalistic media. It justifies the study and analysis because it is a conduct that walks in the “counter” of human rights, the rule of law and democratic. We aim to contribute scientific and academic research in the field of Criminology Science.

Keywords: Lynching, justice with your own hands. Criminology.

Resumen

MANSOLDO, Mary Cristina Neves. El linchamiento alrededor del mundo: acontecimientos en Brasil y en todo el mundo desde el año 2000. *Rev. Ce&Trópico*, vol. 43, n. 2, p. 83-109, 2019. [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.4](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.4)

En este artículo de investigación y reflexión crítica, resultado de investigación de doctorado en Criminología que aún está en marcha, analizamos la conducta de linchamiento en Brasil y realizamos un estudio comparado por muestreo conveniente y no exhaustivo, investigando sobre ocurrencias de linchamiento alrededor del mundo a partir del año 2000. El linchamiento fue comprendido como la conducción de linchar otro(s) de la misma especie en local público y con la participación de varios linchadores. Con la investigación de muestreo, objetivamos un estudio comparado entre Brasil y otros países. Aún más, Concluimos por la existencia de sucesos en muchos países, pero con diferentes motivaciones. Como, también, concluimos que en la mayoría de los países que figuran como más pacíficos en el informe Global Peace Index de 2018, no encontramos noticias de linchamientos. Las metodologías utilizadas fueron de revisión bibliográfica y levantamientos de casos noticiados por medios periodísticos. Se justifica el estudio y análisis por tratarse de una conducta que camina en la “contra” de derechos humanos, del Estado de Derecho y democrático. Objetivamos contribuir con investigaciones científicas y académicas en el ámbito de la Ciencia de la Criminología.

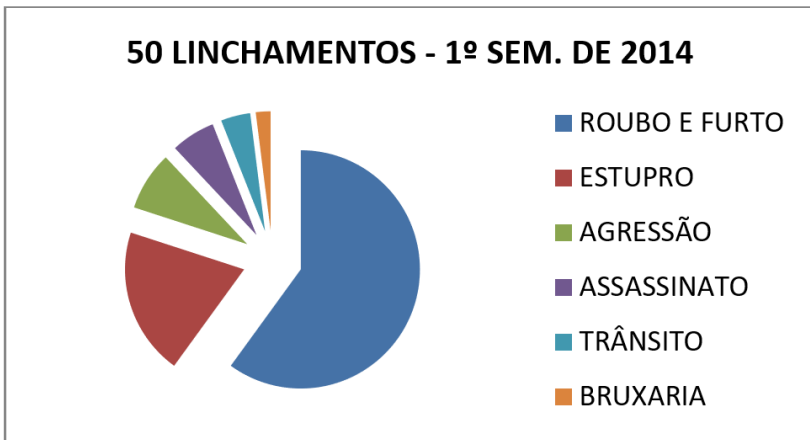
Palabras clave: Linchamiento, justicia con sus propias manos. Criminología.

1. Introdução

Neste artigo de investigação e reflexão crítica, resultado de pesquisa de doutoramento em Criminologia, ainda em andamento, analisamos a conduta de linchamento no Brasil e realizamos um estudo comparado por amostragem conveniente e não exaustiva, pesquisando sobre ocorrências de linchamento ao redor do mundo a partir do ano 2000. O linchamento foi compreendido como a conduta de linchar outro(s) da mesma espécie em local público e com a participação de vários linchadores, conforme será analisado a seguir.

De acordo com a pesquisa realizada por Rosanne D'Agostino *et al.* (2014), no primeiro semestre de 2014, ocorreram 50 casos de linchamentos no Brasil, ou seja, em média oito linchamentos por mês. Em 30 casos, desses 50 linchamentos, o crime supostamente cometido pelo linchado era de furto ou roubo (60%); em dez casos, o crime suposto era de estupro; em quatro, agressão; em três, assassinato; em dois, crime de trânsito; e em um, o suposto crime envolvia bruxaria (D'AGOSTINO *et al.*, 2014). Este foi o único linchamento de mulher. Configura-se, pois, da seguinte forma:

Gráfico 1: Linchamentos no primeiro semestre de 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de Dados de pesquisa realizada por D'Agostino *et al.*, 2014.

Os estudos sobre linchamentos, realizados no Brasil, fundamentam-se basicamente por meio de materiais jornalísticos, por depoimentos daqueles que presenciaram o momento da ação e/ou por moradores do local em que a conduta ocorreu como, por exemplo, estudos realizados por Benevides (1982); Rios (1988); Menandro (1991); Martins (1996); Sinhoretto (2001); Singer (2003); Oliveira (2010); Natal (2012), entre outros. Ainda são poucos os estudos de caso, o que demonstra fonte escassa de informações no que diz respeito aos âmbitos judiciais e processuais penais.

Ariadne Lima Natal (2012) pesquisou sobre os trinta anos de linchamentos na Região Metropolitana de São Paulo (de 1980 a 2009), mas relata a dificuldade no levantamento de dados oficiais, constatando, dessa forma, que a principal fonte de dados é a imprensa. Conforme a pesquisadora, um dos fatores que dificulta a coleta de dados oficiais sobre o linchamento é a impunidade. Isso ocorre por dois motivos relevantes: primeiro por ser uma conduta ilícita cometida por várias pessoas, dificultando as identificações dos agentes, bem como, as responsabilidades individuais de cada envolvido; segundo, por não haver testemunhas suficientes, já que algumas pessoas consideram como uma reação social legítima, por acreditarem que os agredidos são “merecedores” das agressões, ocorrendo, assim, a predominância da lei do silêncio.

Paulo Rogério Meira Menandro e Lídio de Souza, ambos doutores em Psicologia pela Universidade de São Paulo, publicaram, em 1991, o livro *Linchamentos no Brasil: a justiça que não tarda, mas falha - uma análise a partir de dados obtidos através da imprensa escrita*. Segundo os pesquisadores, no Brasil, no período de 1853 a 1990, embora não existam dados oficiais, ocorreram 533 episódios de linchamentos, aos quais foram vitimizadas 753 pessoas.

Souza (1999) publicou o artigo “Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder”, nesse artigo científico é apresentado um estudo de caso ocorrido em uma cidade do interior brasileiro, na qual foram executados três suspeitos de envolvimento em um homicídio na localidade. Com isso, o autor objetivou identificar as implicações das instituições policiais e judiciárias em um linchamento.

José de Souza Martins, escritor, sociólogo, Professor Titular aposentado do Departamento de Sociologia e Professor Emérito (2008) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), realizou um trabalho científico sobre o linchamento que foi apresentado no Painel *Extra-legal violence in Brazil: Popular Justice, Vigilantism and Lynching*, 3ª Conferência do *Brazilian Studies Association*, Cambridge (Reino Unido), em setembro de 1996. Além do mais, entre várias obras literárias, publicou também o livro “*Linchamentos - A justiça popular no Brasil*” no ano de 2015. Nessa obra, o autor visa apresentar os resultados de um amplo mapeamento de notícias de jornais brasileiros sobre o fenômeno do linchamento no Brasil. Os dados coletados cobrem um período de quase sessenta anos que, conforme Martins, revelam o Brasil como um dos países que mais lincha no mundo. Conforme José de Souza Martins (2015), no Brasil, acontece, pelo menos, um linchamento ou tentativa de linchamento por dia. Tratando-se, portanto, de um fenômeno recorrente no Brasil.

É salutar, no entanto, uma análise sobre a ocorrência em outros países, para tanto, realizamos uma investigação por amostragem não exaustiva a partir do ano 2000. Como, também, verificamos o relatório *Global Peace Index* de 2018 e realizamos uma comparação entre os países mais pacíficos e os casos de linchamento.

Dessa forma, pela relevância do tema, neste artigo serão apresentados conceitos e exemplos de casos de linchamentos ocorridos no Brasil e amostragem de ocorrências em outros países, objetivando uma comparação do fenômeno ao redor do mundo.

2. A conduta de linchamento no Brasil

Em uma conceituação básica e clássica, o linchamento^{2 3} ou linchagem ocorre quando uma multidão (moradores do local, vizinhos, conhecidos, transeuntes da rua, etc.), objetivando punir um suposto criminoso ou delinquente, mata-o ou o lesiona-o. Trata-se de uma violência exacerbada em espetáculo público. Normalmente, os linchamentos ocorrem pela participação ativa de um grupo efêmero e sem organização prévia. Portanto, em primeiro momento, podemos observar que a conduta do linchamento ocorre por uma explosão de sentimentos e emoções que levam a ações irracionais (BENEVIDES, 1982; RIOS, 1988; MENANDRO, 1991; MARTINS, 1996; SINHORETTO, 2001; ADORNO & PASINATO, 2007; SINGER, 2003; OLIVEIRA, 2010; NATAL, 2012).

Conforme Martins (1996), os linchamentos ocorrem por julgamentos súbitos de acusadores anônimos, repletos de sentimentos conflitantes, como o ódio e o medo, sem neutralidade que, em um devido processo penal, é representado pela figura de um juiz.

Oliveira (2010, p. 3) identifica o clássico linchamento como: “Espancamento ou morte de indivíduo(s) acusado(s) de ter (em) cometido atitude criminosa ou moralmente reprovável, por moradores ou transeuntes de uma localidade”. A pesquisadora esclarece que tais casos de linchamento ocorrem antes que a polícia chegue ao local e o grupo de linchadores, inicialmente, sente-se incomodado, ferido moralmente pelo crime que, supostamente, foi cometido por aquele que será linchado, assim, decidindo pela melhor solução: a agressão.

Há, porém, casos em que são cometidos com planejamento, por exemplo, no caso de comunidades que se unem para “pegar” um determinado criminoso, ou seja, uma união planejada de justiceiros. Ou casos em que há votações entre os integrantes da comunidade para decidirem se vão entregar o criminoso à polícia ou se vão linchar o criminoso, como no depoimento abaixo que relata uma ocorrência em que participavam cerca de 150 moradores:

Eu assisti a votação, mas não participei do linchamento. Vi tudo e acho que as pessoas estavam certas em linchar. Aliás, foram as donas de casa as que mais defenderam sua morte. [...] Alguém gritou que era a hora de votar: vamos entregar a polícia? Nin-

² É salutar observarmos que, no que diz respeito à origem da palavra linchamento, a terminologia, em 1837, nos Estados Unidos, influenciada pela história de Charles Lynch, fazendeiro da Virgínia, que era um coronel da Revolução Americana. O coronel liderou uma organização privada que perseguia os negros e os índios, fato que originou a lei de Lynch. Como, também, originou a organização Ku Klux Klan (OLIVEIRA, 2010).

³ Como reação às medidas favoráveis à integração dos negros na sociedade sulista, surgiu em 1866, a Ku Klux Klan, no estado do Tennessee. Um ano depois a organização já havia crescido e atingia outras regiões. A maior parte dos líderes eram ex-soldados do exército sulista que tinham lutado contra a abolição na Guerra de Secessão. Já adotando, desde então, as vestes pelas quais ficariam mundialmente conhecidos, com seus rostos e corpos cobertos por lençóis brancos até ao tornozelo. Iniciava-se uma história de violências e atrocidades sem igual nos registros norte-americanos. Perseguições aos negros e, posteriormente, a ampliação de seu raio de ação, com ações radicais e covardes contra outras minorias como os judeus, católicos, socialistas, comunistas, simpatizantes dos direitos civis e hispânicos (MACHADO, 2018, p. 1).

guém levantou a mão, vamos linchar? Todos concordaram. [...] Se eu tivesse que votar, votava outra vez pela morte dele, agora eu me sinto segura...Aqui a polícia nunca aparece, só vem quando o corpo já está frio (NATAL, 2012, p. 142-143).

Sinhoretto (2001), em sua pesquisa de dissertação, conceitua o linchamento como execução sumária de pessoas consideradas criminosas, podendo ocorrer por ações espontâneas ou planejadas, apesar de preferir identificar tais condutas como originárias de uma razão que concorre com a racionalidade de uma justiça oficial.

Adorno e Pasinato (2007) acrescentam que o linchamento pode ter um ou mais indivíduos como vítimas. Os linchadores consideram esses indivíduos responsáveis por crimes ou ameaças que perturbam a vida da comunidade. O objetivo dos linchadores é observável por indícios como: “gritos de intenção, posse de instrumentos letais (instrumentos contundentes, às vezes armas brancas e até mesmo armas de fogo), depredações de construções e edifícios, públicos e privados” (ADORNO; PASINATO, 2007, p.138).

Há, ainda, linchamentos de “justiça popular”, em situações que ocorrem o assassinato por questões de discriminação, preconceito ou com o objetivo de reprimir adversários e opostos. De qualquer forma, eles são cometidos por cidadãos que visam supostas defesas de justiça e paz social ou que, simplesmente, envolvem-se emocional, mental ou psicologicamente com o momento de agressão. Um exemplo desse tipo de linchamento ocorreu no Brasil, em 2014, e foi amplamente noticiado em matérias jornalísticas. O caso envolveu a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, morta aos 33 anos por espancamento por moradores de Guarujá no Estado de São Paulo, onde morava. Fabiane foi acusada de praticar magia negra com crianças após uma notícia falsa espalhada pelas redes sociais. Ela foi amarrada e agredida por dezenas de pessoas, mas somente cinco foram identificadas e condenadas pelo assassinato (GLOBO, 2017).

Os linchamentos, também, podem representar culturas ou crenças de um povo ou região, ocorrendo de maneira ritualística e com a participação de todos os integrantes da comunidade.

No momento do linchamento, há aqueles que lideram as agressões, aqueles que auxiliam e, ainda, incentivam com palavras e gritos e os que apenas observam calados e omissos a aniquilação da vítima, sejam mulheres, homens, idosos, jovens ou crianças. Sobre isso esclarece Oliveira (2010, p. 6): “Aqueles que se autodenominam como “pessoas de bem” são aquelas que fazem parte da cena do linchamento e interpretam um papel no roteiro, seja o de defensor, espectador, provocador ou linchador”. É perceptível, contudo, uma espécie de simbiose entre os que participam do momento. Há uma união de ideias e sentimentos de vingança, execução sumária e justiça social. Sobre um linchamento ocorrido em Parelheiros, zona Sul de São Paulo. Natal (2012), em sua dissertação, relata o depoimento de uma testemunha que identifica a referida simbiose ou união de propósitos: “Eles gritavam muito, durante uns 40 minutos eles bateram no coitado que nem gritava mais. *Diziam com raiva que era para bater mais, para matar logo*” (2012, p. 128, destaque nosso).

Há certa estrutura (ou ritual) na conduta do linchamento clássico, ou seja, naquele que ocorre na rua e é cometido por moradores e transeuntes do local, o que nos faz observar um ritualismo repetitivo. Oliveira (2010), descreve a ordem dos acontecimentos observada em análises feitas em vários vídeos publicados sobre linchamentos ocorridos no Brasil:

1. A população se aglomera em torno do acusado e é iniciada a agressão verbal. Um indivíduo, que é percebido como o instigador inicia a propagação de palavras de ordem, que tendem a acusar e humilhar o suposto criminoso, com xingamentos;
2. O linchado tenta se defender, ao vociferar algumas palavras que tentam tirar a sua culpa, porém, não é ouvido pela população;
3. O acusado já foi jogado ao chão e está parcialmente imobilizado. Continuam os xingamentos da cena 1, que dura durante todo o linchamento, e alguém dá o primeiro pontapé no acusado, dado à distância;
4. Um após o outro as pessoas iniciam a seqüência de agressões, que após os pontapés, são seguidos por socos no corpo (geralmente costelas e costas) e tapas na face;
5. Quanto mais demora a chegada da polícia, mas vigorosas vão ficando as agressões. Elas começam a se intensificar, e os linchadores começam a utilizar utensílios, principalmente pedaços de madeira e pedras;
6. A população ao redor aumenta, a maioria não participa do linchamento, apenas grita durante o evento, sejam palavras ofensivas contra o acusado, sejam comemorações após cada agressão;
7. Marcas de sangue começam a ser percebidas e é geralmente neste momento que chega ou intervém a polícia (que em alguns poucos casos está presente, mas não toma qualquer atitude), que percebendo a intensidade dos ferimentos, resgata o linchado e o leva para a delegacia – é aqui que termina a maioria dos vídeos;
8. Quando a polícia não se faz presente, as agressões continuam e o linchado começa a apresentar sinais de desfalecimento;
9. A população intensifica as agressões, principalmente as pauladas;
10. O linchado morre;
11. A população comemora, e mesmo percebendo a morte, continua a dar chutes espaçados no corpo (OLIVEIRA, 2010, p. 10-11).

Rios (1988, p. 218-219) relata sobre o linchamento: “é um crime de massa, seu autor não tem rosto. Impossível individuá-lo. Sua regra é o anonimato. [...] na boca das testemunhas, a mesma frase: ‘Não reconheci ninguém, não conheço ninguém, não me lembro de ninguém.’” O pesquisador enfatiza concluindo: “Daí a dificuldade de

apurar esse delito infame. O indivíduo desaparece na multidão ululante, monstro de cem cabeças; todas iguais no ódio e na vindita, todas indistintas”.

No que diz respeito ao merecimento dos linchados (ainda que, em muitos casos, fique comprovado que o linchado não tenha qualquer envolvimento com o ato que lhe fora imputado), Sinhoretto (2001, p. 170, grifo nosso) relata o caso ocorrido no Jd. Miriam, Zona Sul de São Paulo, em 18 de maio de 1982. Pessoas que presenciaram o ocorrido relataram que a revolta era tanta que as pessoas gritavam para os policiais: “*ele merecia morrer*. Aos gritos de “mata o Judas”, “assassino”, teriam partido para cima da viatura, arrancado Messias de dentro dela e o espancado muito; [...]”. Nesse caso, os policiais tentaram salvar a vida da vítima, mas foi em vão, ele morreu no hospital.

Natal (2012) enfatiza que, em um linchamento, principalmente quando o linchado supostamente cometeu um crime considerado grave, é como se este perdesse o direito de seu próprio corpo. Em outras palavras, há a necessidade de desincorporar e desumanizar o linchado, como expõe Martins: “Essas práticas indicam que estamos em face de rituais de exclusão ou desincorporação e dessocialização de pessoas que, pelo crime cometido, revelaram-se incompatíveis com o gênero humano, como se tivessem exposto, por meio dele, que nelas prevalece a condição de não-humanas” (NATAL, 2012, p. 131). Ele conclui que “as mutilações e queimas de corpos praticadas nesses casos são desfigurações que reduzem o corpo da vítima a um corpo destituído de características propriamente humanas. São, portanto, rituais de desumanização daqueles cuja conduta é socialmente imprópria” (MARTINS, 1996, p. 20).

O pesquisador salienta que, para os linchadores, não basta retirar da vida o corpo físico daquele que cometeu um crime e foi linchado. É necessário, também, retirá-lo como pessoa da sociedade, apagando sua memória como pessoa, havendo, portanto, simbolicamente, uma dupla morte. Exemplificando com o linchamento de cadáveres, ou seja, “Para que matar o morto?” (MARTINS, 1996, p. 21).

Outros exemplos podem ser apontados sobre esta necessidade de “dupla morte”, como nos casos em que o linchamento é executado com lento ritual de sacrifício e o corpo da vítima é amarrado em um poste para sua exposição que, na realidade, visa à humilhação e a exteriorização do poder social e, supostamente, humano. Em suma, a sociedade se apossa duplamente do indivíduo criminoso. Um exemplo pode ser apresentado em um linchamento ocorrido em São Luís no Maranhão em 7 de julho de 2015: “[...] Silva foi despido e amarrado pelas mãos, pés e tronco a um poste na rua, local em que foi atacado pela população com chutes, socos, pedradas e garrafadas. [...] uma multidão se reuniu para observar o homem morto e amarrado ao poste” (JORNAL ESTADO DE S.PAULO, 2015), como, também, em outros casos, nos quais o modo operante é o mesmo, i.e., amarrar a vítima em postes, grades, etc.

No Brasil, os linchamentos ocorrem, com mais frequência, em regiões mais carentes, porém, há casos de linchamentos em regiões mais elitizadas, como no caso ocorrido no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro, em um restaurante, onde houve uma denúncia de comida vencida no refrigerador do estabelecimento (OLIVEIRA, 2010).

Desse modo, podemos supor que a conduta do linchamento é uma forma arcaica de punição que ocorre até os dias atuais, mas, essa conclusão não seria suficiente para entendermos a gravidade de tais comportamentos humanos. E, muito menos, tal conclusão possibilitaria aos poderes públicos a criação de medidas que, realmente, viessem a impedir a criminalidade em análise. Além disso, seria insuficiente pensarmos que o linchamento é uma violência-resposta à violência urbana ou um retrato da incivilização. Isso tudo pelo fato de estarmos diante de uma condição humana muito mais complexa. O linchamento, que é fortalecido pela união de muitos, representa uma exteriorização de poder que o indivíduo sozinho não conseguiria vivenciar. Martins (1996) ressalta que, em se tratando de aglomerações e multidões, o indivíduo se transforma, conseguindo ser ele mesmo e, ao mesmo tempo, ser todos os indivíduos presentes. Em outras palavras, sozinho ele não faria todas aquelas coisas, ele não lincharia. Há, portanto, uma dupla personalidade que se manifesta (e se materializa) no participante, “[...] nela, o homem da vigília, da lei e da razão, cede lugar ao linchador, que faz justiça pelas próprias mãos, contra todos os princípios da luminosidade transparente e todos os princípios da razão” (MARTINS, 1996, p. 23-24).

Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, um tipo penal específico de linchamento. O fato por si só constitui o crime de fazer justiça pelas próprias mãos, denominado exercício arbitrário das próprias razões (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, 1940, art. 345), sem prejuízo da violência cometida contra a vítima, o que significa que os agentes delituosos respondem pelo resultado de suas condutas, como pelo tipo penal de homicídio (art. 121 do CPB) ou de lesão corporal (art. 129 do CPB). Também podem responder pelo tipo penal de tortura infringindo a Lei 9455/97, art. 1º (LEI DE TORTURA, 1997). O fato de não existir um tipo penal específico dificulta o levantamento da criminalidade de linchamento nas fontes oficiais, a conduta é considerada, por exemplo, como homicídio doloso, não sendo diferenciado o homicídio comum do linchamento.

Neste tópico, citamos alguns exemplos de casos de linchamentos ocorridos no Brasil, objetivando identificar e delimitar a conduta agressiva em análise. Observamos, no entanto, observamos que o linchamento faz parte de muitas culturas e realidades sociais ao redor do mundo. Assim, objetivando um estudo comparado, apresentaremos no próximo tópico amostragem sobre acontecimentos de linchamento ao redor do mundo.

3. O linchamento ao redor do mundo: estudo comparado por exemplificação

Antes de apresentarmos a amostragem sobre a conduta de linchamento ao redor do mundo, serão feitos alguns apontamentos sobre o *Global Peace Index*, pois, apesar dos dados do relatório não se referirem, especificamente, sobre a conduta de linchamento, objeto de estudo de nosso artigo, permite-nos saber quais foram os países considerados mais e menos pacíficos do mundo.

No relatório *Global Peace Index* (Índice Global da Paz – 12ª edição), publicado no mês de junho de 2018, pelo *The Institute for Economics & Peace (IEP)*, foram

considerados como os vinte países (no total de 163 países - 99,7% da população mundial) mais pacíficos do mundo, são eles (posições: 1 a 20):

- Islândia, Nova Zelândia, Áustria, Portugal, Dinamarca, Canadá, República Checa, Singapura, Japão, Irlanda, Eslovênia, Suíça, Austrália, Suécia, Finlândia, Noruega, Alemanha, Hungria, Butão e Maurícia. (IEP, 2018).

Na outra ponta do *ranking*, os vinte países que possuem menor índice de paz são (posições: 144 a 163):

- Mali, Colômbia, Israel, Líbano, Nigéria, Turquia, Coreia do Norte, Paquistão, Ucrânia, Sudão, Rússia, Rep. Centro-Africana, Dem. Rep. Congo, Líbia, Iêmen, Somália, Iraque, Sudão do Sul, Afeganistão e Síria.

Observa-se que a lista dos países mais pacíficos, com exceção de Nova Zelândia (Oceania), Canadá (América do Norte), Singapura (Ásia), Japão (Ásia), Butão (Ásia) e Maurícia (África), os outros 14 países encontram-se na Europa. Por sua vez, a lista dos países menos pacíficos, oito deles estão na África, seis no Oriente Médio, três na Ásia, um na América do Sul, um na Europa e um na Eurásia (Europa e Ásia – Rússia).

No geral, a Europa, apesar de haver tido uma queda registrada devido à instabilidade política, impacto do terrorismo e ocorrências de criminalidade, manteve a posição de região mais pacífica do mundo. Por outro lado, o Oriente Médio e o norte da África mantiveram a posição de regiões menos pacíficas.

Houve uma queda no índice global da paz, a média global desceu 0,27% em relação ao ano de 2017. Entre os 163 países, 92 caíram em suas posições e 71 apresentaram melhorias. Como, também, em uma década, o relatório de 2018 apresentou o pior índice global de paz e no quesito de mortes em conflitos, no mundo todo, houve um aumento de 264%.

A maior taxa de homicídios ficou com a América Central e Caribe, e, em segundo lugar, a América do Sul.

Ao considerarmos o relatório Global Peace Index, observamos que em alguns dos países mais pacíficos do mundo, como por exemplo, Suécia, Finlândia e Noruega, não foram encontradas notícias de casos de linchamentos a partir do ano 2000.

A seguir, partiremos para a apresentação da amostragem sobre a conduta de linchamento ao redor do mundo, objetivando um estudo comparado em relação às ocorrências brasileiras.

Os países serão apresentados por ordem alfabética. A relação foi construída conforme a identificação da reportagem na Internet. Salientamos que não se trata de um levantamento exaustivo, mas sim, exemplificativo. O objetivo, em regra, é exemplificar apenas um caso de linchamento do respectivo país. Houve, porém, exceções, já que em alguns países são tantas as ocorrências divulgadas pelas mídias jornalísticas, que optamos por citar mais de um exemplo e reproduzir alguns comentários publicados.

3.1. Amostragem – a partir do ano 2000

3.1.1. África⁴

Muitos africanos consideram que o linchamento é a melhor solução contra a criminalidade, pois não confiam tanto nas autoridades de segurança, confiam mais na união da comunidade. Para o sociólogo moçambicano, Carlos Serra, do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo *Mondlane*, que há anos estuda os linchamentos, este fenômeno é a privatização da justiça (MADE FOR MINDS, 2016).

Em Bissau, capital guineense, um homem nigeriano foi linchado e faleceu por ser um suposto raptor de crianças. Na ocorrência, carros foram incendiados e a embaixada da Nigéria foi vandalizada por dezenas de pessoas. No Quênia é comum linchar. Em 2008, pelo menos 11 pessoas foram linchadas sob a acusação de bruxaria. No Uganda, as vítimas mortais da “justiça do linchamento” chegaram a 590, em 2014. Em 2013 homossexuais foram linchados, um deles foi queimado vivo. No Malawi, segundo a ONU, 16 pessoas foram assassinadas dessa forma. Na África do Sul, populares furiosos colocam um pneu cheio de gasolina numa pessoa e ateam fogo. Em 2013, seis suspeitos de pertencer a uma gangue foram queimados vivos em Johannesburgo. Em Moçambique, em 2014, as autoridades registraram o linchamento de 24 pessoas. Em 2018, um homem morreu depois de ter sido vítima de um linchamento em Tete, no centro de Moçambique. A população do bairro de Degue decidiu fazer justiça com as próprias mãos, alegando que o homem era um ladrão. Segundo a Procuradoria-geral da República de Moçambique, o centro e o norte do país são as regiões mais problemáticas (MADE FOR MINDS, 2016; G1 GLOBO, 2018).

3.1.2. Alemanha

Em 2018, um homem de cinquenta anos, morador de Bremen no norte da Alemanha, foi vítima de uma tentativa de linchamento em sua casa e foi gravemente ferido. Os linchadores acreditaram que ele era um pedófilo exibido em uma reportagem na TV (DC, 2018).

3.1.3. Argentina

Conforme Luis Somoza, especialista em políticas de segurança, os linchamentos na Argentina ocorrem por causa do aumento da criminalidade em geral. Refletem a insegurança social, as pessoas sentem que estão desprotegidas, desamparadas, não há proteção do Estado. Por esse retrocesso ao estado primitivo da sociedade, é possível que surjam forças não estatais com o papel de defesa (de autodefesa, milícias, paramilitares ou esquadrões da morte) (FRAYSSINET, 2014).

O defensor penal juvenil da cidade de La Plata, Julián Axat, relata que há milhares de casos de surras nas detenções de adolescentes pobres, consideradas pelos policiais como corretivos, que são, na realidade, espécies de linchamentos e que não

⁴ Como o levantamento foi realizado por exemplificação apenas algumas regiões da África foram consideradas.

são divulgados, já que não há punições por estas agressões. O defensor afirma que esta impunidade dos linchamentos gera a repetição da conduta (FRAYSSINET, 2014).

Em 2013, na província de Córdoba, ocorreram tentativas de linchamento contra jovens pobres e negros, provavelmente, os conhecidos linchamentos por racismo (FRAYSSINET, 2014).

Em 2014, em Rosário, Santa Fé, um jovem de 18 anos foi linchado e morreu por causa dos golpes que recebeu da multidão. Poucos dias depois, em outro caso, dois homens foram linchados por vizinhos depois de serem confundidos com ladrões. Em um período muito curto, ocorreram pelo menos nove casos de linchamentos em Santa Fé, Buenos Aires, Rio Negro, Córdoba e La Rioja (BBC, 2014).

3.1.4. *Bangladesh*

Em 2015, um garoto de 13 anos foi linchado até morrer. Seu linchamento foi gravado pelos próprios linchadores. Na gravação, o garoto foi amarrado em um poste por homens, que o espancaram usando um bastão de metal. A vítima gritava e chorava pedindo ajuda e água. O grupo celebrava e dizia que o vídeo seria publicado no *Facebook*. Após o garoto ter sido morto, o corpo foi levado a um aterro. O vídeo do linchamento e morte do garoto, de 13 anos, tornou-se viral nas redes sociais. Os homens o haviam acusado de tentar roubar um riquixá – uma bicicleta com uma carroça – na cidade de Sylhet (BBC, 2015).

3.1.5. *Bolívia*

Conforme a Defensoria do Povo, entre os anos 2005 e 2013, ocorreram 190 mortes por linchamentos, com isso, o país ocupa o segundo lugar no *ranking* mundial, perdendo apenas para a Guatemala (TERRA, 2014).

Em 2004, moradores da cidade boliviana de Ayo-Ayo lincharam o prefeito. Ele foi sequestrado em La Paz, ficou mais de doze horas em cativeiro e, após violento interrogatório e torturas, foi levado para a praça central da cidade, onde foi amarrado a um poste de eletricidade para que os espancamentos continuassem e, por fim, foi queimado ainda vivo. A multidão chegou a impedir a intervenção da polícia, chegando a agredir alguns jornalistas (VILAS, 2007).

Em 2012, uma multidão capturou e ateou fogo para queimar vivos dois brasileiros acusados de matar três bolivianos em San Matías, fronteira com Mato Grosso (G1 GLOBO, 2018).

Na região central de Cochabamba, um grupo de pessoas atacou três policiais acusados de corrupção, espancando-os até a morte. Na região de El Alto, houve um ataque violento, em que dois homens quase morreram, sendo colocados como bonecos com cordas amarradas no pescoço e pendurados em postes (BBC, 2008).

3.1.6. *China*

A partir de 2006, a prática de linchamentos virtuais virou moda entre os internautas chineses. Os chineses passaram a usar o meio de comunicação para encontrar alguém que odeiam, pedindo apoio para a sua condenação. A iniciativa beira a violência virtual (TERRA, 2007).

Em 2009, onze chineses da etnia *han* foram acusados formalmente por envolvimento no linchamento de uigures, que deixou 200 mortos. O linchamento aconteceu por causa de um boato de que os uigures tinham abusado sexualmente de uma jovem (GLOBO, 2009).

Em 2017, dois homens foram linchados por roubarem em um vilarejo. Conforme vídeo disponibilizado na Internet, os homens foram arrastados pelos braços, agredidos e afogados (GOREBRASIL, 2017).

3.1.7. Egito

Em 2013, dois jovens foram linchados na cidade de Al-Gharbiyah. Eles foram espancados, supostamente, por roubar um riquixá e sequestrar duas crianças. Imagens divulgadas mostram os jovens pendurados pelos pés. O pai de um deles diz que foi incapaz de conter a fúria da multidão (BBC, 2013).

3.1.8. Estados Unidos

Em 2006, na Carolina do Sul, cinco adolescentes foram condenados por linchamento de um jovem negro. Vários estados americanos têm aprovado leis antilinchamento (G1 GLOBO, 2018).

Em 2012, *Malcolm X Grassroots Movement* (MXGM) publicou um relatório sobre os linchamentos de 110 negros (homens, mulheres e crianças afro-americanos), cometidos no primeiro semestre de 2012 por policiais, seguranças e agentes autônomos da “justiça”. Após a divulgação do relatório, ocorreram mais 10 mortes, ou seja, uma morte a cada 36 horas (HUFFPOST, 2012).

Em 2017, um estudante afro-americano foi esfaqueado e morto no campus da Universidade de Maryland, ato que foi chamado de linchamento (THRASHER, 2017).

Ainda em 2017, uma criança de oito anos foi empurrada por adolescentes de uma mesa de piquenique com uma corda no pescoço, ferindo-a. O menino foi levado ao hospital e, posteriormente, liberado. A avó do menino informou que ele e outros meninos estavam brincando em um quintal na vizinhança, quando adolescentes brancos começaram a agredi-lo verbalmente com expressões racistas, atirando-lhe pedras (NYTIMES, 2017).

Em 2018, NewSone publicou uma reportagem com o título: *Fears Of Lynchings In Atlanta Area After Two People Are Found Hanging From Trees*⁵. Isto após duas pessoas serem encontradas penduradas em árvores na área metropolitana de Atlanta: uma mulher foi encontrada morta perto de um Walmart em College Park, Geórgia, em 14 de maio, e um homem foi encontrado morto perto do Centro Universitário de Atlanta em 27 de abril (NEWSONE, 2018).

3.1.9. França

Em 2014, um imigrante romeno e cigano de 16 anos foi linchado por dezenas de pessoas. Os linchadores suspeitaram que o jovem cometia assaltos em Paris, em

5 Medos de linchamentos na região de Atlanta após duas pessoas serem encontradas penduradas em árvores. (Tradução livre).

Seine-Saint Denis. Seu corpo, entre a vida e a morte, foi deixado em um carrinho de supermercado à beira da estrada nacional (PÚBLICO, 2014).

Em 2018, uma policial francesa foi linchada por uma multidão no subúrbio de Paris. O vídeo foi gravado pelos próprios agressores e disponibilizado na Internet (MAILONLINE, 2018).

Ainda em 2018, jovens, entre 16 e 17 anos, lincharam um homem, espancando-o com os pés, punhos e pedaços de madeiras. Testemunhas descreveram o linchamento como aterrorizante. Um homem foi esfaqueado fatalmente no coração, outro foi espancado até a morte. Dois incidentes separados envolvendo membros de gangues adolescentes (EXPRESS, 2018).

3.1.10. Guatemala

O maior número de registros de casos de linchamento é da Guatemala, sendo considerada pela ONU como a 5ª nação mais violenta do mundo (REGIONAL HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2013-2014).

A república de Guatemala, terceiro maior país da América Central, que possui como capital a cidade de Guatemala, é uma república democrática constitucional. A civilização Maia marca a história do país. A população é formada majoritariamente por indígenas e descendentes (REGIME JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA GUATEMALA, 2018).

Conforme noticiado, a organização humanitária Grupo de Apoio Mútuo (GAM) apresentou um relatório que consta que, entre 2008 e 2015, registraram-se, na Guatemala, 1.367 casos de linchamentos, com 305 mortos e 1.062 pessoas feridas (SÁBADO, 2017).

Além disso, um relatório da Procuradoria de Direitos Humanos da Guatemala revelou que houve um significativo aumento na média de feridos e mortos em ações de linchamento (de 4,5 para 42,43 – no período de 2004 a 2013). Havendo um total de 295 assassinatos e 1.704 pessoas feridas. Além das ocorrências em que a comunidade retém os suspeitos de crimes, as chamadas retenções multitudinárias, que totalizaram 1.224 casos (ELPAÍS, 2014).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a maioria dos linchamentos é motivada por sentimento de injustiça e são cometidos por multidões que buscam a suposta justiça popular (justiça de emergência). Há grupos que possuem o objetivo de livrar a sociedade ou comunidade de elementos indesejáveis (limpeza social), como viciados em drogas e prostitutas, havendo, nesses casos, acordo prévio para o linchamento. Há, também, as chamadas “execuções extrajudiciais”, que contam com membros das forças de segurança do Estado. Por fim, há uma cultura doente de violência e desrespeito à lei na Guatemala que, conforme entrevista realizada com Cláudia Samayoa, pesquisadora, há um “clamor social para a aplicação de políticas repressivas e violentas” (EL PAÍS, 2014).

Portanto, são muitos os linchamentos que já ocorreram em Guatemala e continuam acontecendo. Alguns exemplos:

- Em 2011, mais de 2.500 pessoas lincharam e mataram um jovem de 18 anos acusado de assalto, roubo, sequestro e estupro na capital da Guatemala (ELPAÍS, 2014).
- Em 2013, moradores de uma aldeia na região oeste da Guatemala lincharam uma mulher de 43 anos acusada de praticar bruxaria. Aproximadamente 2.000 vizinhos enfurecidos espancaram e jogaram pedras em Magdalena Francisco, após invadirem sua casa (NOTÍCIAS INTERNACIONAIS, 2013).
- Em 2015, o prefeito do vilarejo de Concepción, na Guatemala, foi linchado por uma multidão, que ainda ateou fogo em seu corpo. A multidão foi motivada pelo suposto fato do linchado ser o mandante de uma tentativa de assassinato de um rival, que resultou na morte de duas mulheres e em ferimentos em cinco pessoas (GLOBO, 2015).
- Em 2015, uma jovem foi espancada e queimada viva em praça pública. Pelos vídeos publicados o linchamento ocorreu com total selvageria (RT, 2015).
- Em 2017, um grupo de 300 pessoas tentou linchar evangélicos que faziam turismo na Guatemala por pensarem que eram delinquentes (SÁBADO, 2017).

3.1.11. Haiti

Segundo estatísticas da Polícia da ONU (UNPOL), a prática do linchamento é generalizada no Haiti e o número de casos conhecidos aumentou de 90 para 121 entre os anos 2009 e 2012. (ONUBR, 2013).

No Haiti, cidadãos comuns cometem o linchamento como punição de feitiçaria, roubo, suspeita de assassinato, entre outras infrações, apesar de a lei haitiana considerar o linchamento uma forma de assassinato, punível com prisão perpétua ou trabalhos forçados (ONUBR, 2013).

Em 2013, um homem que foi pego roubando uma cabra e uma galinha em Mirebalais, foi morto a pedrada pelos moradores locais.

3.1.12. Índia

Em 2015, na Índia, uma multidão com mais de 7.000 pessoas invadiu uma prisão e linchou um acusado de estupro.

No final de 2015 muitos muçulmanos foram assassinados em nome da luta pela proteção da vaca. Numa aldeia do norte do país, duzentas pessoas lincharam um homem de cinquenta anos e feriram gravemente seu filho. Em Caxemira, uma bomba caseira foi lançada contra um caminhão que transportava vacas, queimando e matando o motorista. No estado vizinho ao de caxemira um muçulmano de vinte anos, suspeito de tráfico de bovinos, foi espancado até a morte por vários indivíduos e outro acabou morto por uma turba de hindus que o acusavam de ter roubado uma vaca. (DIPLOMATIQUE, 2016).

Em 2018, no nordeste da Índia, a polícia prendeu 16 pessoas por terem linchado dois turistas que, supostamente, conforme circulava em redes sociais, eram sequestradores de crianças (TELEGRAPH, 2018).

Em 2018, um homem foi linchado depois de uma pequena discussão sobre um acidente de moto. Uma foto foi tirada enquanto o seu corpo era levado ao hospital, porém, a vítima faleceu logo depois. A foto foi divulgada na Internet e havia a presença de policiais. A polícia do Estado, virtualmente, fez um pedido de desculpas (BBC, 2018).

3.1.13. Inglaterra

Em 2016, um homem polonês, condenado por estupro, fuge da Inglaterra para não ser linchado pela população. Isso após a polícia tentar esconder sua identidade e não conseguir. O linchado de vinte anos foi considerado culpado de estupro em 2014, em seu país de origem, a Polônia, mas, circulava livremente pela Europa (EXPRESS, 2016).

3.1.14. Itália

No ano de 2015, em Nápoles, uma multidão enfurecida tentou linchar um dominicano de 23 anos acusado de molestar uma menina de 12 anos. A polícia conseguiu evitar o linchamento (IL MATINO, 2015).

Em 2017, um grupo de turistas napolitanos sofreu uma tentativa de linchamento. A ocorrência foi em Gallipoli, na província de Lecce. O grupo de turistas simulou que havia uma bomba no restaurante onde se encontrava, com o objetivo de não pagar a conta, o que provocou desespero nas pessoas que estavam no local. Quando, porém, essas pessoas souberam que era uma simulação, revoltaram-se contra o grupo de turistas. A polícia impediu o linchamento (PRP CHANEL, 2017).

3.1.15. Líbia

Em 2011, o ditador Muammar Kadhafi de 69 anos foi linchado até a morte após ser capturado. Ele tinha governado o país com mão de ferro durante 42 anos (G1 GLOBO, 2018).

3.1.16. Madagáscar

Em 2013, cidadãos franceses foram torturados e linchados por dezenas de pessoas e depois seus corpos foram queimados na pequena ilha de Nosy-Be, no norte do país (EURONEWS, 2013).

3.1.17. México

Conforme pesquisa realizada por Vilas (2007), no México, ocorreram 103 linchamentos entre 1987 e meados de 1998. Segundo outra pesquisa, posteriormente apresentada, ocorram 222 casos entre 1991 e 2003.

Em 2015, dois homens foram linchados por uma multidão de moradores. Eles foram queimados vivos na rua. As vítimas eram irmãos e funcionários de uma empresa de pesquisa do Distrito Federal e foram considerados sequestradores de crianças e idosos (ELPAÍS, 2015a).

Em 2017, um cidadão russo, de 43 anos, foi internado no Hospital Geral de Cancún, com traumatismo craniano e lesões graves nos braços e nas costas, depois de uma tentativa de linchamento por um grupo de populares mexicanos em reação a comentários racistas nas redes sociais (OBSERVADOR, 2017).

Em 2018, usuários do metrô furiosos atacaram um suposto criminoso, porém, dois policiais impediram que a briga terminasse em linchamento, na estação Bosque de Aragón (SINEBARGO, 2018).

3.1.18. Países do Oriente Médio⁶

No Irã, em 2006, uma iraniana foi linchada por ter mantido uma “relação ilegal” com dois homens, pois, no país, esse tipo de linchamento é lei (G1 GLOBO, 2018).

No ano de 2010, no Líbano, a cidade de Katermaya ficou conhecida mundialmente como o palco do episódio onde um egípcio suspeito de homicídio foi linchado e pendurado em um poste (G1 GLOBO, 2018).

No ano de 2015, em Israel, um imigrante da Eritreia foi linchado por uma multidão após ser confundido com um terrorista. A vítima morreu, posteriormente, em um hospital (ELPAÍS, 2015).

No Afeganistão, em 2015, uma jovem foi linchada e queimada viva depois de ser acusada de queimar o Alcorão. Ela foi atropelada e arrastada por um carro. Posteriormente, foi divulgado que era inocente, ou seja, não tinha queimado o Alcorão. Imagens feitas por celular que circulam nas mídias sociais mostram que a polícia estava no local, mas, não salvou a vítima (GLOBO, 2015a).

3.1.19. Paquistão

Em 2017, um estudante de jornalismo de 23 anos, foi morto por uma multidão na Universidade *Abdul Wali Khan*, no norte da cidade de Mardan. Ele foi acusado de postar “conteúdo blasfemo” nas mídias sociais. Em 2018 um tribunal paquistanês condenou uma pessoa à morte e outras cinco à prisão perpétua pelo linchamento do estudante, que foi falsamente acusado de blasfêmia (RADIO MASHAAL, 2018).

3.1.20. Peru

Em 2004, uma multidão de aproximadamente três mil pessoas sequestrou o prefeito de Llave, o qual depois de várias horas e de ser brutalmente espancado pela multidão, veio a falecer. Seu corpo foi jogado na margem do rio Llave (VILAS, 2007).

Em 2018, a líder da etnia amazônica, Shipibo-Conibo, foi assassinada por um estrangeiro. Dois dias depois, um grupo de moradores linchou um cidadão canadense até a morte no mesmo povoado. Os moradores atribuíam a ele o assassinato da líder (ELPAÍS, 2018).

⁶ Como o levantamento foi realizado por exemplificação apenas algumas regiões do Oriente Médio foram consideradas.

3.1.21. Portugal

Em 2007, um homem quase foi linchado em Campo Jales, na região de Vila Pouca de Aguiar (CM JORNAL, 2007).

Em 2010, um jovem de 18 anos foi linchado por cinco homens. A vítima faleceu no hospital de Braga (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2010).

3.1.22. República Dominicana

Em 2018, duas pessoas, que mataram um comerciante local, foram linchadas por uma multidão. Conforme noticiado, os linchamentos na República Dominicana estão se tornando mais frequentes como forma de fazer justiça com as próprias mãos (PLENLISH, 2018).

3.1.23 Rússia

Em 2018, um motorista de táxi de Moscou sofreu uma tentativa de linchamento por uma multidão de pessoas, que o perseguiram e o chutaram, mas, o homem conseguiu escapar. Isso ocorreu porque o motorista perdeu o controle do carro, após, por engano, ter pisado no acelerador em vez de pisar no freio, fazendo com que atropelasse alguns pedestres, ferindo-os.

3.1.24. Venezuela

Segundo especialistas, os linchamentos se multiplicam na Venezuela. De acordo com o Observatório Venezuelano de Conflito Social (OVCS), em 2015, houve 20 mortes por linchamento, em 2016, foram 126 mortes e no período de janeiro a maio, de 2017, foram 60 pessoas mortas e 36 linchados que conseguiram sobreviver. Um exemplo disso é que, em 2017, um homem de aproximadamente de 35 anos foi pego pelos transeuntes do local, por supostamente ter tentado roubar uma mulher. Em pouco tempo, estava nu e quase inconsciente na calçada, mas os chutes na cabeça e no rosto não paravam. As pessoas gritavam com ira e frustração: “Queimem-no!”, “Maldito!” (AS VOZES DO MUNDO, 2017).

3.2. Análise comparativa – Cenário brasileiro e internacional

A amostragem apresentada comprova que o linchamento faz parte de muitas culturas e realidades sociais ao redor do mundo.

Michael Pfeifer (2017; 2017a) diz que o linchamento é, inicialmente, considerado americano, porém, a conduta ocorre em todo o mundo, tratando-se de um fenômeno transnacional, com raízes culturais, políticas e, na atualidade, a Internet passa a ser uma propulsora dessa espécie de violência. O pesquisador, em seus livros, faz levantamentos e análises sobre formas de violência coletiva e linchamento na África, Ásia, Oriente Médio, Europa e Américas.

Contemporaneamente, surgiu a terminologia de linchamento virtual. Conforme Macedo (2016), há semelhanças entre o ato de linchar fisicamente e o linchamento ocorrido em âmbito virtual. Uma dessas ocorre em muitos casos virtuais, ou

seja, o desejo de se fazer justiça, tendo-se a aprovação popular, expondo e humilhando uma pessoa (vítima). A pesquisadora observa que o linchamento pode iniciar no âmbito virtual e prosseguir finalizando com a agressão física da pessoa exposta. Muitos casos de linchamentos físicos são motivados por narrativas que se iniciam nas redes sociais, a exemplo de muitas ocorrências na Ásia e na América do Sul. As agressões são filmadas e os vídeos são disponibilizados na Internet.

Ao analisarmos as ocorrências de linchamentos no Brasil e ao redor do mundo, constatamos notáveis semelhanças nas motivações. Muitos casos brasileiros e internacionais demonstram que os linchadores visam “fazer justiça com as próprias mãos”, isto por sentirem que não existe justiça por parte da liderança governamental, havendo no final da execução uma sensação de “missão realizada”, afinal, a justiça foi feita. Os crimes mais graves (cometidos supostamente pelos linchados), como homicídio, estupro ou lesões corporais, são crimes que motivam mais o linchamento.

Nos casos internacionais, podemos salientar as motivações por preconceito, racismo, crenças, misticismos ou culturas de extermínio, massacre por disputa de poder, influência ou conveniência (BARSTOW, 1995; MARTINS, 1996; SOUZA, 1999; OLIVEIRA, 2010; NATAL, 2012). Além dessas motivações, em relação à expressão “fazer justiça com as próprias mãos”, algumas figuras se destacam, por exemplo, a figura do justiceiro, como o denominado bandido social nobre (HOBSBAWM, 2010), aquele que tira dos ricos para dar aos pobres, por isso, a comunidade o admira e o apoia. A ocorrência, também, é denominada como autojustiça (autotutela) ou vigilantismo.

Nos casos dos brasileiros, analisando-se a motivação de se fazer a justiça com as próprias mãos, a insegurança da população com os órgãos governamentais e políticos se destacam. Manuel Eisner (2009), professor do Centro de Pesquisas em Criminologia da Universidade de Cambridge, esclarece que, no que diz respeito às regiões globais menos desenvolvidas, pelo fato de o Estado não fornecer suficiente proteção (principalmente quando o Estado e a polícia são reconhecidos como corruptos) surgem códigos culturais que visam uma espécie de proteção privada contra ameaças, o que desenvolve a violência como meio de resolução de conflitos.

Em 2016, foi publicada uma notícia no Jornal Inglês com o seguinte título: “Brazil grapples with lynch mob epidemic: A good criminal is a dead criminal”⁷. A reportagem constatou que, somente em 2016, 173 pessoas tinham sido mortas por multidões no Brasil (por média a cada dois dias a ocorrência de uma morte), sendo a cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, a primeira no *ranking* com, pelo menos, 14 casos. A matéria, ainda, salienta o levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que concluiu que 57% da população brasileira concorda com a máxima “bandido bom é bandido morto”. (THE GUARDIAN, 2016).

Apesar das possíveis semelhanças e diferenças de motivações, são notáveis as influências ambientais. O que nos faz constatar que os ambientes sociais, culturais, costumeiros, educacionais, familiares, religiosos, entre outros, influenciam demasiadamente em tais comportamentos humanos.

⁷ “Brasil lida com epidemia de linchamento: Um bom criminoso é um criminoso morto”. (Livre tradução).

Por fim, é salutar a observação de que, pela história da humanidade, a conduta de linchar outro da mesma espécie já existia desde as comunidades primitivas. Por exemplo, a história bíblica sobre Jesus. Ele foi linchado em sua época, por meio de torturas executadas com ritualismos em espetáculo público. Nesse sentido, podemos entender que a espécie humana traz em sua memória comportamental a ideia de que o mal deve ser combatido com o mal (bandido bom é bandido morto) e aquilo que é maligno deve ser eliminado de maneira que não subsista vestígios do mal aniquilado. De maneira ampliada, geral e histórica, compreendemos que a conduta de linchar o outro, na atualidade, é a repetitividade de barbáries que ocorreram durante toda a história da humanidade, isto com as peculiaridades da época, das motivações e influências ambientais.

4. Considerações Finais

Este artigo de investigação e reflexão crítica é resultado de pesquisa de doutoramento em Criminologia que ainda está em andamento. Analisamos a conduta de linchamento no Brasil e realizamos um estudo comparado por amostragem conveniente e não exaustiva, pesquisando sobre ocorrências de linchamento ao redor do mundo a partir do ano 2000.

O linchamento foi compreendido como a conduta de linchar outro(s) da mesma espécie em local público e com a participação de vários linchadores. Além disso, a conduta executória se desenvolve com ritualismo e manifestação intensa de emoções e sentimentos.

Observamos que o linchamento ocorre em muitos países e regiões do mundo. Não se tratando, portanto, de uma conduta que ocorre, apenas, em um ou dois países. Em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, porém, há mais frequência de ocorrências. Os Estados Unidos representam uma exceção a essa observação, porém, observa-se que os linchamentos no País tendem a ser mais motivados por questões raciais. De maneira geral, as motivações apresentam variações, mas, nos casos exemplificados há predominância de se fazer justiça com as próprias mãos (o linchado era suspeito de crimes), de questões religiosas ou místicas e racismo.

Nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, podemos observar que a insatisfação da população é bem maior e pressupomos que isso se dá pela insegurança com o governo, policiamento, justiça, corrupção, bem como, pelas desigualdades sociais, falta de políticas de infraestrutura e habitacionais, carência educacional, carência familiar, etc., circunstâncias que poderiam aumentar o número de ocorrências de linchamento.

Dessa forma, concluímos nossos breves apontamentos sobre a conduta do linchamento ao redor do mundo, objetivando contribuir com pesquisas e análises no âmbito da ciência da Criminologia.

Referências

- ADORNO, S.; PASINATO, W. *A Justiça não tempo, o ritmo da Justiça. Tempo soc.* [online]. vol. 19, n. 2, p. 131-155, 2007. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/ajusticanotempootempodajustica.pdf>.
- AS VOZES DO MUNDO. *Linchamentos se multiplicam em meio à crise na Venezuela.* Por RFI., 2017. Disponível em: <http://br.rfi.fr/americas/20170630-linchamentos-se-multiplicam-em-meio-crise-na-venezuela>. Acesso em: 20 maio 2018.
- BARSTOW, A. L. *Chacina de feiticeiras: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- BBC. *Bolívia questiona justiça comunitária após linchamentos.* Por Andres Schipani. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/04/080424_linchamentos_bolivia_mv.shtml, 2008. Acesso em: 25 maio de 2018.
- BBC. *Linchamento registrado em vídeo causa indignação no Egito.* Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130320_egito_linchamento_video_rw, 2013. Acesso em: 1º jun. 2018.
- BBC. *Onda de linchamentos preocupa governo na Argentina.* Por Veronica Smink. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140402_argentina_linchamentos_fn, 2014. Acesso em: 1º jun. 2018.
- BBC. *Vídeo viral de linchamento de garoto de 13 anos gera revolta em Bangladesh.* Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150714_bangladesh_video_viral_hb, 2015. Acesso em: 2 jun. 2018.
- BBC. *Índia police 'sorry' for lynching photo.* Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-44572406>, 2018. Acesso em: 2 jun. 2018..
- BENEVIDES, M.V. *Linchamentos no Brasil: violência e justiça popular.* In: Roberto da Matta (Org.). *Violência Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, v., p. 93-117, 1982.
- CM JORNAL. *Homem escapa a linchamento.* Disponível em: <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/homem-escapa-a-linchamento><http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/homem-escapa-a-linchamento>, 2017. Acesso em: 2 jun. 2018.
- CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. *Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.* Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1940.
- DC. *Tentativa de linchamento na Alemanha após exibição de reportagem sobre pedofilia na TV.* Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/06/tentativa-de-linchamento-na-alemanha-apos-exibicao-de-reportagem-sobre-pedofilia-na-tv-10375171.html>, 2018. Acesso em: 2 jun. 2018.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Linchamento popular: cinco arguidos em liberdade.** Por Paulo Julião. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/norte/interior/linchamento-popular-cinco-arguidos-em-liberdade-1557139.html>, 2010. Acesso em: 4 jun. 2018.

DIPLOMATIQUE. **Na Índia, linchamentos em nome da vaca sagrada.** Por Naïke Desquesnes. Edição – 103. Disponível em: <https://diplomatiq.org.br/na-india-linchamentos-em-nome-da-vaca-sagrada>, 2016. Acesso em: 2 jun. 2018.

D'AGOSTINO, R.; OLIVA, S.; SOUZA, P. E MILLER, G. **Dias de Intolerância.** *Globo.com*. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/dias-de-intolerancia/platb/#inicio>, 2014. Acesso em 5 ago. 2018.

EISNER, M. **The Uses of Violence: An Examination of Some Cross-Cutting Issues.** *International Journal of Conflict and Violence*. IJCV : Vol. 3 (1), p. 40-59, 2009.

ELPAÍS. **Os linchamentos e a impunidade se retroalimentam na América Central.** Por José Meléndez. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/16/internacional/1397664791_353323.html, 2014. Acesso em: 23 jun. 2018.

ELPAÍS. **Israel investiga linchamento de imigrante confundido com terrorista.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/19/internacional/1445253231_246733.html, 2015. Acesso em: 20 jun. 2018.

ELPAÍS. **Dois homens são linchados e queimados no México.** Por David Marcial Pérez. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/20/internacional/1445376040_086264.html, 2015a. Acesso em: 20 jun. 2018.

ELPAÍS. **Xamã assassinada e canadense linchado: uma história de terror no Peru.** Por Jacqueline Fowks. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/22/internacional/1524348805_920556.html, 2018. Acesso em: 20 jun. 2018.

EURONEWS. **Madagáscar investiga linchamento de dois europeus em Nosy-Be.** Disponível em: <http://pt.euronews.com/2013/10/04/madagascar-investiga-linchamento-de-dois-europeus-em-nosy-be>, 2013. Acesso em: 20 jun. 2018.

EXPRESS. **Polish rapist 'flees Britain to avoid LYNCHING' after police tried to hide his identity.** Disponível em: <https://www.express.co.uk/news/uk/666833/Polish-migrant-rapist-Shirebrook-lynching-Derbyshire-flee-UK>, 2016. Acesso em: 22 jun.2018.

EXPRESS. **Murder in the suburbs: Two men killed in wave of gang crime in France.** By Romina Mcguiness. Disponível em: <https://www.express.co.uk/news/world/963684/france-news-murder-paris-pau-seine-saint-denis-gang-crime>, 2018. Acesso em: 22 jun 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal,1982.

FRAYSSINET, F. **Os linchamentos e os “justiceiros” da Argentina.** Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/os-linchamentos-e-os-justiceiros-da-argentina>, 2014. Acesso em: 22 jun. 2018.

GLOBO. **Onze são acusados de linchamento de uigures na China**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1314831-5602,00-ONZE+SAO+ACUSADOS+DE+LINCHAMENTO+DE+UIGURES+NA+CHINA.html>, 2009. Acesso em: 22 jun. 2018.

GLOBO. **Prefeito de vilarejo é linchado, queimado e morto na Guatemala**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/prefeito-de-vilarejo-e-linchado-queimado-e-morto-na-guatemala.html>, 2015. Acesso em: 23 jun. 2018.

GLOBO. **Afegã linchada por queimar o Alcorão era inocente, diz investigador**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/afega-linchada-por-queimar-o-alcorao-era-inocente-diz-investigador.html>, 2015a. Acesso em: 23 jun. 2018.

GLOBO. **Três anos depois, linchamento de Fabiane após boato na web pode ajudar a endurecer lei**. Disponível em: <https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/tres-anos-depois-linchamento-de-fabiane-apos-boato-na-web-pode-ajudar-a-endurecer-lei.ghtml>, 2017. Acesso em: 05 jun. 2018.

GOREBRASIL. **Homens sendo brutalmente linchados por roubar na China**. Disponível em: <https://www.gorebrasil.com/homens-sendo-brutalmente-linchados-por-roubar-na-china>, 2017. Acesso em: 20 jun. 2018.

G1 GLOBO. **Dias de Intolerância**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/dias-de-intolerancia/platb/#mundo>, 2018. Acesso em: 18 jun. 2018.

HOBSBAWM, E. **Bandidos**. São Paulo: Record, Paz e Terra, 2010.

HUFFPOST. **A Lynching Happens Every 40 Hours**. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/dr-david-j-leonard/lynching-happens-every-40-hours_b_1679948.html, 2012. Acesso em: 22 jun. 2018.

IEP. **Global Peace Index**. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/06/Global-Peace-Index-2018-2.pdf>, 2018.

IL MATINO. **Napoli. Quartieri spagnoli, dominicano rischia il linciaggio. La folla: «Ha stuprato una 12enne»**. Disponível em: https://www.ilmattino.it/napoli/cronaca/quartieri_spagnoli_dominicano-1121397.html, 2015. Acesso em: 16 jul. 2018.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Adolescente morre linchado em festa no Parque da Cidade**. Disponível em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/adolescente-morre-linchado-em-festa-no-parque-da-cidade>, 2018. Acesso em: 31 maio 2018.

JORNAL ESTADO DE S.PAULO. **Homem é linchado após tentativa de assalto a bar no Maranhão**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,homem-e-linchado-apos-tentativa-de-assalto-a-bar-no-maranhao,1721191>, 2015. Acesso em: 31 maio 2018.

LEI DE TORTURA. *Lei nº 9.455. Define os crimes de tortura e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

MACEDO, K. T. M. Linchamentos Virtuais: Paradoxos Nas Relações Sociais Contemporâneas. *Dissertação* (Mestrado) – Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/321038/1/Mercuri_KarenTank_M.pdf, 2016.

MACHADO, J. L. A. *As Origens da Ku Klux Klan.* Disponível em: http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115152010600/nova/dcsh/12/as_origens_da_ku_klux_klan.pdf, 2018. Acesso em: 5 jun. 2018.

MADE FOR MINDS. *Linchamentos em África: porquê fazer justiça pelas próprias mãos?* Por Theresa Krinninger / Bettina Riffel. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/linchamentos-em-%C3%A1frica-porqu%C3%AA-fazer-justi%C3%A7a-pelas-pr%C3%B3prias-m%C3%A3os/a-19314028>, 2016. Acesso em: 2 jun. 2018.

MAILONLINE. *Horrific New Year's Day assault on a female police officer in Paris was filmed by her attackers as they kicked her around like a rag doll in 'cowardly and criminal lynching'.* Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-5226981/New-Years-assault-policewoman-filmed-attackers.html>, 2018. Acesso em: 7 jun. 2018.

MARTINS, J. de S. *Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora.* *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S.Paulo*, 8(2): 11-26, outubro de 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v8n2/0103-2070-ts-08-02-0011.pdf>, 1996. Acesso em: 31 maio 2018.

MARTINS, J. de S. *Quinhentos mil contra um -Linchamento é fruto de um Estado débil. No ranking do horror, São Paulo, Salvador e Rio lideram.* Entrevista realizada por Flávia Tavares - O Estado de S.Paulo. Disponível em: <http://sociologiaextreme.blogspot.com/2009/06/linchamento-o-texto-na-integra.html>, 2009.

MARTINS, J. de S. *Linchamento: A Justiça Popular no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, J. de S. *Linchamentos: violência e justiça popular no Brasil (Parte I).* Entrevista por Mello, James. *Conferências ILEA.* Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/130041>, 2015. Acesso em 2 jun. 2018.

MARTINS, J. de S. *Linchamentos: violência e justiça popular no Brasil (Parte II).* Entrevista por Mello, James. *Conferências ILEA.* Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/130043>, 2015. Acesso em 2 jun. 2018.

MENANDRO, P. R. M., & SOUZA, L. *Linchamentos no Brasil: A justiça que não tarda, mas falha.* Vitória: FCAA/UFES, 1991.

NATAL, A. L. 30 anos de linchamento na Região Metropolitana de São Paulo 1980-2009. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 177. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18042013-121535/pt-br.php>, 2012.

NEWSONE. **Fears Of Lynchings In Atlanta Area After Two People Are Found Hanging From Trees**. Disponível em: <https://newsone.com/3798932/atlanta-area-lynchings-suicide>, 2018. Acesso em: 2 jun. 2018.

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS. **Mulher acusada de bruxaria é linchada na Guatemala**. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/mulher-acusada-de-bruxaria-e-linchada-na-guatemala-07082013>, 2013. Acesso em: 4 jun. 2018.

NYTIMES. **New Hampshire Investigates Wounding of 8-Year-Old as Possible Hate Crime**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/13/us/biracial-boy-lynched-new-hampshire.html>, 2017. Acesso em: 7 jun. 2018.

OBSERVADOR. **Russo que sobreviveu a tentativa de linchamento no México vai ser deportado**. Disponível em: <https://observador.pt/2017/05/22/russo-que-sobreviveu-a-tentativa-de-linchamento-no-mexico-vai-ser-deportado>, 2017. Acesso em: 20 jun. 2018.

OLIVEIRA, D. R. de. **Quando “pessoas de bem” matam: um estudo sociológico sobre os linchamentos**. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS; GT34 - Sociologia e antropologia da moral, 2010. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt34-7/1218-quando-pessoas-de-bem-matam-um-estudo-sociologico-sobre-os-linchamentos/file>, 2010. Acesso em: 4 jun. 2018.

ONUBR. **ONU tenta acabar com prática de linchamento no Haiti**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-tenta-acabar-com-pratica-de-linchamento-no-haiti>, 2013. Acesso em: 2 jun. 2018.

PFEIFER, M. J. **Global Lynching and Collective Violence: Volume 1: Asia, Africa, and the Middle East**. Champaign: University of Illinois Press, 2017.

PFEIFER, M. J. **Global Lynching and Collective Violence: Volume 2: The Americas and Europe**. Champaign: University of Illinois Press, 2017a.

PLENGLISH. **Lynching Increase in Dominican Republic**. Disponível em: <http://www.plenglish.com/index.php?o=rn&id=25921&SEO=lynching-increase-in-dominican-republic>, 2018. Acesso em: 22 jun. 2018.

PRP Chanel. **Gallipoli: gridano “ATTENTATO BOMBA” per non pagare il conto e rischiano il linciaggio**. Disponível em: <https://www.prpchannel.com/cronache/gallipoli-turisti-rischiano-linciaggio-falso-attentato>, 2017.

PÚBLICO. *Indignação em França com linchamento de adolescente cigano*. Por Clara Barata, Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/06/17/mundo/noticia/indignacao-em-franca-com-linchamento-de-adolescente-cigano-1659080>, 2014. Acesso em: 22 jun. 2018.

RADIO MASHAAL. *Pakistani Court Issues Death Sentence, Prison Terms For 'Blasphemy' Lynching*. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/pakistan-mashal-khan-court-death-sentence/29025260.html>, 2018. Acesso em: 2 jun. 2018.

REGIME JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA GUATEMALA. Disponível em: https://www.oas.org/juridico/mla/pt/gtm/por_gtm-int-desc-system.pdf, 2018. Acesso em 22 jun. 2018.

REGIONAL HUMAN DEVELOPMENT REPORT. *Citizen Security With A Human Face: Evidence and Proposals for Latin America*. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/citizen_security_with_a_human_face_-_executivesummary.pdf, 2013-2014.

RIOS, J. A. *Linchamentos: Do Arcaico Ao Moderno*. CDU 301.085.2. *Ci. & Trop.*, Recife 16(2): 207-236, jul\dez., 1988. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/425/31>, 1988.

RT. *Queriam vingança! Jovem é espancada e queimada viva por multidão no meio da rua*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/hora-7/fotos/queriam-vinganca-jovem-e-espancada-e-queimada-viva-por-multidao-no-meio-da-rua-16062018#!/foto/1>, 2015. Acesso em: 2 jun. 2018.

SÁBADO. *Grupo de 20 evangélicos escapa a linchamento na Guatemala*. Por Lusa. Disponível em: <http://www.sabado.pt/mundo/america/detalhe/grupo-de-20-evangelicos-escapa-a-linchamento-na-guatemala>, 2017. Acesso em: 23 jun. 2018.

SHERIF, M., Harvey, O., White, B., Hood, W., & Sherif, C. *Intergroup conflict and cooperation: the robbers case experimente*. Norman, EUA: University of Oklaroma Book Exchange, 1961.

SINEBARGO. *Usuarios del Metro intentan linchar a presunto ladrón en la estación Bosque de Aragón de la Línea B* (VIDEO). Disponível em: <http://www.sinembargo.mx/17-05-2018/3419261>, 2018. Acesso em: 8 jun.2018.

SINGER, H. *Discursos Desconcertados: Linchamentos, Punições e Direitos Humanos*. São Paulo: Humanitas, 2003.

SINHORETTO, J. Os justiçadores e sua justiça Linchamentos, costume e conflito. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 206. 2001. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down175.pdf>, 2001.

_____. **Linchamentos: insegurança e revolta popular.** *Revista Brasileira de Segurança Pública* | Ano 3º Edição 4 Fev/Mar 2009. Disponível em: <http://www.observatoriode-seguranca.org/files/artigo%20jaqueline.pdf1>, 2009.

SOUZA, L. de. **Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder.** *Análise Psicológica* (1999), 2 (XVII): 327-338. Disponível em: http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5901/1/1999_2_327.pdf, 1999.

SZNICK, V. **Tortura: histórico, evolução, crime.** São Paulo: Leud, 1998.

TELEGRAPH. **Two more lynched in India as police struggle to contain WhatsApp rumours of child kidnappers.** Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/06/11/two-lynched-india-police-struggle-contain-whatsapp-rumours-child>, 2018. Acesso em: 2 jun. 2018.

TERRA. **Linchamento virtual é moda polêmica na China.** Disponível em: <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI1640927-EI12884,00-Linchamento+virtual+e+moda+polemica+na+China.html>, 2007. Acesso em: 2 jun. 2018.

_____. **Linchamentos: prática antiga assombra não só a Argentina.** Por Jéssica Freitas. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/linchamentos-pratica-antiga-assombra-nao-so-a-argentina,be44eab726e55410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>, 2014. Acesso em: 2 jun. 2018.

THE GUARDIAN. **Brazil grapples with lynch mob epidemic: 'A good criminal is a dead criminal'.** Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2016/dec/06/brazil-lynch-mobs-vigilante-justice-fortaleza?CMP=share_btn_wa, 2016. Acesso em: 22 jun 2018.

THRASHER. S.W. **The terror of lynching haunts black Americans again.** Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/may/24/lynching-threats-mississippi-racism-richard-collins>, 2017. Acesso em: 22 jun. 2018.

VILAS, C. M. **Linchamientos y conflicto político en Los Andes.** Versión revisada del documento presentado en el XXVI Congreso Internacional de Lasa (San Juan, Puerto Rico), marzo de 2006. Folios, Segunda época, n. 25, Primer semestre de 2007, p. 3-26 Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/folios/n25/n25a01.pdf>, 2007.

Luta pela terra e processo de reforma agrária no Sertão Paraibano

Struggle for land and process of agrarian reform in the Sertão from Paraíba

Lucha por tierra y proceso de reforma agraria en el Sertão¹ Paraibano

Saul Ramos de Oliveira²
Roberto de Sousa Miranda³

Resumo

OLIVEIRA, Saul Ramos de; MIRANDA, Roberto de Sousa. Luta pela terra e processo de reforma agrária no Sertão Paraibano. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 111-124, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.5](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.5)

Este artigo tem como objetivo analisar como se deu a formação do espaço agrário da Mesorregião do Sertão Paraibano. O Sertão Paraibano foi, historicamente, caracterizado pela prática da pecuária, em vastas áreas, e pelo cultivo do algodão. Em ambas as atividades, a concentração de terras ocasionou a exclusão de grande parte dos trabalhadores rurais, quadro que permanece até os dias atuais. Para analisar a concentração de terras no Sertão Paraibano, foram utilizados dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contendo o número de assentamentos criados na mesorregião do Sertão paraibano, que estão inseridos no Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), e correspondem ao período que vai de 01/01/1900 a 31/12/2011. Foi verificado que, mesmo havendo projetos de reforma agrária no Sertão paraibano, a terra ainda continua concentrada em grande parte da mesorregião.

Palavras-chave: Latifúndio. Semiárido. Nordeste. Concentração de terras. Agricultura Familiar.

Abstract

OLIVEIRA, Saul Ramos de; MIRANDA, Roberto de Sousa. Struggle for land and process of agrarian reform in the Sertão from Paraíba. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 111-124, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.5](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.5)

This his article aims to analyze how the agrarian space of the Mesoregion of the Sertão from Paraíba took place. Sertão from Paraíba has historically been characterized by the practice of cattle ranching in large areas and the cultivation of cotton. In both activities, the concentration of land led to the exclusion of most rural workers, a situation that remains to this day. To analyze land concentration in the Sertão from Paraíba, we used data from the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) containing the number of settlements created in

¹ una región del interior Paraibano muy afectada por la sequía.

² Doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal da Paraíba. Engenheiro Agrônomo, Mestre em Horticultura tropical pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: saul.oliveira.ramos@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2804-6671>

³ Doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: robertosmiranda@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2412-7914>

the mesoregion of the Sertão from Paraíba inserted in the Computerized System of Agrarian Reform Projects (SIPRA), dated from 01/01/1900 to 12/31/2011. It was found that even with land reform projects in the Sertão from Paraíba, the land is still concentrated in much of the mesoregion.

Keywords: Latifundium. Semiarid. Northeast. Land concentration. Family farming.

Resumen

OLIVEIRA, Saul Ramos de; MIRANDA, Roberto de Sousa. Lucha por tierra y proceso de reforma agraria en el Sertão Paraibano. *Rev. Ci & Trópico*, v. 43, n. 2, p. 111-124, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.5](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.5)

Este artículo tiene por objetivo analizar como tuvo lugar la formación del espacio agrario de la Mesorregión Sertão Paraibano. El Sertão Paraibano se ha caracterizado históricamente por la práctica del ganado en grandes áreas y el cultivo de algodón. En ambas actividades, la concentración de tierras condujo a la exclusión de la mayoría de los trabajadores rurales, una situación que continúa hasta nuestros días. Para analizar la concentración de la tierra en el Sertão Paraibano, se utilizaron datos del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), que contienen el número de asentamientos creados en la Mesorregión del Sertão Paraibano, que se insertan en el Sistema Computarizado de Proyectos de Reforma Agraria (SIPRA) y corresponden al período de 1/1/1900 a 31/12/2011. Se descubrió que incluso con proyectos de reforma agraria en Paraíba, la tierra todavía se concentra en gran parte de la mesorregión.

Palabras clave: Latifundio. Semiárido. Nordeste. Concentración de tierras. Agricultura Familiar.

1. Introdução

A estrutura agrária brasileira sempre foi marcada por uma grande concentração de terra, associada a um modelo agroexportador de monoculturas. Essas características tiveram início desde a colonização brasileira, primeiro com as capitanias hereditárias, depois as sesmarias, até a modernização no campo e a formação dos latifúndios modernos. Por todo o processo histórico da formação e desenvolvimento do campo brasileiro, a exclusão dos pobres do campo sempre foram marcas visíveis nesse processo, ocasionando embates históricos entre excluídos e opressores.

Nesse contexto, a formação dos espaços agrários no Brasil vem se modificando cada vez mais com a ação das lutas dos vários movimentos, que se caracterizam como uma reação à estrutura fundiária concentradora. É importante frisar que a ação dos movimentos de luta já é bastante antiga nos lugares que serviram de base para os movimentos atuais.

A Paraíba é um estado litorâneo que teve a organização e a expansão do seu espaço agrário atrelado aos interesses da cana de açúcar. O conhecimento das dinâmicas agrárias, ao longo da história desse estado, é de fundamental importância

para as análises atuais de suas relações de trabalho e econômicas que envolvam o seu espaço agrário. O Sertão paraibano, mesorregião desse Estado, é caracterizado por uma histórica concentração de terras onde ainda se perpetuam antigas relações de trabalho submissas aos latifundiários como: sistemas de moradores, arrendatário e meeiros. O objetivo deste trabalho foi fazer uma análise da estrutura fundiária do Sertão paraibano, utilizando dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contendo o número de assentamentos criados na mesorregião do Sertão paraibano, que estão inseridos no Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), e correspondem ao período que vai de 1º/1/1900 a 31/12/2011.

2. Referencial teórico

2.1. Formação do espaço agrário no sertão paraibano

A criação de gado, no Litoral, se restringia, apenas, a pequenas extensões nos interiores dos engenhos e tinha a finalidade de abastecer o mercado de carne do Litoral e do próprio engenho, além disso, fornecia animais para trabalhar nas tarefas diárias. Com o aumento do consumo de carne do Litoral e uma crescente demanda por animais de trabalho, os rebanhos bovinos cresceram e, conflitos envolvendo lavradores e criadores de gado não tardaram acontecer (ANDRADE, 2005).

Esses conflitos resultaram na separação entre a criação de gado e o cultivo de cana. Sob pressão dos canaviais, a pecuária teve que procurar novas terras, transformando-se na atividade que desbravou o Sertão. A coroa portuguesa, entre os séculos XVI e XVII, realizava vastas concessões de terras para aqueles que desbravassem o Sertão. Entre as famílias de desbravadores, ganhou destaque a de Garcia d'Ávila, também conhecida como Casa da Torre, composta por pecuaristas que introduziram seus rebanhos pelo Sertão Paraibano, sendo de fundamental importância para a conquista da mesorregião (ALVEAL; BARBOSA, 2015).

Outro fator preponderante para a interiorização do estado foi a crise do setor açucareiro. Muitos trabalhadores desempregados começaram a migrar para o Sertão, na esperança de melhor qualidade de vida na pecuária e pequena agricultura (PEREIRA, 2017).

A primeira via de penetração para o interior, no estado da Paraíba, foi seguindo rio Paraíba. Ao longo de suas margens, foram instalados currais e fazendas de gado, dando origem a vários núcleos populacionais como: Pilar, São Miguel, Itabaiana, Mogeiro, etc. Merecendo destaque o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, que desbravou grandes extensões de área (MOREIRA; TARGINO, 1996).

O sistema de pecuária, no Sertão, consistia na criação de gado em sistema de pastejo extensivo em campo aberto. Devido à pobreza das pastagens naturais da caatinga, à existência de uma estação seca prolongada e à utilização de técnicas de criação muito rudimentares, eram necessários muitos hectares para alimentar os rebanhos bovinos (ANDRADE, 2005).

A organização do trabalho no Sertão foi por meio do trabalho livre e escravo, mas com predominância do livre. Entre os trabalhadores livres podemos citar os carreiros, que transportavam mercadorias nos seus carros de bois; os tangedores, que evitavam as disparadas das boiadas auxiliando os vaqueiros e, finalmente, o vaqueiro, figura principal da pecuária Sertaneja. Cabia ao vaqueiro: cuidar do rebanho, administrar a fazenda na ausência do dono e dar ordens aos trabalhadores e agregados. Seu pagamento era por meio de quarteação, ou seja, o vaqueiro recebia um quarto dos bezerros, potros e cabritos nascidos na fazenda (ANDRADE, 2005).

Embora a pecuária sertaneja tenha na base o latifúndio, Moreira e Targino (1996) enfatizam que essa atividade deu melhores acessos à posse da terra para os trabalhadores livres pobres. Vários vaqueiros se tornaram fazendeiros graças ao seu modo de pagamento, além disso, a pecuária abriu mais espaço para arrendatários e meeiros, devido às grandes áreas que ocupavam, tornando-se de difícil controle para um fazendeiro só.

No entanto, a vida dos trabalhadores livres, também não era fácil. Muitos deles tinham que sobreviver sem a ajuda dos donos das fazendas. Necessitavam produzir seus utensílios, roupas, além de produzir seu próprio alimento, enfrentando a severidade do clima sertanejo (NOGUEIRA e SIMÕES, 2009).

O comércio sertanejo era relacionado à atividade colonial, com objetivo de atender o mercado interno Paraibano. Além da carne, do leite e dos animais de trabalho, o Sertão também produzia vários artefatos de couro, como: chapéus, roupas, calçados, arreios, camas, etc. Logo, a pecuária foi de fundamental importância para o desenvolvimento do Sertão (MOREIRA, TARGINO, 1996; NOGUEIRA, SIMÕES, 2009).

Também houve agricultura no Sertão paraibano. A cultura do algodão foi expandida do Agreste e ocupou um importante papel na economia do sertão paraibano. Para Aranha (1991), seu maior desenvolvimento na Paraíba ocorreu no século XVIII, devido a fatores como: Crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa, afastamento dos Estados Unidos do mercado mundial em decorrência da Guerra da Independência, crescimento populacional e, conseqüentemente, maior necessidade de tecidos, entre outros.

Na década de 1930, a cotonicultura sertaneja é impulsionada por meio da vinda das multinacionais SANBRA e ANDERSON CLEYTON. Essas empresas atuavam na compra, venda e beneficiamento do algodão em várias cidades da mesorregião (ARANHA, 1991).

As culturas de subsistências também fizeram parte das lavouras Sertanejas. Muitos trabalhadores livres, como arrendatários, parceiro e meeiros, cultivavam pequenas lavouras diversificadas de milho e feijão, entre outros vegetais, nas áreas mais férteis e nos leitos dos rios sazonais (CARON; SABOURIN, 2003).

O processo desorganizado e excludente de concessão de terras pela coroa portuguesa, a necessidade do uso de grandes áreas de pastejo, para os rebanhos, e a falta de projetos de reforma agrária, proporcionaram uma enorme concentração de terra que se perpetua até os dias de hoje. É muito comum ver grandes áreas abandonadas ou improdutivas. A pecuária não é mais praticada em grandes áreas e sim em pequenas

e médias propriedades. O cultivo do algodão é quase inexistente, foi substituído por culturas de subsistência como milho e feijão. Em propriedades ribeirinhas com disponibilidade de irrigação é mais comum, atualmente, o cultivo de banana, coco e forrageiras para alimentação de bovinos e ovinos.

O latifúndio também causou grande êxodo rural no sertão paraibano, acarretando vários problemas. Muitos agricultores saíram do campo devido à falta de emprego, indo em direção ao Sul e Sudeste para trabalhar em setores como: construção civil, mercado informal de vendas, etc. A falta de trabalhadores no campo, em muitos casos, inviabilizou a produção de médios produtores, por conta dos elevados preços das diárias cobradas pelos poucos trabalhadores rurais que ainda permanecem no campo, o que também vem desestimulando vários médios produtores, ocasionando ainda mais desemprego e estagnação econômica.

2.2. Reforma agrária no sertão paraibano

A luta pela terra na Paraíba começa ainda na década de 1950, com a criação das ligas camponesas na Zona da Mata paraibana. Com o golpe militar de 1964, as ligas são desarticuladas e o movimento de luta pela terra sofre retração, contudo, com a redemocratização do Brasil na década de 1980, os movimentos sociais de luta pela terra no campo voltam a atuar e passam a pressionar o governo pela reforma agrária.

Conflitos pela terra no Sertão surgiram de forma mais tardia do que na Zona da Mata, contudo, com a redemocratização do país, avançam em direção à região semiárida. Moreira (1997) destaca diversos ou muitos conflitos pela terra em vários municípios do Sertão paraibano, como: Riacho dos Cavalos, em 1985; Cacimba de Areia, em 1986; São José do Rio do Peixe, em 1987; Triunfo, em 1990; Jericó, em 1992, entre outros.

O primeiro movimento de luta pela terra no Sertão começou com grupos oriundos da igreja católica, as CEBs (Comunidades Eclesiais da Base), e, posteriormente, com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que ajudaram trabalhadores de vários municípios (Jericó, Triunfo, Bonito de Santa Fé, e Riacho dos Cavalos). Esses agricultores familiares pediam apoio para a demarcação das terras na bacia dos açudes públicos situados nesses municípios, na década de 80, que haviam sido griladas (OLIVEIRA, 2013).

Também na década de 1980 surge o Movimento dos Sem Terra (MST), como uma nova expressão de luta pela terra. O primeiro congresso do MST na Paraíba foi em 1985, reunindo 25 agricultores familiares, marcando sua fundação no Estado. Até os dias atuais, o MST tem sido um importante movimento de organização e politização dos agricultores para a realização da Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2013).

A ação desses movimentos vem contribuindo para modificar a paisagem agrária da Paraíba e da mesorregião do Sertão, pressionando as autoridades governamentais para acelerar a reforma agrária no estado e no Sertão. Diante disso, o processo de reforma agrária no Sertão paraibano, que se iniciou no final da década de 1980, com apoio dos movimentos sociais de luta como a CPT e o MST, vem mudando o cenário da região e realizando o sonho de vários agricultores familiares que desejavam terras.

Entre os anos 1989 e 2013 foram registradas, no estado da Paraíba, 204 ocupações de terra, participando do processo 22.774 famílias (cerca de 90 mil pessoas). O sertão do estado teve grande destaque na luta pela terra: foram verificadas 61 ocupações (29,9% do total), envolvendo 6.246 famílias (27% do total), sendo a microrregião de Sousa com o maior número de ocupações (GETEC, 2015).

3. Metodologia

Para realizar um quadro da estrutura fundiária do Sertão paraibano, foi realizada uma análise dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contendo o número de assentamentos criados na mesorregião do Sertão paraibano, que estão inseridos no Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), e correspondem ao período que vai de 01/01/1900 a 31/12/2011.

Com essas informações, foi realizada uma tabela indicando o município onde foi realizado o projeto de assentamento, nome do assentamento, data de criação, número de famílias assentadas, capacidade do assentamento por número de famílias, e a área (em ha) dos assentamentos.

4. Análise e discussão dos resultados

De acordo com os dados do Incra, dos 83 municípios, distribuídos em sete microrregiões, só foram realizados projetos de assentamentos rurais em 28, totalizando 60 assentamentos criados. Esses assentamentos resultam da desapropriação ou da compra dos imóveis rurais.

Na microrregião de Sousa, foram criados 19 assentamentos, do ano de 1996 a 2011, totalizando uma área de 21225,4855 ha (*Tabela 1*).

Tabela 1: Dados dos assentamentos criados na microrregião de Sousa no Sertão paraibano.

Município	Assentamento	Área(ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Aparecida	Acauã	2.825,0368	114	111	30/11/1996
Aparecida	Angélicas	1.440,0000	34	34	31/10/2005
Aparecida	Várzea de Sousa I	100,7561	14	12	29/08/2006
Aparecida	Veneza I	635,9674	27	27	14/08/2007
Aparecida	Angélica II	993,6636	19	16	27/09/2010
Aparecida	Nova Vida I	1.007,0500	141	141	24/01/2011
Lastro	Jerimum	1.019,9916	51	50	27/09/2010
Malta	Padre Acácio Cartaxo Rolim	724,8000	19	19	16/06/2003
Marizópolis	Juazeiro	1.809,0338	61	61	30/11/1999
Paulista	Paxicu	1.227,0000	36	35	31/08/2004
Paulista	Currálinho	1.227,9000	40	40	26/06/2003
Pombal	Jacú	1.200,0000	40	40	16/03/2003
Pombal	Margarida Maria Alves	594,0000	46	46	20/07/2005
Pombal	Santa Monica	2.728,5161	27	27	03/09/2008
São Domingos de Pombal	Paissandu	1.215,0000	27	27	30/06/2010
São José da Lagoa Tapada	Sarapo	756,6000	36	35	24/08/2005
Sousa	Várzea de Sousa II	390,3787	75	67	29/08/2006
Sousa	Várzea de Sousa III	475,8027	89	83	29/08/2006
Sousa	Zequinha	853,9887	20	18	27/09/2010
Totais	Total Assent: 19	Total Área: 21225,4855	Total Cap: 916	Total Fam. assent: 889	-----

Fonte: INCRA – 2012.

Segundo os dados do INCRA, foi nessa microrregião onde ocorreu o maior número de assentamentos criados. Esses assentamentos vêm gerando emprego e renda para milhares de trabalhadores rurais, além de uma melhor qualidade de vida para todos. No assentamento acauã, localizado no município de Aparecida, sistemas de produção agrícola, do tipo Mandala, proporciona a produção de variadas hortícolas, que são comercializadas, pelos produtores, na feira do município. Nesse assentamento também foram construídas cisternas, escolas, quadra poli esportiva e posto de saúde (SILVA et al, 2017).

Nas várzeas irrigadas do município de Sousa, vários produtores assentados vêm plantando diversas hortaliças de forma orgânica e tendo excelentes resultados. Pordeus et al. (2016), estudando esse projeto no município, aponta como principais ganhos econômicos os seguintes fatores: produção de diversas hortaliças, geração de emprego e renda, agregação de valor nos produtos e aquisição de equipamentos, e veículos para escoar a produção. Como ganhos sociais; o estudo aponta acesso à terra e água, Inserção nas políticas públicas, destinadas à agricultura familiar (PRONAF, PNAE e PAA), relações sociais entre os produtores e instituições de ensino, pesquisa e extensão rural.

Na microrregião de Catolé do Rocha, foram criados cinco assentamentos entre os anos 1997 e 2009, com área total de 6011,6555 ha, abrigando 220 famílias (**Tabela 2**). O município de Jericó, inserido nessa microrregião, foi palco de um marcante conflito pela posse da terra nos anos 90. Agricultores receberam terras por desapropriação do governo e os mesmos passaram a cultivar a terra e realizar benfeitorias. Logo após o processo, o governo revogou a decisão, devolvendo a administração das terras aos antigos donos, o que provocou inúmeros conflitos (SILVA, 1997).

Atualmente, agricultores dos assentamentos, Alto Alegre, Saquinho e Fortuna, plantam diversas culturas agrícolas, criam animais e contribuem de forma efetiva para economia do município. Recentemente, essas comunidades foram contempladas pelo projeto de fomento “Mulher e Semiárido”, um programa de financiamento de quase 1,5 milhões de reais, destinado para o desenvolvimento da agricultura e qualidade de vida.

Tabela 2. Dados dos assentamentos criados na microrregião de Catolé do Rocha no Sertão paraibano.

Município	Assentamento	Área(ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Jericó	Cruzeiro/Saquinho	794,3000	35	31	29/08/2001
Jericó	Fortuna	1.792,50000	73	71	09/12/1997
Jericó	Alto Alegre	745,6000	45	45	11/12/1998
Lagoa	Cantinho	428,8091	38	38	11/02/2009
Lagoa	Santa Monica I	2.250,4464	35	35	01/10/2009
Totais	Total Assent: 5	Total Área: 6011,6555	Total Capac.: 226	Total Fam. Assent.: 220	-----

FONTE: INCRA – 2012.

Na microrregião de cajazeiras, foram criados 9 assentamentos entre os anos 1997 e 2010. O total de área desapropriada foi de 8524,4918 ha, assentando 238 famílias (**tabela 3**).

No município de Cajazeiras, Freitas et al. (2013), estudando os assentamentos, Frei Damião, Frei Beda, Mãe Rainha, Santo Antônio e Valdeci Santiago, concluíram que o processo de reforma agrária não só melhorou a vida dos assentados, como contribuiu de forma efetiva com a economia do município. Segundo os resultados, são produzidos nesses assentamentos diversos tipos de vegetais e animais, que são comercializados nas feiras ou vendidos para pequenos e médios empresários do ramo alimentício da cidade. Os produtores também desenvolveram novas técnicas mais sustentáveis de agricultura e uso do solo para melhor conviver com o clima Semiárido.

No assentamento Bom Jesus, no município de Poço Dantas, em parceria com a prefeitura, foram instaladas hortas comunitárias onde os agricultores produzem: coentro, beterraba, pimentão, cenoura, cebolinha, tomate etc. o excedente da produção é comercializado em feiras livres das cidades vizinhas. Esse assentamento também foi contemplado com pavimentação, sendo um dos poucos no estado da Paraíba com esse benefício.

Tabela 3. Dados dos assentamentos criados na microrregião de Cajazeiras no Sertão paraibano.

Município	Assentamento	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Poço Dantas	Bom Jesus	610,0500	22	22	11/02/2000
Cachoeira dos índios	São Francisco II	727,3000	21	21	22/12/1997
Cajazeiras	Edvaldo Sebastião	366,9549	19	18	17/08/2001
Cajazeiras	Frei Damião	726,0000	21	20	17/08/2001
Cajazeiras	Frei Beda	1.308,1200	34	34	30/12/2004
Cajazeiras	Mãe Rainha	376,9909	28	28	06/03/2007
Cajazeiras	Santo Antônio	662,0200	32	32	02/12/1997
Cajazeiras	Valdeci Santiago	2.579,0000	64	48	22/12/1997
Santa Helena	Padre Cleudes	1.168,0560	16	15	27/09/2010
Totais	Total Assent: 9	Total Área: 8524,4918	Total Capac.: 257	Total Fam. Assent.: 238	-----

Fonte: INCRA, 2012.

Na microrregião de Patos, foram assentadas, entre os anos 1997 e 2010, 640 famílias em 12 comunidades, somando uma área total de 9719431,24 ha. Essa microrregião foi a segunda colocada em quantidades de assentamentos criados no Sertão Paraibano (*tabela 4*).

Nessa microrregião, possui destaque o assentamento Patativa do Assaré, localizado no município de Patos. Esse assentamento produz várias culturas agrícolas e cria animais, adotando técnicas sustentáveis de produção, provando o nível de conscientização com as questões ambientais dos assentados. Essa comunidade também dispõe de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), que é mantida pela Prefeitura Municipal de patos e reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) (LINS, 2013).

Tabela 4. Dados dos assentamentos criados na microrregião de Patos no Sertão paraibano.

Município	Assentamento	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Santa Terezinha	Dom Expedito Eduardo de Oliveira	1.379,9000	50	50	29/11/2001
Santa Terezinha	Nego Fuba	2.189,0082	30	30	29/09/2010
Patos	Campo Comprido	3.429,9000	86	86	09/12/1997
Patos	Patativa do Assaré	2.239,6000	60	60	25/03/2004
São José de Espinharas	Maria da Paz	2.495,0000	40	40	16/06/2003
São José de Espinharas	Cachoeira	2.100,9150	40	39	10/09/2003
São José de Espinharas	Osiel Alves	970.0000	25	25	25/03/2004
São José de Espinharas	Tiradentes I	1.300,0000	35	35	25/03/2004
São José de Espinharas	Nova Santana	980,0000	24	24	17/09/2004
São José de Espinharas	Nova Espinharas	1.939,9778	58	58	10/08/2007
São José do Bonfim	Tubarão	1.098,0000	67	67	06/08/1997
Cacimba de Areia	Barragem da Farinha	278,9125	131	126	14/04/1997
Totais	Total Assent: 12	Total Área: 9719431,24	Total Capac.: 646	Total Fam. Assent.: 640	-----

Fonte: INCRA – 2012.

As microrregiões de Piancó, Itaporanga e Serra de Teixeira tiveram os menores números de assentamentos criados no Sertão paraibano. Na microrregião de Catingueira, só foram criados três assentamentos entre os anos 2001 e 2007. Os mesmos possuem área total de 6111,3947 ha (*tabela 5*). Já na microrregião de Itaporanga, foram criados cinco assentamentos, entre 1996 e 2011, em uma área total de 3462,8033 ha (*tabela 6*). Por último, na microrregião de Serra de Teixeira, foram criados quatro assentamentos, entre 1987 e 2001, com área total de 1591,7563 ha (*tabela 7*).

Tabela 5. Dados dos assentamentos criados na microrregião de Piancó no Sertão paraibano.

Município	Assentamento	Área(ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Catingueira	Padre Luciano Dias de Moraes	2.934,0000	36	42	17/08/2001
Catingueira	São Sebastião	803,0000	28	28	12/06/2002
Catingueira	Nossa Senhora Aparecida	2.374,3947	65	65	12/03/2007
Totais	Total Assent: 3	Total Área: 6111,3947	Total Capac.: 129	Total Fam. Assent.: 135	-----

Fonte: INCRA – 2012.

Tabela 6. Dados dos assentamentos criados na microrregião de Itaporanga no Sertão paraibano.

Município	Assentamento	Área(ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Diamante	Lampião	1.568,6636	37	36	03/09/2009
Diamante	Cabano	1.053,2975	46	46	03/09/2009
Diamante	Joaquin Teotônio	535,1641	26	–	04/07/2011
Itaporanga	Cristo Redentor	118,5081	5	5	03/09/2008
Pedra Branca	Gravata	187,1700	67	67	17/12/1996
Totais	Total Assent: 5	Total Área: 3462,8033	Total Capaci: 181	Total Fam. Assent.: 154	-----

Fonte: INCRA – 2012.

Tabela 7: Dados dos assentamentos criados na microrregião a Serra de Teixeira no Sertão paraibano.

Município	Assentamento	Área(ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Maturéia	Pedra Lavrada	139,4426	23	23	15/12/1987
Maturéia	1º de Maio	288,4526	20	20	21/07/2005
Maturéia	Cachoeira de Maturéia	545,3611	15	15	15/12/1987
Teixeira	Poços de Baixo	618,5000	45	45	17/08/2001
Totais	Total Assent: 4	Total Área: 1591,7563	Total Capac.: 103	Total Fam. assenta: 103	-----

Fonte: INCRA – 2012.

De modo geral, foi verificado que em 55 cidades do Sertão não foram realizados projetos de assentamento, o que corresponde a 66,27% da região. Assim, podemos dizer que a reforma agrária no Sertão foi de baixo impacto e que a ação da luta dos agricultores familiares sem terra, embora tenha causado modificações sobre a estrutura fundiária regional, não foi suficiente para modificar a concentração de terra que caracteriza a região do Sertão.

Ainda segundo os dados, os assentamentos no Sertão foram criados a partir de 1987 a 2011. Notamos, com isso, a importância que foi o fim da ditadura militar e o nascimento e ações dos movimentos de luta pela terra que surgem no estado da Paraíba nessa época, passando a organizar os agricultores para lutarem por terra.

Os anos com maior criação de assentamentos foi de 2003 a 2010, resultando em 34 assentamentos criados. Esse período corresponde ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). O governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003, foi responsável pela criação de 20 assentamentos. O governo de Dilma Rousseff, que iniciou em 2010, criou apenas 3 assentamentos em 2011. Com isso, foi no governo Lula que houve maior criação de assentamentos no Sertão Paraibano.

Os 60 assentamentos criados têm capacidades para abrigar 2.532 famílias, contudo só foram assentadas 2.447, restando, ainda, capacidade para mais 85 famílias e, 19 assentamentos estão com os números de famílias abaixo de suas capacidades, enquanto que apenas um está acima. Isso significa que ainda faltam famílias a serem assentadas nessas terras. As cidades com maior número de assentamentos criados foram Aparecida, com seis assentamentos, Cajazeiras com seis e São José dos Espinharas, também com seis assentamentos criados.

Em uma região pouco industrializada, e com poucas oportunidades de empregos, o parcelamento de terra se torna uma importante ferramenta no desenvolvimento. Como descrito, os assentamentos criados proporcionaram renda a milhares de produtores e aquecimento da economia municipal e regional, gerando mais empregos. A melhor qualidade de vida proporcionada influenciou na fixação dos trabalhadores

rurais, evitando o êxodo e o crescimento desordenado das capitais; com isso, mais pessoas ficaram na mesorregião do Sertão paraibano, atuando como produtores e consumidores e, movimentando ainda mais a economia da região.

5. Considerações finais

Mesmo com a criação de vários assentamentos no Sertão paraibano, a terra ainda é bastante concentrada, necessitando de mais projetos para melhor democratizar a terra na mesorregião. A criação de assentamentos rurais proporcionou inúmeros benefícios econômicos e sociais para os municípios sertanejos. Embora os projetos do INCRA tenham alcançado importantes resultados para os agricultores e para modificar a estrutura agrária no Sertão paraibano, ainda é preciso reivindicar melhores condições e perspectivas nos assentamentos rurais, para que os agricultores passem a melhorar cada vez mais seus sistemas produtivos.

Referências

ALVEAL, C. M. O; BARBOSA, K. B. C. A legitimidade da graça: os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa da Torre na capitania da Paraíba (século XVIII). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 78-100, Junho de 2015.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARANHA, G. B. **Campina Grande no espaço econômico regional**: estradas de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957) (Tese de Mestrado em Sociologia Rural). João Pessoa: UFPB, 1991.

BRASIL. **Sistema de Informações dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária - SIPRA/INCRA (2010)**, Incra, 2010. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: Out 2014.

CARON, P; SABOURIN, E. **Camponeses do sertão**: mutação das agriculturas familiares no nordeste do Brasil. 1ª ed. Brasília: Embrapa, 2003.

FREITAS, J. P., PATRÍCIO, M. D. C. M., DE FREITAS, F. E., NETO, M. F. D. S., SILVA, V. M. D. A. (2013). **Lutas camponesas no alto sertão e a questão ambiental**: a busca da sustentabilidade no assentamento Santo Antônio, no município de Cajazeiras/PB. **POLÊM! CA**, 12(1), 137-147.

GETEC, **Relatório DATALUTA 2014**, Banco de Dados da Luta Pela Terra, Departamento de Geociências, UFPB, 2015. LINS, Lucicléa Teixeira. **Autogestão e utopia na práxis dos movimentos sociais**. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MOREIRA, E; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996

MOREIRA, E. . **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

NOGUEIRA, F. R. B.; SIMÕES, S. V. D. Uma abordagem sistêmica para a agropecuária e a dinâmica evolutiva dos sistemas de produção no nordeste semiárido. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 22, n. 2, p. 1-6, 2009.

OLIVEIRA, S. G. **Caminhos da Reforma Agrária: O Processo Histórico da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, da Luta Pela Terra a Luta Pela Terra (1985-2002)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa 2013.

PEREIRA, W. E. N. breves notas acerca da formação histórico-econômica de campina grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX). **Revista História Econômica e História de Empresas**. V. 19, n. 2, p. 295-346 (2017).

PORDEUS, G.O., MOREIRA, A., ARAUJO, K.F., ALVARENGA, C.F., SOUSA, F.D., BONIFÁCIO, B.F., SOUSA, F.M. (2016). **Aspectos Socioeconômicos da produção orgânica de hortaliças nas várzeas de Sousa - Paraíba**. INTESA – Informativo técnico do semiárido (Pombal-PB), v 10, n 1, p 01-04, janeiro -junho, 2016.

SILVA, A. P. da; **Da sombra do juazeiro à luz elétrica ou como iluminaram-se as consciências: a construção da cidadania**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Campina Grande: UFPB. 1997.

SILVA, O.A.R.; COSTA, F. A.; RAPOSO, G. J. Movimento Social: As Conquistas Do MST do assentamento Acauã no município de Aparecida – PB. IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO A Educação brasileira: desafios na atualidade. 15 a 18 de Novembro de 2017 - João Pessoa - PB. **Anais...**

O papel da língua no fortalecimento da identidade étnica dos Xukuru da Serra de Ororubá em Pesqueira-PE

The role of language in strengthening ethnic identity of the Xukuru from Serra de Ororubá in Pesqueira-PE

El papel de la lengua en fortención de la identidad étnica de los Xukuru de la Sierra de Ororubá en Pesqueira-PE

Solange Carvalho¹

Resumo

CARVALHO, Solange. O papel da língua no fortalecimento da identidade étnica dos Xukuru da Serra de Ororubá em Pesqueira-PE. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 125-146, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.6](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.6)

Parte de um estudo maior, realizado em nossa Tese de Doutorado, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPE, este artigo trata da questão da língua no processo de fortalecimento da etnicidade dos Xukuru da Serra de Ororubá, residentes em Pesqueira-PE, trazendo como foco as consequências do apagamento linguístico. No entendimento de que a língua é o principal elemento de uma cultura, mas não o único, e que eles perderam a língua ancestral, mas exigem o reconhecimento de sua identidade étnica em respeito a seus rituais sagrados. Nosso objetivo é demonstrar o fortalecimento de sua etnicidade a partir de outros elementos de igual importância cultural além da língua. A perda da língua para os Xukuru é alvo de suspeição e preconceito quanto a sua identidade étnica. Os resultados das discussões apontam para historiografia de lutas, mas também de perdas e danos em uma tentativa ainda atual de invisibilização dos povos indígenas pela política da integralidade que, ao considerá-los brasileiros, corroboram o enfraquecimento de sua etnicidade.

Palavras-chave: Apagamento linguístico. Processo de dominação. Diversidade linguística.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora de Sociolinguística na Faculdade Luso-Brasileira. Revisora linguística na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Email: carvalho.soalnge@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9621-0154>.

Abstract

CARVALHO, Solange. The role of language in strengthening ethnic identity of the Xukuru from Serra de Ororubá in Pesqueira-PE. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 125-146, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.6](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.6)

Part of a larger study conducted in our Doctoral Thesis, defended in 2018, in the Graduate Program in Letters, UFPE, this article addressed the language issue in the process of strengthening the ethnicity of the Xukuru of Serra de Ororubá residents of Pesqueira-PE, focusing on the consequences of language erasure. Understanding that language is the main element of a culture, but not the only one, and that they have lost their ancestral language, but demand recognition of their ethnic identity in respect of their sacred rituals. Our goal is to demonstrate the strengthening of its ethnicity from other elements of equal cultural importance besides language. The loss of language to the Xukuru is a target of suspicion and prejudice regarding their ethnic identity. The results of the discussions point to the historiography of struggles, but also of loss and damage in a still current attempt to make indigenous peoples invisible through the politics of integrality that considering them Brazilian, corroborate the weakening of their ethnicity.

Keywords: Linguistic erasure. Process of domination. Linguistic diversity.

Resumen

CARVALHO, Solange. El papel de la lengua en el fortalecimiento de la identidad étnica De los xukuru de la sierra de ororubá en Pesqueira-PE. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 125-146, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.6](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.6)

Parte de un estudio más amplio, realizado en nuestra Tesis Doctoral, defendida en 2018, en el Programa de Posgrado en Letras, UFPE, este artículo aborda el problema del idioma en el proceso de fortalecimiento de la etnia Del Xukuru de la Sierra de Ororubá, residentes de Pesqueira-PE, centrándose en las consecuencias de la eliminación Del lenguaje. Comprender que El idioma es El elemento principal de una cultura, pero no El único, y que han perdido su idioma ancestral, pero requieren el reconocimiento de su identidad étnica en respeto a sus rituales sagrados. Nuestro objetivo es demostrar el fortalecimiento de su origen étnico a partir de otros elementos de igual importancia cultural además de su idioma. La pérdida de lenguaje para los Xukuru es sospechoso y prejuicioso con respecto a su identidad étnica. Los resultados de las discusiones apuntan a La historiografía de las luchas, pero también de La pérdida y del daño en un intento, todavía actual, de hacer invisibles a los pueblos indígenas por la política de integralidade que, considerándolos brasileños, corrobora El debilitamiento de su origen étnico.

Palabras clave: Borrado lingüístico. Proceso de dominación. Diversidade lingüística.

1. Introdução

Este artigo é fruto de nossa tese de doutorado intitulada “A língua e o fortalecimento da identidade étnica dos Xukuru da Serra de Ororubá em busca do sentido do Ser”. Trata-se de um grupo indígena, de Pesqueira-PE, que vivencia um processo de fortalecimento de sua etnicidade, ressentindo-se do apagamento da língua ancestral. O referido estudo envolveu o entrelaçamento de distintas áreas do saber (Linguística, Antropologia, Filosofia), a fim de melhor compreender o seu objeto de estudo.

No entendimento de que a língua é um dos principais instrumentos utilizados no processo de dominação de um povo, construímos este artigo com o fim precípuo de discutir o fortalecimento da identidade étnica dos Xukuru a partir de elementos de sua cultura, como apresentado nos resultados da pesquisa realizada entre os Xukuru com enfoque no apagamento linguístico e suas consequências. Os Xukuru se destacam entre os demais povos indígenas do Nordeste por sua organização e forma de enfrentamento junto às instâncias de poder nas reivindicações por seus direitos. Ratificar essa luta se configura mais um retorno social a esses guerreiros resistentes que tão bem nos acolheram em nossas incursões.

Esta pesquisa é analítica de abordagem qualitativa, apoiada nos autores de referência nas questões da língua, sobretudo das línguas indígenas, a exemplo de Ayrton Rodrigues (1976), Oliveira (1998; 2011), Lapenda (1962) e na analítica existencial de Heidegger (2005; 2015; 2015b; 2015c) quanto ao Ser, não o ser étnico, autoidentificado, mas o Ser o habita. Ao longo da revisão literária, fizemos uso de intertextualização como recurso da língua e utilizamos Literatura de Cordel como recurso de estilização para reforçar a voz analítica condutora da temática, com o intuito de tornar a conferir leveza à leitura dos fatos.

Estruturamos as reflexões em três seções. Em primeira instância apresentaremos a importância da língua no processo de dominação. Posteriormente discorreremos sobre as consequências do apagamento linguístico que impactou diretamente os grupos indígenas do Nordeste, enfocando o caso dos Xukuru. Por fim, discutimos a busca pela revitalização da língua ancestral pelo viés filosófico da analítica heideggeriana e pelo linguístico.

2. A língua e o processo de dominação

O processo de dominação portuguesa nas terras posteriormente chamadas brasileiras data do século XVI, no período Colonial, quando fora colocado em prática, como estratégia de aproximação, o projeto de conhecer a língua da gente que primeiramente habitava a Costa do chamado Novo Mundo.

Como dominar um povo sem conhecimento de sua cultura, sobretudo, de sua língua? A língua é um dos principais elementos de uma cultura e é por meio da imposição da língua do dominador que se consegue subjugar os povos indígenas. Ao perder a língua, perdem-se as práticas culturais. Possivelmente essa fora a motivação do Marquês de Pombal.

[...] não é somente a necessidade de promover o afeto e veneração ao Príncipe, que insiste na erradicação de uma língua e sua substituição pela língua do Príncipe, há também o reconhecimento implícito da forte associação entre língua e cultura e a crença que sem a língua considerada bárbara, os costumes, ou seja, as práticas culturais associadas a tal língua seriam também erradicadas (HOFFNAGEL, 2005, p. 225-226).

Como explícito pela referida antropóloga, a língua e a cultura têm uma relação de imbricação, portanto, com a substituição da língua materna pela língua da Coroa, podemos afirmar que os povos indígenas sofreram uma violência simbólica quando tiveram que absorver a cultura alheia durante o aprendizado dessa língua estrangeira, como bem explicitamos na Tese:

Com o auxílio da Igreja e seu projeto de expansão da fé, usa a língua como principal ferramenta missionária para buscar conversões pela alfabetização, uma vez que as cartilhas portuguesas disseminadas nas civilizações que pretendiam alcançar não somente na América e em África, eram repletas de textos religiosos, ou seja, os povos dominados aprendiam a ler, podemos inferir, no contato com a fé alheia (CARVALHO, 2018, p. 42).

Assim, quando afirmamos que os povos indígenas aprenderam a ler com a fé alheia, ratificamos que a língua desempenha um papel essencial no processo de dominação, porque de posse da língua pode-se compreender a cultura de um povo e ao impor sua cultura, o invasor português pôde manipular outro elemento de suma importância na cultura: a fé. Ao apresentar aos povos indígenas sua religião, trouxe-lhes a noção de bem e mal, de pecado, sentimentos esses desconhecidos dos povos originários.

Ao intentarem avançar para o interior do país tal imposição linguística, no entanto, os invasores portugueses encontram a resistência dos Tapuias aos quais chamaram “povos de língua travada”. Esses resistentes não quiseram aprender o idioma possivelmente por rejeitar a dominação e resistindo é natural que o tenham feito, rejeitando com violência aos investidores holandeses e aos portugueses.

[...] No caminho se defrontaram com a resistência daqueles povos que chamavam de índios bravios, os não submetidos, e os enfrentaram com tropas formadas pelos próprios agregados e dependentes. Quando, porém, essa resistência começou a se fazer mais ferrenha e organizada, a iniciativa militar dos colonos não foi suficiente, e o medo de serem varridos do sertão levou-os a recorrer à Coroa que, por sua vez, empreendeu uma investida maciça para conquistar definitivamente a região (SILVA, 2010, p. 136).

Diante dessa resistência a solução que favorecia aos invasores portugueses foi o estabelecimento de três estratégias: guerra, conversão e mistura.

A primeira estratégia, chamada guerra justa, se concretiza nas entradas dos bandeirantes no Sertão, cujo principal argumento era o enfrentamento da hostilidade indígena, ou seja, por não se submeterem à exploração de suas terras eram chamados de selvagens, brutos e hostis. Tais conflitos se alongaram por dois séculos, nestes estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco. Como consequências dos prolongamentos desses conflitos, ocorre um denso povoamento no interior das extensas sesmarias e o “amansamento” dos índios.

Paralelamente a essa estratégia de guerra declarada e justificada, ocorre a segunda estratégia: conversão. Os missionários jesuítas, capuchinos, oratorianos e franciscanos repartiram entre si os aldeamentos, mas tinham acabado com escravidão para os índios, o que suscitou sua retirada do poder dos missionários sobre os aldeamentos em 1775.

Desde 1759, quando o marquês de Pombal havia expulsado os jesuítas, nenhum projeto ou voz dissonante se interpunha no debate quando os missionários são reintroduzidos no Brasil, na década de 1840, ficaram estritamente a serviço do Estado. Os grupos indígenas, sem representação real em nível algum, só se manifestam por hostilidades, rebeliões e eventuais petições ao imperador ou processos na Justiça (CUNHA, 1992, p.133).

A última estratégia que corroborou para o deslocamento dos povos indígenas de sua cultura primeira fora a mistura, conforme registra Arruti (1995). O casamento entre os indígenas e os portugueses, pela organização administrativa da Colônia, foi o grande incentivo para assimilação (física e cultural), utilizado com o propósito de descaracterizar e fazer vigorar o discurso do apagamento ou mesmo da extinção dos povos originários e, com isso, justificar a posse de suas terras.

Para ratificar as estratégias de dominação, recorremos a um recurso estilístico da língua, trazendo um trecho de nosso cordel sobre os Xukuru em que fazemos menção de tais estratégias.

No marco da independência
Registrou-se a permanência
Do amado imperador
Diga o povo que fico!
Bradou o jovem senhor.
Esse brado teve efeito
Mas não foi daquele jeito
que a liberdade chegou
Fizeram amansamento.
Registro muito tormento
Conversão e casamento
Pra chegar onde chegou.

Nasce o indigenismo ou Serviço de Proteção aos Indígenas (SPI) em que os povos originários seriam utilizados como mão de obra nacional.

Diante disso, consideramos pertinente discorrer sobre a etnologia indígena do Nordeste que vem suscitando interrogações desde o repentino crescimento dessas etnias, ou pelo menos o seu registro. Dez etnias nos anos 1950 passaram a 23 etnias, em 1994, segundo Oliveira (1998), o qual explicita como se deu essa etnologia, ou seja, com que intensidade esses índios passaram a ser objeto de investigação nos cânones científicos e sugere que essas primeiras investigações sinalizam seu apagamento pela “mestiçagem”.

O Nordeste foi uma região do Brasil que sofreu visível impacto da redução da população indígena, mas também a que mais reivindicou o reconhecimento estatal de sua identidade étnica. Segundo registra o IBGE (2010), após o doloroso processo de autoidentificação por que tiveram que passar para comprovação de sua etnicidade, houve um crescimento significativo da população indígena no Nordeste. Etnogênese² foi o termo usado para referirem-se a esses povos, porém não aceito por muitos estudiosos, a exemplo de Oliveira (1998), por remeter à “reinvenção” de etnias já reconhecidas. Podemos chamá-los de resistentes, pois foi essa resistência que os conduziu ao movimento das Retomadas e conquista dos aldeamentos. Corroborando Arruti (1995), segundo o qual o Nordeste é a mais antiga região de colonização e onde a expropriação indígena de todos os aldeamentos ocorrera oficialmente em menos de dez anos (1860-1870)³. Além do mais, também foi no Nordeste onde se destacaram intensas reivindicações por reconhecimento de etnicidade indígena.

Os Xukuru, cabe registrar, destacam-se entre os demais povos indígenas do Nordeste nas reivindicações pelo fortalecimento de sua etnicidade e pelos aspectos culturais de sua tradição Cultural. Representados por Xicão, lideraram o movimento das Retomadas, iniciado em 1998.⁴

Nos dias atuais, os povos indígenas têm mais do que se orgulhar de sua identidade étnica e de sua ancestralidade. Talvez por isso, faça algum sentido chamar de etnogênese esse fenômeno de reconhecimento. Após séculos de repressão, em que precisavam negar a identidade para não serem perseguidos, hoje eles não somente se expõem como também, exigem reconhecimento de sua etnicidade, e seus direitos. O preconceito e a discriminação que foram motivos de constrangimento, hoje justificam suas lutas e suas reivindicações, por serem sujeitos de direito e assumirem ser o que de fato são.

Não há qualquer sentido hoje se falar em superioridade cultural o que já foi rechaçado desde Malinovsky (1978). Os indígenas do Nordeste foram invisibilizados pela educação formal como bem afirma Silva (2007), que passa uma imagem distorcida do índio.

² Cabe chamar atenção para o termo etnogênese o qual remete aos “resistentes”, grupos étnicos indígena do Nordeste cuja resistência os condiciona às chamadas “Retomadas” de sua cultura (território, história, saberes). Segundo registra Luciano (1998), trata-se de um fenômeno em que um povo reassume sua etnicidade, reafirmando-a, destacando os aspectos relevantes da cultura tradicional de sua etnia.

³ O autor se reporta ao caráter classificatório e jurídico da extinção oficial da desapropriação, alegando o conhecimento técnico por meio do parecer emitido pelas Comissões de Medição e Demarcação das terras consideradas devolutas quando de seu cadastramento devido à exigência da Lei de Terras de 1850.

⁴ Cf. Texto de Chico Ludemir. Disponível em: <https://www.revistacontinente.com.br/secoes/extra/povo-xukuru--pe-no-chao-e-raizes-profundas>. Acesso em: 9 out. 2019.

Sobre o impacto da perda da língua no fortalecimento da identidade étnica dos povos indígenas, que discorreremos na próxima seção, resumimos algumas considerações nesse repasso do efeito avassalador da dominação.

Se uma língua guarda segredos de sua etnia não há porque corroborarmos a designação de “glotocídio” indígena, sem considerar a perda de parte dos segredos milenares desses povos. As línguas indígenas passaram por um processo avassalador de deslocamento e apagamento, e mesmo ao completo desaparecimento.

O Nordeste foi a região em que os povos indígenas foram as maiores vítimas desse processo, em que somente os Fulni-ô de Águas Belas, em Pernambuco, conseguiram manter a língua⁵ usando-a ao lado do Português como bilinguismo.

O IBGE (2010) registra 1.300 línguas indígenas faladas no Brasil em 1500 e hoje esse quantitativo foi reduzido a 274, sendo somente 180 catalogadas pelos linguistas, entre 896.900 falantes indígenas espalhados por 5.565 municípios. A imagem de um Brasil monolíngue é fortalecida em todas as instituições nacionais, as quais contribuem para a invisibilidade das línguas indígenas e da diversidade linguística brasileira.

Etnias em situação de bilinguismo estão suscetíveis à perda da língua, como possivelmente ocorrera com os antigos Xukuru que não mantiveram a sua língua ancestral, restando dela apenas alguns registros. Qualquer língua do mundo passa por variação e mudança, processo natural devido à interação entre os membros de uma comunidade dialetal, ou comunidade de fala na perspectiva de Labov ([1972], 2008).

É comum, e fato, que os falantes acomodem seus dialetos quando em situação de contato pelo processo de convergência, como designa Giles e Couplan (1991). Foi o que possivelmente ocorrera no processo de deslocamento e apagamento das línguas indígenas, pela estratégia da acomodação dialetal (convergência). Essa trajetória de apagamento linguístico não ocorreu, como não ocorre, por preferência. Houve imposição do europeu. Por questão de sobrevivência, os povos indígenas tiveram que acomodar seus dialetos ao Português e, como a língua em desuso se apaga, foi assim que o Português fixou residência, como explicitado nesta intertextualidade bíblica (JOÃO 1: 1-14) para resumir o processo de dominação no Brasil pela língua.⁶

1. No princípio era o Tupi. E o Tupinambá (como era conhecida a língua litorânea da família guarani) estava com os nativos e era a língua como representação falada por esses nativos.
2. O Tupi era a língua falada no princípio.
3. Todas as coisas eram comunicadas por intermédio do Tupi-guarani que ganhara espaço ao lado do Português. Sem os Jesuítas nada do que foi feito se fez.
4. A vida estava na língua e a língua era “a luz”.
5. “A luz resplandece nas trevas e as trevas não prevalece”.
6. Houve um grupo de missionários chamados Jesuítas, enviados pela Coroa Portuguesa que ajudou os nativos a disseminar a língua da Costa.

⁵ Como uma das formas de registro, construíram um dicionário da língua.

⁶ Carvalho (2018, p. 154)

7. Os Jesuítas vieram como intermediários da luz, a fim de todos virem a crer por meio deles, descaracterizando, por outro lado, a etnicidade dos nativos do chamado Novo Mundo.
8. Eles foram expulsos e depois disso fora proibida a interação com Tupi e a Língua Portuguesa fixou residência.
9. A luz que passara a “iluminar” os homens em sua interação era agora o Português.
10. O Português estava no mundo dos indígenas, o mundo dos indígenas foi reconstruído por intermédio de políticas homogeneizadoras. O mundo contemporâneo dos indígenas (o caso dos Xukuru), porém, não conhecera sua língua ancestral.
11. Os direitos eram seus, mas eles não os reconheciam e não sabiam reivindicá-los, até o surgimento de um líder (Xicão).
12. A todos, porém, quantos lutaram, deu-lhes o direito à retomada do que era seu (aldeamentos).
13. Os quais não nasceram do sangue por linhagem direta, nem eram descendentes por vontade do homem não índio que os “protegiam” (SPI), mas de Deus (ou de seus “encantados” como acreditam em sua fé).
14. E a língua se fez presente e habitou entre eles, cheia de variações e mudança e de lógica indígena, e vimos a sua afirmação e reconhecemos sua etnicidade como genuína expressão de seu Ser.⁷

Podemos assim, relacionar esse processo às relações interétnicas entre indígenas e portugueses para melhor entender a supremacia do Português, o que ocorre somente com a imposição, pois inicialmente a predominância era das línguas indígenas. Os nascidos da miscigenação aprendiam o Português na escola, mas a língua de comunicação era a nativa. Afinal, bebiam a língua nativa pelo leite materno, ou seja, era com as mães indígenas com quem passavam mais tempo.

Quando a Coroa Portuguesa passou a impor o Português como uso obrigatório (século XVIII), já se falava a Língua Geral (Tupi antigo) e outras línguas, formando a família Tupi-Guarani (RODRIGUES, 1986 ; SILVA, 2015), o que facilitou o processo de aquisição da Língua Portuguesa. Os motivos que contribuíram para fragilizar o uso das línguas indígenas foram os mais diversos.

Os próprios membros das comunidades indígenas passaram a desencorajar o uso de sua língua nativa para evitar o estigma, resultando no enfraquecimento pelo desuso. Configura-se um grande desafio a manutenção da língua nativa, no interior do lar haja vista a interferência da segunda língua (L2) no contexto extrafamiliar (as relações sociais) ser uma constante. Não havia como evitar, portanto, tal interferência no contexto familiar, pois o contato gera acomodação dialetal.

Com a língua interagimos, pois é instrumento de constituição de identidade. Por sua importância nessa questão identitária, quando ocorre o glotocídio ou perda, “é

⁷ Para melhor compreensão do Ser, ler Heidegger (2007).

possível se pensar no apagamento da etnia” (CARVALHO, 1918, p. 144). A etnicidade, contudo, é uma questão individual de pertencimento, e, segundo Cristal (1987), de consciência de sua identidade étnica.

Para discorrer sobre Identidade, etnicidade, cidadania e sua importância diferenciada para os indígenas, cabe inicialmente salientar que a discussão sobre identidade entre os não indígenas difere em valor e sentido do entendimento entre os povos indígenas. Para esses últimos, não se concebe falar de identidade sem relacioná-la à etnia. Importa para eles a identidade étnica ou etnicidade. O mesmo se dá com a cidadania, que eles buscaram alcançar para melhor angariar direitos entre a sociedade majoritária, como veremos nas subseções a seguir.

Mesmo entre os não indígenas, há divergência conceptual no que respeita à concepção de identidade. Muitos são os estudiosos que tratam da questão (HALL, 2002; BAUMAN, 2001; entre tantos outros). Para Hall (2002), o melhor entendimento da questão da identidade relaciona-se à concepção de sujeito ao longo da história, quais sejam: o sujeito do Iluminismo; o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O primeiro, o sujeito do Iluminismo, refere-se à concepção da pessoa humana como um indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consiste em um núcleo interior, que emerge pela primeira vez quando o sujeito nasce. Essa concepção de identidade permanece por toda a vida.

Na segunda concepção de sujeito, a identidade do sujeito sociológico reflete a complexidade crescente do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior, a que se refere o sujeito unificado, não é de um sujeito autônomo, mas formado na relação com o outro que considera importante para si. Nessa concepção de sujeito, a primazia e da cultura dos mundos que se habita. Trata-se de uma concepção interativa em que a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Em palestra proferida no Congresso de Filologia, em 2014, no Rio de Janeiro, a professora de sociolinguística, em suas palavras a seguir, corrobora Stuart Hall quanto à identidade do sujeito sociológico:

O eu real é formado e modificado pelos mundos exteriores e suas identidades. Projetamos a nós mesmos nessas identidades culturais e ao mesmo tempo internalizamos seus significados e valores. A identidade liga o sujeito à estrutura, estabilizando o sujeito e os mundos culturais em que ele habita (CARVALHO, 2014, p. 5).

Segundo registra Vandenbergue (2010), há três mundos; o mundo real, das relações invisíveis, existentes no plano teórico, o mundo do *hábitus*, ou seja, do estado de consciência e disposições do comportamento e o mundo teórico. Para a ciência sociológica, com inspiração humanista da ação social, o sujeito é tomado como referência ontológica última e está imerso no sistema de relações entre os indivíduos no espaço social (VANDENBERGUE, 2010 p. 56). As relações entre esses três mundos formam o sistema teórico das relações construídas. Bourdieu, com sua teoria da prática – movimento estruturalista sob a forte influência de Marx, Sartre, Habermas, Giddens – concebe o mundo em constante construção e verificação.

A terceira concepção de identidade, a do sujeito pós-moderno, é aquela em que o sujeito reúne em si várias identidades, ou seja, as identidades culturais, nas quais nos projetamos, tornam-se provisórias, variáveis e problemáticas. Assim, o homem pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas uma “celebração móvel” dos sistemas culturais circundantes. Essa concepção é definida historicamente e não biologicamente. Nesse entendimento, assumimos identidades diferentes em diferentes momentos.

Nessa perspectiva de Hall (2002), a concepção de identidade é inerente às diferentes posições de sujeito assumidas ao longo da história e construídas discursivamente. A identidade pode mudar conforme nossos posicionamentos discursivos. A origem social é identificada conforme as identidades que assumimos e, pelo *habitus*, conforme preconiza Bourdieu (2007), em *A Distinção*.

Para melhor compreender o Ser Xukuru, no entanto, há que se compreender sua identidade étnica (etnicidade) tanto de suas raízes quanto das interferências durante sua trajetória de ser aí no mundo para retomar Heidegger (2015a), segundo o qual a incompletude do ser se dá pelo conhecimento adquirido ao longo de sua experiência de vida.

A língua, com suas marcas dialetais, revela a ideologia de uma comunidade de fala, cujos membros (...) compartilham traços dialetais que a diferenciam de outra. Possivelmente tais comportamentos linguísticos advêm da interferência de “forças históricas” que atuam na atitude linguística desses falantes. Essa atitude tem relação direta com a visão de mundo dos falantes nativos (CARVALHO, 2014, p.3).

Conforme as palavras da referida autora, toda comunidade de fala tem uma ideologia que transparece no comportamento linguístico de seus membros. Há de se considerar, portanto, que o comportamento dialetal, dos que convivem em um mesmo espaço social, é interpelado, como dizem os analistas do discurso, por traços outros de línguas em contato, cujas forças históricas interferem na atitude e visão de mundo dos sujeitos, ou seja, em sua constituição identitária, ampliando-lhe a formação como “ser aí no mundo”.

No entendimento de que esse mundo da ocupação remete ao *Dasein* na facticidade da vida: “designação para o caráter ontológico do nosso ser aí próprio” (HEIDEGGER, 2013, p. 3), para compreender o Ser Xukuru, esse ser étnico que busca o fortalecimento de sua etnicidade, consideramos pertinente discorrer sobre as concepções de identidade de Stuart Hall (2002) e a noção bourdieusianas de *Habitus*.

Quanto à cidadania⁸, é comum compreender que é a razão de ser de uma sociedade a qual somente alcançamos por requisitos morais e étnicos, que permitem nossa

⁸ Cidadania é um conceito filosófico, mas também um conceito prático e quem vai direcionar essa pragmática é o aparelho estatal (CARVALHO, 2018, p. 77).

convivência em sociedade. Essa convivência deve se pautar por um ordenamento jurídico e um sistema burocrático que ordenam todo o seu funcionamento o qual, por sua vez, é consagrado na figura do Estado, que determina, de certa forma, os rumos de uma nação.

No caso da cidadania indígena brasileira, ela não deve ser pensada numa visão etnocêntrica a privilegiar pessoas que partilham as mesmas crenças e têm os mesmos símbolos, porque, se assim o for, excluiríamos os povos indígenas, pois eles não partilham de nossos valores morais e éticos, tampouco da mesma crença e, como qualquer outra cultura, preservam os seus símbolos. É preciso esclarecer que a cidadania brasileira é estendida a eles quando o Estado lhes confere o direito de ter dupla cidadania. No caso dos xukuru, que falam a Língua Portuguesa, e, mesmo assim, com sentidos específicos de sua cultura, ainda que partilham a mesma língua, eles constroem sentidos distintos. O fato de a própria organização social, política e jurídica ser distinta, justifica essa dupla cidadania.

Dizer que a cidadania está circunscrita à territorialização, também é uma concepção estreita de cidadania, pois a grande expansão de terra brasileira é povoada de várias etnias com suas respectivas línguas, crenças e modos de ser no mundo. O Estado é o poder central, mas é exatamente por isso que pode levar os povos indígenas à contradição, pois, repetindo a indagação que fizemos em nossa pesquisa de doutorado: como seriam cidadãos sem possuírem de fato as terras, como propriedade? Afinal, a noção indígena de terras é de propriedade coletiva.

O fenômeno do apagamento linguístico veio afetando os povos indígenas desde a situação colonial, quando a quantidade de etnias e conseqüentemente de línguas foi se perdendo no tempo, atingindo avassaladoramente os povos indígenas do Nordeste, a ponto de causar suspeição se eles existiram em algum tempo.

As lutas e conquistas dos povos indígenas marcaram a historiografia brasileira, contudo, é possível afirmar, com base nos aspectos pontuados até então, que o processo de dominação, com as conseqüências de suas estratégias, foi de perdas e danos para esses povos, em que pese sua resistência.

3. Perdas e Danos: da diversidade ao apagamento linguístico

O que ocorrera de fato para que uma imensa quantidade de povos, com suas respectivas línguas tenham simplesmente desaparecido? Já tratamos das estratégias de dominação e tentativa de etnocídio e de glotocídio pelos dominadores portugueses, passamos a refletir essas conseqüências nefastas de apagamento. Se entendemos que a língua é o fio condutor da comunicação étnica e interétnica, e que os povos indígenas tinham sido obrigados a interagir apenas com a língua do seu dominador, não é sem propósito inferir que a língua materna sofrera o impacto do desuso, pois defendemos que língua viva é uma língua em uso.

Para compreender tais conseqüências, ou seja, o processo para o apagamento, portanto, não devemos prescindir da realidade pluriétnica desde os tempos da chegada dos europeus, que, como afirma o estudioso, de línguas indígenas, Rodrigues (1976,

p. 17): “não são um povo. São muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si”. Quando refletimos hoje a realidade historiográfica da formação do povo brasileiro, devemos considerar a questão da diversidade linguística como realidade diatópica. Falar em unidade linguística em um país de dimensões continentais como o Brasil já é, no mínimo, incoerente quanto mais quando sabemos da existência de muitas etnias com suas respectivas línguas habitando ainda que autorizadamente esse chão.

Ademais, a língua está atrelada ao prestígio social, numa sociedade de pretendentes ao status da classe superior, conforme Bourdieu (2007) é pertinente analisar a relação entre o *habitus* e as trocas linguísticas na dissimetria existente entre a língua e a fala.⁹

Cabe refletir a língua como um dos principais elementos representativos de uma cultura no processo de análise do *habitus*, que distingue os agentes na luta de classes. Afinal, o uso autorizado da língua é mais familiar à classe dominante, a qual tem mais acesso aos instrumentos normativos e de cujo gosto e estilo de vida são alvos de pretensão das classes de menor prestígio social.

Como entendido até então, a língua é considerada um instrumento de poder e como tal, o agente social, ou seja, o falante/ouvinte se enquadra nas disposições do mercado linguístico, conforme sugere Bourdieu (2007). Por isso, há um ajuste das práticas linguísticas comuns às práticas consideradas legítimas, que são as das classes dominantes. Assim, dá-se relevo às condições sociais de produção da fala. Para o referido sociólogo francês, o *habitus* linguístico é um *habitus* de classe, ainda que não se faça essa estratificação hoje, cabe a analogia com a relação de dominância à época colonial. Esse paralelo se dá pelo fato de essa relação de poder persistir até os dias hodiernos.

A língua é, pois, um bem simbólico de grande relevância para a etnia, que luta para conservá-la, pois é um patrimônio uma vez que simboliza a identidade e a memória de um povo.

O apagamento e a perda da língua materna nos levam a inferir que há uma pressão da sociedade majoritária a afirmar sua identidade étnica, como aconteceu aos grupos indígenas do Nordeste.

A problematização da língua para o Xukuru se dá nesse contexto de perda e tentativa de revitalização, em que outros elementos simbólicos equivalem em potencial como situação de identificação étnica, pois entendemos que a relação língua-nação está presente nos objetos simbólicos e rituais. Os antepassados perderam a sua língua, e muitos dos remanescentes sequer nem conheceram sua língua ancestral, porém, valores e sentidos inerentes a sua cultura são elementos preservados e perpetuados na Língua Portuguesa que falam. Esses valores é que os diferenciam dos não indígenas.

A heterogeneidade é a realidade de qualquer língua cujo sistema de relações de força se encarrega da distinção.

⁹ A língua é objeto de estudo da Linguística, elevada ao status de ciência no início do século XX por Ferdinand Saussure e a fala foi largamente difundida por William Labov nos meados do século XX. Para ganhar o status de ciência, carecia de um método e o sociolinguista americano foi buscar na Sociologia, cujo foco de análise era os fatos sociais, o método de fazer pesquisa científica. A Sociolinguística, em busca dos fatos da língua, por empréstimo de Émile Durkheim, vai ao campo, coletar o vernáculo nas relações sociais.

Nas sociedades, a produção escrita é mais valorizada que a produção oral. Para Bourdieu (2007), a escrita, e não a fala, pode garantir a permanência da língua. Já que se trata de uma luta de classes, a classe dominante detém a chamada norma culta, aproximada da língua padrão, considerada legítima, detendo com isso o poder.

Para esse sociólogo, o prestígio dos agentes está intrinsecamente relacionado ao reconhecimento de seu capital simbólico. Por isso, as trocas linguísticas, com a carga da imposição simbólica conferida pelos agentes sociais, têm seu peso a depender das condições de produção das dicções sociais que subjaz ao uso linguístico. O poder da palavra e da ordem relaciona-se a ordem das coisas, uma vez que o poder ilocucional depende da ordem estabelecida socialmente. O poder performático do ato de fala deve ser reconhecido socialmente para que seja válido, ou seja, autorizado. Agir socialmente no mundo é uma pretensão dos agentes, que o faz mediante as trocas linguísticas, seja para insultar ou não. É preciso que haja autorização para uma realização performática do ato de fala.

Neste entendimento de relação de força, prestígio e imposição de língua, não se pode falar dos povos indígenas, em mais de 500 anos de Brasil, sem falar em genocídio, glotocídio, etnocídio ou como afirma Leite (2009, p. 5), de “perdas e extermínios”. Por outro lado, não podemos deixar de registrar sua história de resistência em busca de fortalecimento de sua identidade étnica.

A luta indígena, com suas disputas simbólicas, permanece ainda objeto de estudo dos pesquisadores da cultura contemporânea. Ficou entendido que a diversidade cultural é o espaço em que se travam as lutas sobre as diferenças. Esse quadro revela a carência de projetos políticos de apoio à cidadania diferenciada, que tratem os invisibilizados em sua diferença não como assimilados, integrados como questiono o tratamento dado por Darcy Ribeiro aos povos indígenas do Nordeste, em trecho de nosso cordel sobre os Xukuru:

*Será assimilação
Ou desaparecimento?
Como será o fomento dos índios da Região?
Por desgaste, etnocídio?
Ou extermínio, genocídio?
O próprio indigenista
Demonstra contradição.
Ora diz: são integrados
Cada vez menos diferenciado
Da sua gente ancestral!
Ora afirma, apesar disso
São tudo identificado
Como povo organizado
Diz em hora terminal.*

A tentativa de apagamento étnico dos povos indígenas do Nordeste é percebida ao longo da historiografia, mas foi ignorada pelos não índios como observa Oliveira (2011). É mais amigável da parte dos governantes tratar esses povos como brasileiros para que, com isso, seja mais viável sua invisibilidade. Finalizo com outra expressão do peito em outra parte do mesmo Cordel¹⁰:

[...] *Ninguém tem qualquer direito
De negar ao ser indígena
A sua etnicidade.
É um total desrespeito
Arracar-lhe de seu peio
O que tem como verdade.
Pois quem aqui nessas terras
Foi habitante primeiro
Não quer ser considerado
Apenas um brasileiro [...]*

O Xukuru, portanto, requer e reivindica ser respeitado em sua condição étnica, talvez isso possa justificar o investimento pessoal e coletivo na busca pela revitalização da língua, que pode ser interpretado como a soma de mais elementos para reduzir o preconceito da suspeição de serem eles mesmos o que sabem que são.

4. Os Xukuru e a busca da Língua Ancestral: os olhares analíticos na perspectiva da analítica existencial heideggeriana e na perspectiva da Linguística

Iniciamos esta seção pela perspectiva da analítica existencial heideggeriana. Para fazer uma analogia entre a busca intermitente pela língua ancestral remetemos à emblemática assertiva heideggeriana: “A linguagem é a casa do ser”, afirma Heidegger (2005, p.8), o que significa dizer que a busca intermitente pela língua ancestral, sinaliza para uma busca pelo *ethos* perdido. Estrangeiro em sua própria casa, é como se buscasse a si mesmo ou parte de si.

O fato de os Xukuru hoje desconhecerem sua língua ancestral é motivo de angústia, posto que representa uma lacuna do “ser aí no mundo”, o que se torna latente em sua busca incessante pela recuperação da língua Xukuru.

Conforme postula Heidegger (2015a, p. 97) a respeito da linguagem, trata-se de um sentimento de pertença: “prevalece e carrega a referência do homem na sua duplicidade *ser e ente*”, pois, esclarece em outro momento: “o homem é recomendado à medida que pertence, como o ser que é, a uma recomendação que o requer e o reivindica” (HEIDEGGER, 2015c, p. 99). Portanto, buscar a essência da linguagem é uma experiência que difere da praticada pela metafísica.

¹⁰ Nosso arquivo pessoal.

É preciso entender o que seja o acontecimento do Ser. O Ser heideggeriano busca a verdade e a verdade lhe vem ao encontro. O acontecimento do Ser Xukuru é preenchido por tudo que, ao longo da vida, atraiu para si, ou seja, à verdade do Ser que nele habita. É preciso entender as escolhas. São nossas escolhas definidoras de onde estamos, ou seja, escolhas acertadas ou não (o tempo se encarrega de mostrar), elas nos trouxeram exatamente até onde estamos hoje. Quanto às escolhas dos Xukuru desde a situação colonial, não é o caso de julgamento, mas podemos refletir sobre essa questão, por entendermos que o processo de escolhas foi gradativo, pois a convivência amadureceu e, embora tardiamente, apresentou-se como uma experiência dolorosa.

A experiência da busca pela língua ancestral é como a busca pela verdade do ser, pois nessa inquietude, os Xukuru seguem seu projeto de vida, abertos ao que lhe vem ao encontro, e isso é fazer a experiência com a linguagem, como sugere Heidegger (2015b), deixar que nos atravesse, avassale e transforme.

Ao refletirmos sobre esse Ser-aí (*Dasein*), lançado no mundo da ocupação, como se expressa o analista existencial, leva-nos a considerar que eles são o que são e não o que supomos que sejam.

Para discutir o olhar analítico na perspectiva da Linguística, há que se recorrer à questão colonial. O processo de deslocamento da língua materna, desde a situação colonial, a que foram submetidos os primeiros habitantes dessas terras (posteriormente chamada Brasil), resultou nessa situação de perda da língua ancestral. Há que se considerar, na procura pela ancestralidade linguística, as questões da linguagem em que se pode ampliar o escopo da investigação dos vestígios, uma vez que a língua articulada é parte da linguagem, mas não o único elemento. Entende-se que a insistência na tentativa de recuperação do que se perdeu, é que a língua simbolicamente ainda permanece como fonte de desejo para o fortalecimento identitário. É possível que seja estrategicamente uma instituição com mais força e poder para o reconhecimento identitário.

A tentativa de revitalização da língua sempre envolve lutas, descolamento e morte. Devemos pensar em um escopo maior quando tratamos da identidade étnica. Os Xukuru são falantes do Português como primeira língua, mas os atributos não materiais, culturais, simbólicos, enfim o capital simbólico que os constitui envolve essa linguagem, e tem como função outros atributos culturais que os fazem ser o que são. Portanto, não é sem propósito afirmar, que a interação linguística com a língua oficial, que os mais antepassados assimilaram e adotaram e os descendentes conheceram, tem peculiaridades semânticas que em muito difere da interação entre os falantes não indígenas.

Nessa busca programática de revitalização da língua ancestral, havemos de considerar a pertinência de uso como instrumentação cotidiana de comunicação, e também como registro, pois fortalece o material existente sobre os vestígios da Língua Xukuru. Há os registros de Lapenda (1962), em meados do século passado e, mais no final do século, o glossário do *Mãe Natureza* (ALMEIDA, 1997), ambos disponibilizados em nossa Tese “A Língua e o fortalecimento da identidade étnica dos Xukuru da Serra do Ororubá em busca do sentido do Ser.¹¹

¹¹ Cf. Carvalho (2018). Op Cit. o Apêndice H e o Anexo B da tese

Sabemos que o tempo desgasta e transforma palavras e sentido, por isso dizemos que o léxico de uma língua sofre mais as mutações do tempo que o nível sintático. O acervo lexical disponível dos Xukuru no livro *Mãe Natureza* organizado por Almeida (1994) é um importante resquício do que possivelmente foi a língua homônima dos Xukuru.

A questão da língua é delicada e um ponto de constrangimento para muitos Xukuru, pois muitos consideram o Sucuru (Xukuru) como língua morta. A língua não se presta mais à interação entre os falantes, mas existe em forma de registro e isso deve ser considerado. Lapenda (1962) fez amplo registro do que chamou dialeto Xukuru, coletando os vocábulos dos mais velhos, muitos dos quais não estão catalogados no livro *Mãe Natureza* (ALMEIDA, 2000). Os resultados de nossas análises (2018) sinalizam para variações de uso possivelmente condicionadas diastraticamente, conforme a classificação das variáveis dependentes (estrutural e social). Apontam ainda para a ocorrência de redução vocabular. Foi demonstrado que a polissemia é uma realidade dos registros dos processos fonológicos. Inferimos que tal diversidade linguística pode estar relacionada à lógica do pensar cultural pelo qual um povo sente a necessidade de representação por nova lexia. Podemos exemplificar essa prática linguística, por conceito, para especificar a localização, por exemplo, se o falante quiser exemplificar que o *pé* é de alguém, vai usar uma palavra, mas se quer enfatizar a posse (*pé dele mesmo*) a palavra *pé* já vai ser representada de outra forma, usando nova lexia.

Outro exemplo é o verbo matar (*grago*) que pode ficar *Kugago* se se referir a matar por espancamento, ou seja, a depender da ocorrência, a forma altera.

As representações de mundo se diferenciam de acordo com as necessidades de seus falantes seja de especificar, localizar ou mesmo de referir-se a algum aspecto da realidade. Segundo Lapenda (1962), o sistema articulatório é o mesmo que o Português. Baseada nessa observação poderíamos pensar que tal fato possivelmente tenha condicionado o apagamento. Ainda assim, o que se tem são hipóteses e analogias. Vale destacar que esse estudioso afirma que os Xukuru são um povo único, distinto do Tupi, do Funi-ô e do Cariri. Segue um registro sobre como eles se sentem por falarem Português e não a língua de seus ancestrais:

Estamos certos de que o fato de falarmos Português não faz a gente deixar de ser Xukuru. Somos índios mesmo falando Português. Temos outras maneiras de afirmar a nossa identidade e esse livro é prova disso (ALMEIDA, 2000, p. 66).

Segundo esse registro, percebemos que os Xukuru não se sentem menos indígenas por não conhecerem e não interagirem na língua de seus ancestrais haja vista terem outros modos de demonstrar quem são. Entendemos de nossa convivência com eles, porém, que eles se ressentem do valor que o não indígena confere a outros povos que mantêm a língua.

Segundo Rodrigues (2005), por meio de uma língua podemos identificar sua ascendência e suas descendências.

Vejamos o que afirma esse estudioso de línguas indígenas:

O Xukuru deveria ter sido uma língua de relação pura. A ordem das palavras podia servir para exprimir conceitos. Essa relação era regressiva, como no Tupi e no Iatê, e diferia da do Cariri em que é progressista (...) o remanescente linguístico Xukuru são palavras conceituais, sem determinação ou categoria. São nomes (...) ou verbos são de forma nominal (LAPENDA, 1962, p. 17).

Toda a dificuldade que temos de recuperar os registros da língua pré-histórica é que ela não deixou registros como, por exemplo, o Latim. Assim, tudo o que se tem são probabilidades e hipóteses.

Não há um consenso na literatura sobre a morte de uma língua, há os que consideram que uma língua é morta quando não há mais registro. Conforme Seki (1994), Não basta está cristalizada no tempo pretérito e em desuso, mas se há um código em registro, não podemos afirmar que está morta. Já os Sociolinguistas, da perspectiva variacionista laboviana ([1972], 2008), afirmam que, se não há interação entre falantes, a língua está morta.

Podemos considerar, no entanto, a possibilidade de revitalização de uma língua se há registros de regras de funcionamento. Tudo é relativo a depender da postura do falante quanto à extinção ou vitalidade. Sabemos que a língua sofre variação e mudança no tempo e no espaço, resta saber até que ponto as transformações sofridas são justificativas para que seja considerada outra língua. Afinal não há limite de espaço e tempo para que se possa precisar os diferentes estados de uma língua.

São várias as terminologias para denominar uma língua que deixa de ser válida. Há quem chame suicídio linguístico, quando se atesta o desinteresse dos falantes quanto à interação na língua materna, o que não se enquadra os Xukuru, pois eles demonstram interesse em conhecer a língua de seus ancestrais, como comprovado na pesquisa empírica da tese¹², uma vez que constatamos grande interesse da parte deles, de revitalização da língua.

Para a construção da hermenêutica do ser, entendemos como basilar a simbologia. Dentro do valor semântico que fundamenta as instituições sociais, a língua se institui como elemento de destaque para, de forma mais objetiva, fortalecer a identidade de um povo. É possível que esse entendimento justifique a busca pela língua ancestral, pois, apesar de a língua não ser uma condição *sine qua non* para a construção da identidade, em relação às instituições veiculadas à perpetuação dos valores simbólicos de sua materialidade financeira com recursos, envolve poder e favorece o fortalecimento da identidade étnica indígena.

É preciso entender o percurso do ser Xukuru, esse ser étnico que busca o fortalecimento de sua identidade étnica. Esse fortalecimento se dá à medida que

¹² Carvalho (2018). *Op.Cit.*

reconhecemos suas tradições; consideramos sua autoidentificação e respeitamos suas singularidades e idiossincrasias como genuína expressão de seu ser, como finalizamos a intertextualidade bíblica na Seção 2.

5. Considerações Finais

Este artigo apresentou um breve repasso do papel da língua no fortalecimento da etnicidade dos grupos indígenas com foco no Xukuru da Serra de Ororumbá-PE, com base na pesquisa realizada para a Tese de Doutorado, em 2018. Nosso objetivo foi ratificar os resultados do estudo com o fim precípuo de fortalecer a etnicidade dos Xukuru.

As reflexões suscitadas ao longo do artigo levaram a algumas considerações a serem pontuadas a seguir.

Uma das conclusões a que chegamos foi que o processo de deslocamento e perda da língua se apresenta desconfortante para os grupos indígenas do Nordeste, à exceção dos Fulni-ô, possivelmente por ser, a língua, considerada o principal elemento de identificação cultural, por isso vivenciam um processo de fortalecimento de sua identidade étnica, com a busca pela revitalização da língua ancestral. Foi esclarecido, no entanto que, embora seja importante, a língua não é o único elemento de identificação cultural. Os objetos simbólicos, as crenças e seu ritual sagrado são fortes indícios de identificação.

Outra conclusão quanto à justificativa do processo de apagamento linguístico, foi que a imposição do uso da Língua Portuguesa possivelmente tenha sido a maior motivação, uma vez que eram obrigados a se comunicar somente com a língua do dominador, deixando em desuso a sua língua materna. Essa obrigatoriedade se apresentou como proposta das políticas homogeneizadoras, conforme apresentado na intertextualidade bíblica.

Levou-se à reflexão também a questão que relaciona a língua ao poder, pois como ficou esclarecido, o domínio da língua e suas regras são mais usuais da classe dominante pela facilidade de acesso aos instrumentos normativos, ofertados pelo capital intelectual, e adquiridos mais facilmente pelos detentores do capital econômico, enquanto que as demais classes, na tentativa de ascender ao *status* da camada prestigiada da sociedade, são sempre pretendentes e, por isso, estão sempre a cometer desvios e, com muito esforço adquirir o capital cultural.

Concluimos também que as trocas linguísticas interétnicas deixaram marcas de dominação pela distinção e correção, em que a necessidade de aprofundar o conhecimento na língua dominante se faz presente na realidade social, mas naturalmente essa pretensão sempre vai ser marcada por variações de uso como é o caso do português falado pelos Xukuru em completo desvio das prescrições normativas da Língua Portuguesa.

Por fim, compreendemos que o Xukuru em sua busca pela língua ancestral, cometem desvios normativos possivelmente com pretensão de melhor se situar socialmente para melhor seguir sua trajetória em busca da verdade de seu ser, como forma de fortalecer sua etnicidade no confronto diário com o não indígena no uso da Língua Portuguesa.

Referências

ALMEIDA, Eliene Amorim de. (Org). *Xukuru - Filhos da mãe natureza*: uma história de resistência e luta. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARRUTI, José Maurício Adoniran. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n. 15, p.57-94, 1995.

_____. A produção da alteridade: o Toré e as conversões missionárias e indígenas in: MONTERO, Paula. *Deus na aldeia missionários índios e mediação cultural*, São Paulo: Globo S.A., 2006.

BAUMAN, Zygmund. *Identidade*. Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Identidade*. Enrevista a Benedecto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Structuralism and Theory of Sociological Knowledge*. *Social Research*, 35: 4 p. 681–706, 1968. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281504461_Structuralism_and_Theory_of_Sociological_Knowledge. Acesso em: 12 jul. 2019.

_____. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *A distinção*: crítica social do julgamento, Porto Alegre; Zouk, 2007.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994, p. 4686. Coleção Grandes Cientistas Sociais: 39.

CARVALHO, Solange Carlos de. Convergência e divergência na acomodação dialetal: uma questão de identidade: In: CONGRESSO NACIONAL DE LÍNGUÍSTICA E FILOGIA. 18. 2014. Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF, vol. XVIII, N. 12 – Sociolinguística, Dialetologia, 2014b p. 40-75. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/12/004.pdf.

_____. A língua, o fortalecimento da identidade étnica dos Xukru da Serra do Ororubá em busca do sentido do Ser. *Tese* (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2018.

CRISTAL, David. (1987). *The Cambridge Encyclopedia of Language*. United States of America: Cambridge University Press, 1994.

CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GILES H.; COUPLAND N. *Language: contexts and consequences*. Pacific Grove (Ca): Brooks, Cole, 1991.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HEIDEGGER, Martin [1967]. *Carta sobre o humanismo*. Tradução Rubens Eduardo Frias. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HEIDEGGER, Martin. *Ontologia*. Hermenêutica da facticidade. 2.ed. Tradução Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *Ser e Tempo*. 10.ed.. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. São Paulo: Editora Vozes, 2015a.

_____. *A caminho da linguagem*. 7.ed. Tradução Enio Paulo Giachini, Petrópolis: Vozes 2015b.

_____. *Sobre a essência da linguagem*. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015c.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Linguagem e poder: políticas linguísticas no Brasil. In: BARRIO, Angel B. Espina (ED). *Poder, Política y Cultura: antropologia em Castilla y León e Iberoamerica VII*. Recife: Massangana/Fundaj, 2005.

IBGE. 2010. Indígenas. Estudos especiais: o Brasil indígena. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. Acesso em: 3 jul. 2018.

LABOV, William. [1992] *Padrões Sociolinguístico*. Tradução Marcos Bagno e Maria Marta Pereira Sherre São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

LAPENDA, Geraldo Calábria. O dialecto Xucuru. *Doxa* (Revista Oficial do Departamento de Cultura do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife), ano X, n. 10, p. 11- 23. 1962.

LEITE, Yonne. *Línguas indígenas brasileiras e a esperança de um futuro*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu nacional e GFU, 2009.

LUDEMIR, Chico. Povo Xucuru: pé no chão e raízes profundas. In: *Revista Continente*. Edição Extra, 2019. Disponível em: <https://www.revistacontinente.com.br/secoes/extra/povo-xucuru--pe-no-chao-e-raizes-profundas>. Acesso em: 9 jun. 2019.

MALINOVISKY, Bronislaw. *O Argonauta do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). Uma etiologia dos “índios misturados”? Situação colonial (territorialização e fluxos culturais. *Mana: estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-Museu Nacional), v. 4, n. 1, p. 47-77, abr 1998.

_____. (Coord.). *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional, 1993.

_____. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

_____. (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

RODRIGUES, Aryon Dall’gna. *Os índios do Nordeste: levantamento sobre os remanescentes tribais do Nordeste brasileiro*. Tradução Yonne Leite. Cuiabá-MT: Sociedade Internacional de Linguística, 1976.

_____. Relações internas da família Tupi-Guarani. *Revista de Antropologia*, v.3, n. 2, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/solange.carvalho/Downloads/8868-28297-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jun 2018.

_____. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2, p. 35-38, 2005.

_____. Línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção. *Laboratório de Línguas Indígenas*, Universidade de Brasília.[s.d] Disponível em:

<http://projetos.unioeste.br/projetos/cidadania/images/stories/Fevereiro/Linguas_indigenas_brasileiras_ameaadas_de_extino.pdf>

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v.9, n.1, p. 83-1-3. 1993.

_____. A originalidade das línguas brasileiras. *Revista Brasileira de Linguística e Antropologia*. v. 8, n. 2, dez. 2016.

Disponível em:<<http://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/viewFile/27188/19200>>

SEKI, IUCY. Problemas no estudo em um alíngua em extinção. Boletim. Abralim, 1994. In. Simpósio/Unicap. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org;biblio:contato>. Acesso em> 24 abril 2018.

SILVA, Hosana dos Santos. *Breve introdução à história das línguas*. São Paulo: UNIFEST, 2015.

SILVA, Hely Edson. O lugar do índio: conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

SILVA, Hely Edson. **Os caboclos que são índios**. Belém do São Francisco: Cevasf, 2004.

_____. História, memórias e identidades entre os Xukuru de Ororubá. **Tellus**, ano 7.n.12, p. 89-102, 2007.

_____; SILVA, Maria da Penha. **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645**, Recife Editora Universitária/UFPE, 2013.

_____. **Xukuru: Memórias e história dos índios da Serra de Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Recife: UFPE], 2014.

SILVA, José Bozacchiello da. et al. **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SILVA, Braulio Henrique Avelino; SANTOS, Kleber Emmanuel Oliveira. Os desafios da educação nas escolas indígenas do povo Xukuru do Ororubá: uma reflexão à luz dos direitos humanos. II Congresso Internacional De Educação Inclusiva II CINTEDI. **Anais** [...]Campina Grande, PB, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA12_ID3784_13102016163754.pdf. Acesso em: 26 jul 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**. A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

VANDENBERGHE, Frédéric. O real é relacional: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu, 2002. VANDENBERGHE, Frédéric. VANDENBERGHE, **F. Teoria Social Realista**. **Belo Horizonte**: UFMG & Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupo. In: _____. Bourdieu e a questão de classes. Novos Estudos-Cebrap, São Paulo, jun, 2013. p. 87-103.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Bourdieu e a questão das classes**. *Novos estudos – Cebrap*, 96, São Paulo July, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000200007-&script=sci_arttext>. Acesso em: out 2015.

Literatura como Instrumento de Internacionalização nas Relações Internacionais: Crônicas e Romance, Diálogos Intertextuais e o Construtivismo

Literature as an Instrument of Internationalization in International Relations: Chronicles and Novel, Intertextual Dialogues and Constructivism

Literatura como Instrumento de Internacionalización en las Relaciones Internacionales: Crónicas y Romance, Diálogos Intertextuales y el Constructivismo

Ricardo Japiassu¹

Resumo

JAPIASSU, Ricardo. Literatura como Instrumento de Internacionalização nas Relações Internacionais: Crônicas e Romance, Diálogos Intertextuais e o Construtivismo. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 147-161, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.7](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.7)

No momento em que o Departamento de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã pensa uma publicação que reflita acerca das defesas do Estado, remeto-me, imediatamente, à resistência cultural. Apresento, assim, um trabalho que reflete o pensamento da teoria construtivista, dialogando com a produção literária do século XIX. Pois, com olhar de embaixador, o negro abolicionista José do Patrocínio escreveu sobre a calamidade da seca que assolava os sertões nordestinos, onde, pelo menos, 500 mil pessoas pereceram. Utilizando-se das armas da feitura literária, ele defende um povo sofrido. A literatura torna-se, portanto, arma de resistência de uma população. Mais do que isso: sua defesa cultural. Este artigo discute a presença da teoria construtivista, dialogando com a produção folhetinesca publicada na corte.

Palavras-chave: Construtivismo. Literatura. Século XIX. Resistência Cultural.

¹ PhD em Teoria Literária pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: japiassu.ricardo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4553-3228>

Abstract

JAPIASSU, Ricardo. Literature as an Instrument of Internationalization in International Relations: Chronicles and Novel, Intertextual Dialogues and Constructivism. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 147-161, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.7](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.7)

At the moment when International Relations Department of Damas Christian Instruction College think of a publication reflecting on State Defences, I refer, immediately, to cultural strength. Thus, I present a work reflecting the thoughts of constructivist theory, in dialogue with XIXth century literary production. Since, with an ambassador's gaze, the black abolitionist José do Patrocínio wrote on the drought calamity which ravage Brazilian northeast, where at least 500 thousand people perished. Using literature as a weapon, he defends a suffering people. Literature becomes, therefore, a weapon of resistance to a population. More than that, its cultural defence. This article discusses the presence of constructivist theory, in a dialogue with booklet production published in court.

Keywords: Constructivism. Literature. XIXth century. Cultural Resistance.

Resumen

JAPIASSU, Ricardo. Literatura como Instrumento de Internacionalización en las Relaciones Internacionales: Crónicas y Romance, Diálogos Intertextuales y el Constructivismo. *Rev. C&Trópico*, v. 43, n. 2, p. 147-161, 2019. DOI: [https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2\(2019\)art.7](https://doi.org/10.33148/Cetropicov43n2(2019)art.7)

En el momento en lo que el Departamento de Relaciones Internacionales de la Facultad Damas de la Instrucción Cristiana piensa una publicación que refleja acerca de las defesas del Estado, yo hago referencia, inmediatamente, a la resistencia cultural. Yo presento, por tanto, un trabajo que refleja el pensamiento de la teoría constructivista, dialogando con la producción literaria del siglo XIX. Pues, con una mirada de embajador, el negro abolicionista José do Patrocínio escribió sobre la calamidad de la sequía que assolaba los desiertos nordestinos, donde al menos 500 mil personas perecieron. Utilizando-se de las armas de la literatura, ele defiende un pueblo sufrido. La literatura se torna, por tanto, arma de resistencia de una población. Más que eso: su defensa cultural. Este artículo discute la presencia de la teoría constructivista, dialogando con la producción folletinesca publicada en la corte.

Palabras clave: Constructivismo. Literatura. Siglo XIX. Resistencia Cultural.

1. Introdução

No momento em que as instituições de ensino indagam sobre a atuação da interdisciplinaridade junto ao fomento científico, questiona-se a respeito das conexões que se podem estabelecer entre as searas da obra de arte e as Relações Internacionais: além de embelezar, para que serve a literatura? Extinguir fronteiras, romper limites interpostos pelo tempo, desvendar o ainda estrangeiro – física ou psiquicamente,

conhecer um mundo novo. O que pensar, pois, da cultura num país continental como o Brasil, como se dá a arte da escrita em regiões tão distintas? Lancei este questionamento no período de junho de 2011 a junho de 2012, quando realizei, junto ao curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã, a pesquisa científica *Um Olhar de Embaixador: José do Patrocínio e o Nordeste Brasileiro*. Na ocasião, recuperei dez crônicas de viagem publicadas em forma de folhetim pelo jornal carioca *Gazeta de Notícias*, no distante ano de 1878. Naquela época, a corte nada conhecia a respeito desta fatia do Segundo Império (PATROCÍNIO, 1973; SIMÕES, 2015).

Da mesma forma que os viajantes dos séculos anteriores, o jornalista se espantava com o então desconhecido, observando, com o olhar perspicaz próprio aos embaixadores, perplexo, o que se passava nos estados nordestinos: a seca devastadora que consumia populações inteiras. Ele narra aos cariocas as belezas das paisagens, deslumbrado com um mundo tropical, selvagem e novo, embora muito sofrido. E ainda conversa com presidentes das províncias, realiza palestras abolicionistas nos teatros, visitava bispos e abarracamentos. Em suma, um embaixador. E o que faziam os moradores do Rio de Janeiro? Embebiavam-se com textos reveladores do flagelo que acomete o semiárido brasileiro. Mas o que têm a ver as Relações Internacionais com um problema interno? Se o Brasil é continental, se José do Patrocínio viajava como embaixador, o que desvendava, então, a literatura folhetinesca? A face oculta da miséria de um mesmo povo. Tratava-se de uma nação dentro da outra, pois que as culturas definem os povos. Os nordestinos compreendiam um povo dentro de uma nação, cujas fronteiras eram demarcadas pela pena literária.

2. O Construtivismo

Como ponto de partida para as observações da teoria construtivista das Relações Internacionais, tomo as palavras de Jatobá (2013). De acordo com o seu ponto de vista, toda realidade é socialmente construída, o que, por sua vez, resulta das escolhas dos seres humanos, feitas por livre-arbítrio. Mas o que pode a opção de agentes humanos diante da calamidade de uma estiagem que afetou todo o hemisfério Sul do planeta? Especificamente no caso do Nordeste brasileiro, a população emigrou em massa dos sertões para a capital, impondo à história uma nova história a ser contada. O próprio Jatobá (2013) comenta: “Para todos eles, entretanto, a realidade resulta das ideias e práticas dos agentes sociais que constroem as estruturas nas quais vivemos, ao mesmo tempo em que somos por elas construídos”. Podemos dizer, então, que, como agente da história, o próprio ser humano modela a sua existência. Assim, não existiriam Relações Internacionais sem a participação ativa do agente social, o ser humano, modelador dos fenômenos humanos e sociais.

Seria o construtivismo, portanto, um debruçar sobre a teoria social? A priori sim, pois que os construtivistas preferem enfatizar o olhar sobre agentes que lidam com as diversas estruturas sociais, cuja realidade – objeto da observação científica – é construída como resultado do modo como os agentes estruturam as relações sociais, por sua vez construindo os próprios agentes. Assim, as novas identidades impostas pelas vivências,

as normas e regras do discurso e a cultura constituem as ferramentas básicas deste olhar específico das Relações Internacionais sobre o mundo em que estamos inseridos. Por conseguinte, tal teoria se centra nos fenômenos mentais e foca neles toda a sua atenção, sobretudo os coletivamente apontados e ressaltados por esta ciência, que se embebe dos significados produzidos pelos seres humanos. Mais do que isso: o papel da consciência humana na construção da realidade, os interesses e as respectivas identidades dos agentes sociais, o que é, de forma ressaltada, exógeno aos modelos racionalistas, mas componentes de qualquer realidade social, justamente em que estão embutidos da família à sociedade como um todo, são os agentes e a historicidade.

Acrescente-se que as expectativas dos atores convergem para um único ponto. Podemos dizer, então, que no caso do olhar de José do Patrocínio sobre os retirantes nordestinos, o único objetivo era que eles sobrevivessem à calamidade da seca, limitados a uma única liberdade de escolha, à institucionalização do clamor, que era bradar a fome, à miséria e à doença. Portanto, as ações sociais só adquirem significado porque se encontram em determinado contexto, por sua vez compartilhado por uma coletividade; nessa conjuntura, podemos assegurar que houve mais de 500 mil mortos. Não que se trata da reconstrução de parâmetros de ações, mas esperemos que seja medido por regras e normas, que não apenas conferem significado às ações, mas também moldam as decisões, dando, por sua vez, origem aos comportamentos sociais.

Mas por que obedecer às normas impostas em dado momento histórico? Se pensarmos no âmbito das secas, podemos dizer que as normas impostas recebem suporte dos agentes e decidem obedecê-las. Não se trata de mera obediência, mas de referências construídas em um dado momento histórico. Trata-se de obediência cega, imposta pelo Estado como mola de salvamento, obedecendo, por sua vez, a um discurso moral e jurídico. No caso particular do Nordeste brasileiro, o abolicionista, em suas crônicas de viagem, devassa a realidade, impondo novos paradigmas e conceitos, por sua vez manifestos em textos jornalísticos. Mas o que são os textos se não documentos atemporais? Daí ressaltar que a Literatura singra o tempo, fere as mentes e revela as particularidades de uma história atemporal, sendo a linguagem escrita uma arma de ação e não um mero recurso para descrever a realidade objetiva. Como afirma Jatobá (2013), “não é possível referir-se às ações humanas de modo absolutamente neutro”. Mas o que desvenda a literatura?

3. Os Textos Literários

O objetivo deste artigo é também estabelecer as relações de intertextualidade que ocorrem internamente entre dois produtos literários da obra de José do Patrocínio (1853-1905), em relação à teoria construtivista das Relações Internacionais: as crônicas de viagem por ele intituladas *Viagem ao Norte*, dialogando com o romance de sua autoria, *Os Retirantes*, ambos iluminados pelo construtivismo. Em profunda interação com os meios de publicação comuns àquela segunda metade do século XIX, ou seja, os jornais da corte - gênero genuinamente brasileiro - as referidas crônicas foram inicialmente publicadas em forma de folhetim, nos rodapés da primeira página da folha

carioca *Gazeta de Notícias*, no ano de 1878, no periódico junto ao qual atuava como jornalista. O romance *Os Retirantes*, por sua vez, foi publicado pela editora do mesmo jornal, após visita do escritor ao Nordeste brasileiro, sobretudo ao Ceará, onde ele mais presenciou a calamidade da seca de 1877-1879, no ano de 1879. Esta obra, ressalte-se, é apontada pelo historiador da literatura brasileira, Afrânio Coutinho, como sendo precursora, já neste momento de nossa história, do movimento regionalista, desenhado na literatura brasileira na primeira metade do século XX. Este projeto pretende, pois, investigar a relação do produto jornalístico dialogando com o construtivismo: isto é, as dez crônicas que compõem o livro *Viagem ao Norte – Apontamentos de José do Patrocínio*, e o romance de tese *Os Retirantes*, que, embora publicado em um único tomo (na primeira edição, sendo dois na segunda), apresenta características de romance folhetim, isto é, um folhetim de tese. Publicado no ano seguinte às crônicas, traz interfaces intertextuais da primeira obra. Assim, este conjunto abre novas perspectivas de conhecimento para a história da literatura nacional, revelando camadas pouco estudadas da nossa história ambientada nas secas nordestinas.

Do ponto de vista que mais nos interessa, ou seja, de uma nova abordagem das Relações Internacionais sobre as ciências literárias, podemos ter como parâmetro de partida o que nos diz o professor Thales Castro (2012), que ressalta o quanto a escola construtivista foi influenciada, sobretudo, pela sociologia, sendo, por conseguinte, composta por três fatores preponderantes: condições materiais, interesses e ideias. Vejamos o que ele diz:

O Construtivismo associa a forma de mútuas ações com o processo dinâmico envolvendo agentes e estrutura de maneira a construir o *ethos* das Relações Internacionais. Outras premissas são importantes a serem expostas: o pensamento, as ideias e os valores possuem força maior que as estruturas materiais disponíveis; as crenças intersubjetivas representam os meios (canais) por onde passam os fluxos de relacionamento internacional; e, por fim, a formação das ideias e dos ideais fazem parte da construção dos interesses, das identidades e da consciência partilhada dos agentes internacionais (CASTRO, 2012).

4. Uma obra em perspectiva

Esta pesquisa é um aprofundamento dos resultados obtidos quando da realização do meu Doutorado Direto, quando me pus em contato com o romance folhetim – entre outros de Raul Pompeia e Artur Azevedo – de autoria de José do Patrocínio: *A Ponte do Catete* - e o analisei. Até então inteiramente desconhecido no seu pendor literário, debrucei-me primeiro nas excelentes e aguerridas crônicas abolicionistas de sua autoria, bem como no também romance de tese *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Ressalte-se que toda a obra deste integrante da Academia Brasileira de Letras é permeada por recursos literários, sobretudo no que diz respeito à paródia, recorrente, aos

macetes folhetinescos, quer seja o culto à peripécia, a digressão moral, a crise psíquica ou ainda a conclusão moral, recursos apresentados, quanto ao gênero, pelo teórico da literatura brasileira, Antônio Cândido.

Especificamente no que diz respeito ao gênero folhetinesco encontrado nesta obra, vai muito bem a caracterização da pesquisadora de folhetins, Meyer (2005): “desgraça pouca é bobagem”. Ressalte-se que toda a fortuna crítica angariada ao longo do Doutorado Direto possibilita incursão de fôlego científico à empreitada de escrever este artigo.

5. Interdisciplinaridade: o que oferece a Literatura às Relações Internacionais

A segunda metade do século XIX, sobretudo na corte, naquele Segundo Império brasileiro, é marcada pela ebulição política e cultural. Muitos dos intelectuais compunham as trincheiras abolicionistas e republicanas. Este era justamente o caso de José do Patrocínio – filho de uma escrava com um padre – considerado pela história nacional como o maior líder abolicionista negro da capital do império. Inflamado, apresenta em seus romances sempre um olhar crítico sobre a condição social da grande massa formadora da população brasileira, a saber, os negros, cativos ou libertos. Até em *Os Retirantes*, que contempla outra face da população brasileira em seu bojo, ele representa na ficção, sempre, a condição de escravos, injustiçados, oprimidos e maltratados. Tudo isto em confronto com uma camada rala enquanto estrutura social e fina (enquanto estando no topo da pirâmide social do país) da nobreza brasileira. Especificamente no que se refere a *Os Retirantes*, o que marca a característica folhetinesca de *fait-divers* é, ao contrário dos romances anteriores, o debruçar-se sobre a condição de desvalidos, sejam negros ou brancos, personagens livres ou presos à senzala. Descatamos que nesta estiagem que atingiu todo o sertão nordestino morreram mais de 500 mil almas. E porque um *fait-divers*? Justamente porque não se morre tanta gente de uma só vez numa mesma região. Inicialmente incrédulo, o escritor confessa em uma de suas crônicas de viagem, em tom de remorso: “Eu tenho pago bem caro a minha incredulidade!” (SIMÕES, 2015). É justamente neste tom que ele tece este romance de tese, desta vez contra os ditames da Igreja, quando acusa de vilezas o clero cearense; essa mesma ideia permeia tanto as crônicas quanto o folhetim.

Em se tratando de um folhetim de tese, encontramos a vileza do Padre Paula, da paróquia de B.V., fincada no sertão cearense, que seduz a jovem Eulália e depois se retira para Fortaleza, onde, mentindo, encontra apoio do arcebispo da capital. A desgraça da jovem seduzida é grande: ela abandona a casa e a família e, nos grotões cearenses, num incidente, aborta o filho, sendo protegida pelos cangaceiros do bando dos Viriatos, cujo chefe é Virgulino. Aqui, na obra de José do Patrocínio, há um prenúncio antecipando à presença do maior líder do cangaço nacional, Virgulino Ferreira, o Lampião, que devastou os sertões nordestinos, de influência cultural pernambucana, na primeira metade do século XX. Em *Os Retirantes*, encontramos: “O resto da quadrilha dos Viriatos salvou-se ganhando as alturas do Cariri, enquanto que o Diabrete,

desligado dela pela morte do pai, veio juntar-se a Virgulino na vendola das vizinhanças de B.V., onde partiram em procura da família do segundo”(PATROCÍNIO, 1973). E acrescenta: “- Ah! A seca tem sido inverno para muita gente”(Op. Cit.).

Para salvar as irmãs e a tia, Eulália se prostitui em Fortaleza, onde consegue custear a retirada das flageladas para a Amazônia e sucumbe em meio às doenças sexualmente transmissíveis. Este olhar de terror está registrado nas duas formas de narrativas de José do Patrocínio, as crônicas e o romance. Especificamente na prosa mais longa, ele redige: “- Uma pouca vergonha: família em que há mulher bonita não sente faltas; a água aumenta logo pelos seus bonitos olhos”(PATROCÍNIO, 1973, Volume II - p. 92). Mais adiante, lemos: “Além disso, corria a fama de que a beleza das mulheres era o aferidor das necessidades das família, e os empregados, para provê-las, exigiam dos chefes que fossem as filhas, as esposas e as irmãs que as relatassem” (Volume II, p. 137). E a narrativa piora: “Estava-se em Arronches, que parecia ser o quartel-general da miséria; meninas que teriam, no máximo, 13 anos, tinham já estampados nos rostos e nos colos descarnados os estigmas da perdição. Grandes círculos dardosos gravavam nos semblantes tristonhos daquelas infelizes a condenação eterna dos encarregados dos socorros!” (Volume II. p. 177). Em *Viagem ao Norte – Apontamentos de José do Patrocínio*, por sua vez, encontra-se, em *Ruas e Praças da Fortaleza*, publicado na terça-feira, 23 de julho de 1878: “Todas elas, filhas dos Sertões, santificadas por uma vida simples, sem sedutores, sem Dom Juans miseráveis, chegam às cidades, mumificadas, é certo, porém virgens. A libidinagem abastada pôs-se logo ao encalce das suas grinaldas e propôs-lhes o terrível dilema: rendei-vos ou contai com a morte. Mães, pais, maridos, os venerados atalaias da pureza da família, colocados em tão dura alternativa, e sem força para reagirem, cedem à transação ignóbil da honra pela vida” (2015, p. 50-51).

Neste momento, vale debruçar-se sobre o pensamento do teórico das Relações Internacionais, Gilberto Sarfati que, em *Teoria das Relações Internacionais*, pondera: “O Construtivismo, em contraste, se preocupa com a pergunta: de onde vêm os interesses dos Estados? Essa teoria acredita que a convivência social modifica os agentes, quer dizer, os Estados não podem ser considerados como verdades exógenas; eles são construções sociais desenvolvidas ao longo da história”(SARFATI, 2005).

Na conclusão do romance *Os Retirantes*, encontramos o seguinte trecho: “A cidade de ... recebe o seu novo vigário um digno apóstolo da religião do Calvário. Prouvera a Deus que sempre a nossa fé tivesse como órgãos homens iguais: a moralidade e a caridade reinariam eternamente sobre o mundo”(PATROCÍNIO, 1973, Volume II, p. 314). Esse tipo de romance, muito comum na literatura francesa do século XIX, tenta provar um argumento: na Igreja não encontramos correção; pelo contrário, uma leva de homens corruptos, um antro de desocupados, mentirosos, que não cumprem as determinações da própria instituição. Impulsivo, José do Patrocínio narra: “- Vocês souberam do que se passou hoje na hora da missa? – disse Paula a um grupo de retirantes que, de chapéu na mão, o escutava. Uma série de calúnias foi inventada contra mim, e insultaram-me como um assassino e sedutor” (PATROCÍNIO, 1973, Volume II, p. 226). E acrescenta:

“O coro e um avarandado próximo, mobiliados de cadeiras cômodas e numeradas como num teatro, ostentavam à clareza crepuscular uma preocupação hierárquica no domínio da igualdade cristã. Sob elas jaziam, estendidos em cima de redes sórdidas, moribundos que a demasia da anasarca ou o emagrecimento devido ao relaxamento intestinal tornavam deformes.

[...]

[...] perguntou-lhe quando poderia falar ao bispo.

– Sua Excelência tem estado incomodado e não recebe ninguém.

[...]

O sacerdote, que estava no confessionário, levantou-se por fim e, erguendo a voz, perguntou se não havia mais ninguém para confessar-se.

– Se está algum dormindo, acordem-no, porque, em saindo daqui, não estou mais para aturar maçada” (PATROCÍNIO, 1973, volume II, p. 226-227).

Quanto à condição dos negros cativos, José do Patrocínio narra, em *Viagem ao Norte*, mais precisamente na crônica *Abarracamentos e Pegadorias dos Retirantes na Fortaleza*, publicada pela *Gazeta de Notícias*, no sábado, 3 de agosto de 1878:

Quem tem viajado pelo interior das províncias experimentou de certo a dolorosa impressão causada pelo aspecto das senzalas dos escravos.

Parece que na sua construção houve o pensamento de escarnecer do trabalho e aviltar uma raça. Ao passo que o aspecto das mesquinhas moradas denuncia acomodações deficientes, as casas de vivenda dos senhores ostentam-se espaçosas à plena abundância de ar e de luz, esbanjada com pulmões que apenas têm de respirar em feliz ociosidade, com olhos que só têm de espiares tédios venturosos (SIMÕES, 2015).

Em *Os Retirantes*, encontramos este outro trecho:

No quarto puseram-se os três a conversar. Monte referiu que os seus credores tinham sido inexoráveis; não quiseram estar por nenhuma espera. Nesse mesmo dia ia dar ordem para que os seus escravos fossem para o Aracati à disposição dos credores: pobres escravos, a quem ele tinha vergonha de dizer a sorte que os esperava. Mas não trazia ressentimento: o estado da província era tal que ninguém podia ter confiança no dia de amanhã

[...]

– É que ainda tenho de voltar ao Aracati; o preço dos escravos baixou muito, e eu quero ver se eles dão revés às minhas dívidas” (PATROCÍNIO, 1973, Volume I, p. 167).

Outro exemplo de intertextualidade se encontra na crônica *No Ceará*, publicada na mesma folha, no sábado, 20 de julho de 1878. Ela versa a respeito dos templos católicos:

Tem separações para três estados: clero, nobreza e povo. Ao clero pertence de direito a capela-mor, ao povo o corpo da igreja, à nobreza uma linha de varandas com cadeiras competentemente enumeradas.

Estas são pagas a bom preço durante as solenidades da Semana Santa, que são verdadeiras récitas em benefício.

[...]

Ainda no dia dezesseis de junho aglomerou-se em torno do patíbulo divino a religiosa multidão. Dizia-se que um grande milagre acabava de operar-se: o cruzeiro marejava água, anúncio sobrenatural da terminação da calamidade que flagela a província.

Ao passo que a pretensão do clero cearense abusa desafortadamente do bom senso das classes ilustradas e da credulidade pública, em nome do mesmo Deus e em nome da caridade, oito mulheres e uma pequena associação literária esforçam-se em concorrer eficazmente para minorar o padecimento do povo (SIMÕES, 2015).

Em *Os Retirantes*, encontramos:

O sacerdote lá estava empregado no seu mister de confessor, com o semblante carregado em sinal de uma austeridade de comédia e enfado pelo trabalho a que era obrigado.

Quando se desocupou e veio falar a Augusto Feitosa, começou logo por afetar uma urgência, que não passava de um assomo de grosseria.

– Viu o senhor em que tenho estado ocupado. Confessei vinte e tantos retirantes moribundos. Ora, eles são causam nojo, imagine o que serão nesse estado” (PATROCÍNIO, 1973, Volume II, p. 265).

Neste ponto da análise científica, podemos tomar como parâmetro o que nos lega Gilberto Sarfati (2005, p. 261-262), que opina:

Desta forma, vemos que as identidades, tanto nossa como as dos Estados, são socialmente construídas, porque a relação com o outro é que forma a minha percepção sobre mim mesmo. Ou seja, são *adquiridas* pelo processo de relacionamento entre os Estados. Portanto, não poderíamos dizer que um Estado X tem um interesse conflitivo em relação ao Estado Y antes de os dois se relacionarem. A identidade é a base da construção dos interesses e somente passa a existir quando ambos começam a se relacionar.

E acrescenta, com lucidez e inteligência:

“Tendemos a nos aproximar daqueles que, de alguma forma, possuem características em comum com cada um de nós. Ao mesmo tempo, tendemos a nos afastar de pessoas cujas características pessoais tendem a se opor à forma como nos vemos (nossa identidade). Como você, a priori, poderia gostar de uma pessoa ou odiá-la antes de, ao menos, tomar contato com ela? Somente por puro preconceito haveria uma identidade negativa determinada a priori. De outra forma, apenas o contato social nos indicaria que tipo de relacionamento manteríamos com cada uma das pessoas que nos cercam” (p. 262).

As marcas da intertextualidade são visíveis até mesmo quando José do Patrocínio se refere à geografia e, conseqüentemente, à maneira como os flagelados se alimentam. Vejamos o que ele narra em *Os Retirantes*: “Ao lado do caminho viam-se já grandes montes de cascas secas de croata, orquídea venenosa, que entretanto serve de alimentação aos famintos”(PATROCÍNIO, 1973, Volume II, p. 43).

E nas *crônicas de viagem*:

Acendem uma fogueira em que assam as folhas de croata, única refeição que lhes resta, e é ansiosamente esperada pelas crianças, que, assentadas em torno da fogueira, coçam impacientes as cabecinhas encardidas pela poeira das jornadas.

Algumas famílias conduzem, atados por uma corda ao pescoço, magros cães que lhes devem servir de alimento em ocasião extrema (SIMÕES, 2015).

Já num segundo momento de análise, José do Patrocínio faz, em *Os Retirantes*, a intertextualidade com o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Aqui, temos o cachorro Amigo, que será devorado pela família retirante de Eulália, enquanto, no segundo, encontramos a cadela Baleia, que também serve de repasto ao clã flagelado.

Uma marca daquele fazer literário da segunda metade do século XIX é justamente a divulgação de ideias através dos periódicos. Nesse sentido, *Os Retirantes* é menos conhecido que as demais obras do autor, já que é publicado não pelos jornais, mas em formato de livro, embora, ressalte-se, o texto seja marcado por macetes folhetinescos. Entretanto, as crônicas de viagem influenciaram os leitores da corte, pois que cinco textos deste gênero foram publicados ainda quando o jornalista se encontrava no Nordeste brasileiro, apontado pela geografia da época como Norte do Brasil. Recurso mais sofisticado à época, toda a redação foi remetida à *Gazeta de Notícias* via telex. “Pouco depois, é o cabo submarino que liberta a informação externa da subordinação dos paquetes, e o telégrafo une progressivamente as zonas mais próximas ao centro” (SODRÉ, 1977).

Retomemos o embarque da viagem na corte.

Segunda-Feira, 13 de maio de 1878. Primeira página da segunda coluna da *Gazeta de Notícias*.

Segue hoje para o Ceará, no vapor nacional Pará, o nosso companheiro de redação, José do Patrocínio.

Os [...] horrores por que tem passado ultimamente aquela infeliz província, os dramas de miséria que ali têm repetido, despertaram no nosso distinto colega os desejos de apreciar de perto tão horrível situação, e face com tais elementos em livro, que há de necessariamente comemorar tão triste acontecimento, e ser ao mesmo tempo mais uma do talento do festejado autor de *Motta Coqueiro*.

É louvável e pouco vulgar o espetáculo do jovem escritor, que se arrisca a tão incômoda viagem para escrever com verdadeiro conhecimento de causa.

A empresa da *Gazeta de Notícias*, a quem ele comunicou os seus desejos, resolveu comissioná-lo nessa província, resolução que trará uma dupla vantagem para os leitores desta folha: a de notícias exatas e minuciosas acerca do estado da população daquela parte do Império, e a publicação do livro de nosso companheiro, a quem desejamos feliz viagem.²

² Este texto foi extraído diretamente do microfilme do periódico, realizado durante a pesquisa, em leitor de microfilme da Fundação Joaquim Nabuco.

Há, porém, curiosidades a serem conhecidas: a *Gazeta de Notícias*, em 1878, tinha uma tiragem diária de 18 mil exemplares, isto para o Rio de Janeiro, com seus 300 mil habitantes, segundo o censo populacional de 1872. Tinha a maior taxa de analfabetos do país: apenas seis mil leitores, ou seja, 2% da população. O historiador da imprensa brasileira, Nelson Werneck Sodré (1977), comenta: “O acontecimento jornalístico de 1874 será o aparecimento da *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, ‘homem de iniciativas saneadoras, tendo reformado a imprensa em seu tempo, para dar espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprezo pelas misérias e mesquinhas da polícia’”. Obedientes a este novo parâmetro, faço minhas as palavras do mestre Machado de Assis:

O folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação. O folhetinista é a fusão admirável do útil ao fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal (1985, p. 18).

Mas o que falar do gênero crônica, tão presente nesta segunda metade do século XIX? Segundo a classificação do pesquisador da literatura Luiz Beltrão, podemos classificar essas narrativas, especificamente, como sendo locais e urbanas, pois abordam aspectos específicos da vida na cidade de Fortaleza, onde José do Patrocínio se demorou mais amiúde, muito embora tenha visitado as capitais de Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa (então Paraíba do Norte) e, por fim, a capital do Ceará. Ressalte-se a crônica *Ruas e Praças da Fortaleza*, publicada pela *Gazeta de Notícias* na terça-feira, 23 de julho de 1878. Seguindo esse mesmo raciocínio, encontramos tal gênero enquadrado como crônica sentimental, pois os textos apelam para a sensibilidade do leitor, quando os fatos influenciam a susceptibilidade do leitor. Veja-se, por exemplo, a crônica *Ruas e Praças da Fortaleza*:

A cada canto há um quadro horroroso que nos prende a atenção, uma lágrima a enxugar, uma indignação a conter.

Fui visitar os armazéns em que são empilhados os retirantes que devem ser transportados para outras províncias.

Saí com o coração transpassado pela contemplação de tanta miséria, e quando pensava ter concluído meu sacrifício matinal, ao dobrar o oitão do armazém, ouço o resmonear de uma voz, que partia de um grupo formado a poucos passos de mim (SIMÕES, 2015, p. 45).

Em artigo redigido sobre José do Patrocínio, intitulado *O Relato de José do Patrocínio no Nordeste Brasileiro e a Identificação de Elementos Característicos do Gênero Literário da Crônica*, para a conclusão de pesquisa científica fomentada pela Faculdade Damas da Instrução Cristã, a então aluna Daylhane Cunha redigiu o que segue:

Diante de tal perspectiva, é conferida à crônica a faculdade de informar por meio do subjetivo. Para isso, como Moisés (1979) pontua, sua estrutura é breve e narrada na primeira pessoa do singular, sendo responsável por – junto a fatores tais como linguagem fácil, marcas de oralidade e discurso em delongas –, criar uma conversa imaginária entre autor e leitor, ao qual o cronista manifesta sua opinião pessoal a respeito do que está sendo discutido.

E acrescenta: “Para Tuzino (2009), a leitura de mundo oferecida por aquele que produz uma crônica é exatamente ética, na medida em que deixa evidente (muitas vezes pelo próprio espaço destinado ao texto na diagramação do jornal, por exemplo) ao leitor de que aquele texto é autoral, é opinativo”.

O também historiador da literatura brasileira, Afrânio Coutinho, caracteriza tal crônica narrativa como uma narrativa cujo eixo é uma história. O que, de fato, acontece, sobretudo nas crônicas mais aguerridas de caráter político: *Administração Estelita e Administração Aguiar*. Por fim, encontramos na *Gazeta de Notícias*:

Terça-Feira, 13 de agosto de 1878. Primeira página, oitava coluna da *Gazeta de Notícias*.

“Chegou ontem do Ceará o nosso companheiro de redação José do Patrocínio. Começaremos por estes dias a publicar os apontamentos que trouxe de sua viagem àquela província”.

6. Conclusão

Depois de percorrermos os caminhos trilhados por teorias literárias, bem como as visões científicas das Relações Internacionais, podemos fazer nossos os pontos de vista dos teóricos Nogueira e Messari (2005) na sua *Teoria das Relações Internacionais*. De acordo com o ponto de vista deles – com o qual concordo e me identifico – vivemos num mundo por nós construído, onde obviamente somos os protagonistas e agentes realizadores dos produtos por nós mesmos escolhidos. Corroboro que os teóricos do construtivismo acertam quando afirmam que os agentes do mundo são os construtores da própria história, mesmo que esta sofra as intempéries do tempo ou mesmo a ação da história, muitas vezes revelada pela literatura. Portanto, o mundo não nos é meramente imposto, predeterminado, mas sim passível de modificações, mutações e transformações, o que pode ocorrer dentro de certos limites, do acaso, das consequências das nossas próprias atitudes e decisões. Como eles mesmos dizem: “Em outras palavras, o mundo é socialmente construído”.

Portanto, o construtivismo reflete não apenas as teorias das Relações Internacionais, mas também dialoga com outras ciências sociais e humanas, facultando-nos, desta forma, os seguintes questionamentos: o que vem antes, os agentes ou a estrutura? Quem influencia, constringe ou limita as opções e a evolução do outro? Na literatura, podemos nos debruçar no Livro do Gênesis, da Bíblia cristã: o que existiu antes, o pecado ou o pecador? Isto nos dá panos para as mangas. E é justamente isto que a ciência nos faculta: pesquisar sempre, pois nada se responde nem se esgota de uma única vez. Quem faz a ciência, portanto, sempre busca algo novo, fere o tempo com novos conhecimentos e opiniões, embora sabendo que nada se esgota de todo. Então, o conhecimento que temos em relação ao mundo é socialmente construído, mas o mundo existe independentemente de tal conhecimento. Existe, pois, um *continuum* de posturas entre todos esses limites.

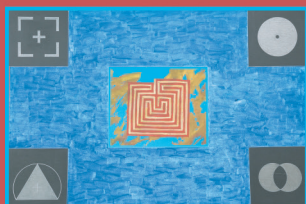
Nogueira e Messari (2005) finalizam:

No debate agentes-estrutura, os construtivistas negam simultaneamente que os agentes precedam a estrutura e a moldam para servir seus interesses e suas preferências, e que a estrutura tenha capacidade de constringer e limitar as opções e, portanto, as ações dos agentes. Para eles, agentes e estrutura são có-constitutivos uns dos outros, e nenhum precede o outro nem no tempo, nem na capacidade de influenciar o outro.

Concluindo, somos agentes ativos de um mundo que se transforma e conosco caminham os momentos históricos, como os lavrados na literatura por José do Patrocínio, seja na observação e registro literários da realidade observada nos estados nordestinos - mais precisamente em *Viagem ao Norte - Apontamentos de José do Patrocínio* -, seja na tese apresentada em *Os Retirantes*. Mediante tal material apresentado pelos autores das Relações Internacionais e as lições literárias, só nos resta uma escolha: agir num universo em constante ebulição, construindo, com escolhas conscientes, a própria história.

Referências

- CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária – Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- PATROCÍNIO, José. *Os Retirantes*. São Paulo: Editora Três, 1973.
- SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SIMÕES, Ricardo Japiassu. *Viagem ao Norte – Apontamentos de José do Patrocínio*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- TUZINO, Yolanda Maria Muniz. *Crônica: uma Interseção entre o Jornalismo e a Literatura*, 2009. Disponível em: <http://www.boc.ubi.pt/pag/tuzino-yolandauma-interpretação.pdf>.



Raul Córdula
S/título, 1992
Acrílica s/tela
Acervo Fundaj



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



ISSN 0304-2685

